



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ALEXANDRE FREIRE DE OLIVEIRA

**DA TERRA AO CRÉDITO: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE DO
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR (PRONAF) NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA (CEARÁ)**

FORTALEZA

2025

ALEXANDRE FREIRE DE OLIVEIRA

DA TERRA AO CRÉDITO: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE DO
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
(PRONAF) NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA (CEARÁ)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O45t Oliveira, Alexandre Freire de.
Da terra ao crédito: uma avaliação em profundidade do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no município de Caucaia (Ceará) / Alexandre Freire de Oliveira. – 2025.
172 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Maria de Nazaré Moraes Soares.
1. agricultura familiar. 2. políticas públicas. 3. Pronaf. I. Título.

CDD 320.6

ALEXANDRE FREIRE DE OLIVEIRA

DA TERRA AO CRÉDITO: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE DO
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
(PRONAF) NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA (CEARÁ)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Aprovada em: 15/04/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Eduardo Vivian da Cunha
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

A Deus.

Aos meus pais, esposa e filho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder a força, a sabedoria e a perseverança necessárias para concluir esta jornada acadêmica, sem sua orientação divina, nada disso seria possível.

Aos meus pais, Francisco Lúcio e Maria do Carmo, agradeço pelo amor incondicional, pelos valores e pelo exemplo de dedicação e trabalho duro que sempre me inspiraram, vocês são a base de tudo que conquistei até aqui.

À minha esposa, Raquel Di Paula, minha companheira e princesa de todas as horas, minha gratidão eterna por seu apoio constante e compreensão, nosso amor e sua presença ao meu lado foram fundamentais para que eu pudesse alcançar este objetivo.

Ao meu filho, Antônio Victor, meu maior orgulho, fonte de alegria e motivação diária, agradeço por trazer luz aos meus dias e me lembrar da importância de lutar pelos nossos sonhos.

À minha professora orientadora, Dra. Maria de Nazaré, minha gratidão profunda por sua orientação, paciência e conhecimentos compartilhados ao longo deste processo.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho, cada palavra de encorajamento, cada gesto de apoio, foi essencial para que eu pudesse chegar até aqui.

A terra é nossa mão, nossa vida, nossa
esperança.

Movimento dos Trabalhadores Rurais

RESUMO

A presente pesquisa visou avaliar de forma multidisciplinar o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no município de Caucaia, estado do Ceará, para compreender se conteúdo e o contexto da política pública estão alinhados aos sujeitos beneficiados, refletindo sobre sua trajetória institucional, espectro temporal e territorial. Os pressupostos teóricos observados a partir de autores como Lemarche (1993), Dagnino *et al.* (2002), Abramovay e Piketty (2005), Dowbor (1998, 2002, 2016 e 2022), Grisa e Schneider (2014), Scheneider (2009), Picolotto (2014 e 2022), Aquino, Gazolla e Schneider (2018) e Boullosa (2021), entre outros, destacam fatores relacionados à agricultura familiar, sintetizados em seções específicas, classificadas nas categorias de análise: i) geração de renda; ii) agricultura familiar; e iii) políticas públicas de fomento à agricultura familiar. Como abordagem avaliativa foi utilizada a interpretação da política a partir do lócus empírico, com base em múltiplas dimensões, perspectiva denomina Avaliação em Profundidade, conforme Rodrigues (2008), contrapondo-se a modelos hegemônicos regidos por marcos regulatórios do Estado e do Mercado, Gussi e Oliveira (2015). Sendo uma pesquisa de natureza qualitativa, possibilitando compreender os fatos que abrangem as subjetividades humanas, como destacam (Minayo, 2009; Paugam, 2015). A análise dos dados se deu a partir de análise documental e análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Os resultados das análises empíricas, a partir das visitas realizadas, especialmente, ao assentamento Santa Bárbara, para observação e entrevistas com agricultores beneficiários do Pronaf, foram ao encontro dos fundamentos teóricos observados, ao demonstrar a importância do Pronaf para o desenvolvimento do agricultor familiar, alinhada com grandes desafios a serem vencidos, tais como a assistência técnica precária, a burocracia das instituições financeira e da força dos movimentos sociais e do cooperativismo para o desenvolvimento sustentável. Ademais, podemos destacar como achados da pesquisa: (i) O Pronaf tem sido fundamental para a geração de renda e o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em Caucaia, especialmente para comunidades tradicionais; (ii) A burocracia e a reduzida assistência técnica limitam o impacto da política, dificultando o acesso e a efetividade do programa; (iii) A articulação dos movimentos sociais tem sido essencial para garantir direitos, mas a integração com outras políticas públicas ainda precisa ser fortalecida. Para ampliar os benefícios do Pronaf, é necessário investir em capacitação, acesso a mercados e suporte logístico.

Palavras-chave: agricultura familiar; políticas públicas e Pronaf.

ABSTRACT

This research aimed to evaluate in a multidisciplinary way the Family Farming Strengthening Program (Pronaf) in the municipality of Caucaia, state of Ceará, to understand whether the content and context of the public policy are aligned with the beneficiaries, reflecting on its institutional trajectory, temporal and territorial spectrum. The theoretical assumptions observed from authors such as Lemarche (1993), Dagnino et al. (2002), Abramovay and Piketty (2005), Dowbor (1998, 2002, 2016 and 2022), Grisa and Schneider (2014), Scheneider (2009), Picolotto (2014 and 2022), Aquino, Gazolla and Schneider (2018) and Boullosa (2021), among others, highlight factors related to family farming, summarized in specific sections, classified into the analysis categories: i) income generation; ii) family farming; and iii) public policies to promote family farming. The evaluative approach used was the interpretation of the policy from the empirical locus, based on multiple dimensions, a perspective called In-Depth Assessment, according to Rodrigues (2008), in contrast to hegemonic models governed by regulatory frameworks of the State and the Market, Gussi and Oliveira (2015). Being a qualitative research, it makes it possible to understand the facts that encompass human subjectivities, as highlighted by (Minayo, 2009; Paugam, 2015). Data analysis was based on documentary analysis and content analysis proposed by Bardin (1977). The results of the empirical analyses, based on visits made, especially to the Santa Bárbara settlement, for observation and interviews with farmers who benefit from Pronaf, were in line with the theoretical foundations observed, by demonstrating the importance of Pronaf for the development of family farmers, in line with major challenges to be overcome, such as precarious technical assistance, the bureaucracy of financial institutions and the strength of social movements and cooperatives for sustainable development. Furthermore, we can highlight the following findings from the research: (i) Pronaf has been fundamental for the generation of income and the sustainable development of family farming in Caucaia, especially for traditional communities; (ii) Bureaucracy and limited technical assistance limit the impact of the policy, hindering access and the effectiveness of the program; (iii) The articulation of social movements has been essential to guarantee rights, but integration with other public policies still needs to be strengthened. To expand the benefits of Pronaf, it is necessary to invest in training, access to markets and logistical support.

Keywords: family farming, public policies and Pronaf.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Limites geográficos do município de Caucaia	57
Figura 2 - Município de Caucaia	58
Figura 3 - Estação de Soure	58
Figura 4 - Entes institucionais e o agricultor.....	60
Figura 5 - Sede da COPASB.....	63
Figura 6 - Orientação geográfica dos assentamentos atendidos pela COPASB.....	64
Figura 7 - Área de atuação do BNB.....	65
Figura 8 - Carteira ativa do perfil do cliente do Agroamigo.....	66
Figura 9 - Evolução Plano Safra Agricultura Familiar.....	74
Figura 10 - Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caucaia	99
Figura 11 - Banner exposto na sede do COPASB	104
Figura 12 - Trajeto da COPASB ao Assentamento Santa Bárbara.....	121
Figura 13 - Banco de placas solares localizado no distrito de Sítios Novos.....	122
Figura 14 - Reservatória da associação comunitária do Assentamento Santa Bárbara.....	124
Figura 15 - Açude Luiz Girão.....	124
Figura 16 - Escola localizada dentro do Assentamento Santa Bárbara.....	125
Figura 17 - Caminhão com tanque de peixes.....	140
Figura 18 - Povoamento de peixes no Açude Luiz Girão – Assentamento Santa Bárbara.....	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz de objetivos da pesquisa avaliativa.....	23
Quadro 2 - Pressupostos sobre geração de renda e desenvolvimento local.....	35
Quadro 3 - Pressupostos sobre teorias da agricultura familiar.....	42
Quadro 4 - Pressupostos sobre políticas de fomento à agricultura familiar	50
Quadro 5 - Matriz de categorias de análise teórica.....	55
Quadro 6 - Operações Pronaf.....	59
Quadro 7 - Operações Pronaf por segmento.....	59
Quadro 8 - Assentamentos Atendidos pela COPASB.....	64
Quadro 9 - Produção Acadêmica da UFC – Agricultura Familiar.....	68
Quadro 10 - Publicações MAPP sobre Pronaf.....	68
Quadro 11 - Matriz resumo de articulação metodológica.....	74
Quadro 12 - Regramentos relacionados ao Pronaf.....	76
Quadro 13 - CAF e DAP ativos.....	84
Quadro 14 - CAF e DAP por Categoria no município de Caucaia.....	85
Quadro 15 - Síntese da análise das dimensões conteúdo e contexto do Pronaf.....	89
Quadro 16 - Análise vertical – Secretaria_02.....	93
Quadro 17 - Análise vertical – Sindicato_01.....	100
Quadro 18 - Análise vertical – COPASB_01.....	105
Quadro 19 - Análise vertical – Ematerce_01.....	109
Quadro 20 - Relação entre os informantes – trajetória institucional	112
Quadro 21 - Comparativo de dados agropecuários.....	119
Quadro 22 - Resultado do questionário socioeconômico e etnocultural.....	123
Quadro 23 - Análise vertical – Assentado_01.....	126
Quadro 24 - Análise vertical – Assentado_02.....	128
Quadro 25 - Análise vertical – Assentado_03.....	132
Quadro 26 - Análise vertical – Assentado_04.....	135
Quadro 27 - Análise vertical – Assentado_05.....	138
Quadro 28 - Relação entre os informantes - espectro temporal e territorial.....	141
Quadro 29 - Síntese das respostas para os objetivos do estudo.....	149
Quadro 30 - Proposição de pesquisas futuras.....	154
Quadro 31 - Recomendações para o Pronaf.....	155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
IBGE	Brasileiro de Geografia e Estatística
CAF-Pronaf	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - Pronaf
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CFP	Comissão de Financiamento da Produção
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNBB	Conferência Nacional do Bispos do Brasil
CFCE	Conselho Federal de Comércio Exterior
CMN	Conselho Monetário Nacional
COPASB	Cooperativa de Produção Agropecuária e Serviços Santas Barbara
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DNTR	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura no Estado do Ceará
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MCR	Manual de Crédito Rural
MDCR	Matriz de Dados do Crédito Rural
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática

MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEGIF	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Familiar
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações Não Governamentais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PGPM-Bio	Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade
PSAN	Política de Segurança Alimentar e Nutricional
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PNCF	Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Crédito Fundiário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
Proirriga	Programa de Financiamento da Agricultura Irrigada
Pronaf	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Proagro	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
Moderagro	Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pronamp	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produto Rural
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PCA	Programa para Construção e Ampliação de Armazéns
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura e Desenvolvimento
Seaf	Seguro da Agricultura Familiar
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
Unicafes	União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

1	CENÁRIO PRELIMINAR.....	13
1.1	Definição da política pública em estudo, motivações e campo avaliativo.....	13
1.2	Problema, justificativa e pressupostos/hipóteses da pesquisa.....	17
1.3	Objetivos do estudo, aspectos metodológicos, escopo ético e estrutura do trabalho	20
2	TRAJETÓRIA TEÓRICA PARA A PESQUISA AVALIATIVA.....	25
2.1	Geração de renda e desenvolvimento local.....	25
2.2	Teorias da agricultura familiar e o debate brasileiro.....	36
2.3	Políticas públicas de fomento à agricultura familiar no Brasil.....	42
3	EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA PARA A PESQUISA AVALIATIVA.....	52
3.1	Tipologia da pesquisa, categorias de análise e abordagem avaliativa.....	52
3.2	Caracterização do universo, amostra e sujeitos da pesquisa avaliativa.....	56
3.3	Procedimentos para a coleta de dados e para a análise dos dados.....	67
4	AVALIANDO A POLÍTICA PÚBLICA.....	76
4.1	Análise do conteúdo e contexto do Pronaf no município de Caucaia.....	76
4.2	Trajetória institucional do Pronaf e seu monitoramento em Caucaia.....	90
4.3	Espectro temporal e territorial de implantação no município de Caucaia.....	117
5	CONSIDERAÇÕES QUE EMERGEM DA PESQUISA AVALIATIVA.....	149
5.1	Contribuições teóricas e empíricas e plano de divulgação em CT&I.....	150
5.2	Limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros.....	150
5.3	Recomendações da pesquisa avaliativa para a agenda pública.....	154
	REFERÊNCIAS	157
	APÊNDICE A – CRONOGRAMA DA PESQUISA AVALIATIVA	164
	APÊNDICE B – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	165
	APÊNDICE C – AUTORIZAÇÕES PARA A PESQUISA E TCLE	172

1 CENÁRIO PRELIMINAR

A seção trará um cenário preliminar da definição do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), as motivações do estudo, a justificativos, os pressupostos e a justificativa para a pesquisa, bem como os objetivos, aspectos metodológicos e síntese da estrutura do trabalho.

1.1 Definição da política pública em estudo, motivações e campo avaliativo

As políticas públicas, enquanto mecanismos de ação estatal, transcendem a noção de meros instrumentos técnicos ou administrativos. Conforme propõe Lejano (2013; 2020), elas são práticas profundamente relacionais e narrativas, construídas a partir de interações humanas, valores coletivos e contextos históricos. Essa perspectiva desafia abordagens tradicionais que reduzem a política pública a processos lineares de tomada de decisão, destacando, em vez disso, a importância de redes sociais e significados compartilhados.

No Brasil, essa complexidade é amplificada por desafios estruturais, como desigualdades regionais e restrições fiscais, temas centrais na análise crítica descrita em Jannuzzi (2021) sobre o "eficiencismo" pós-2014.

Para Lejano (2013), a essência das políticas públicas reside em sua capacidade de articular narrativas que legitimam ações coletivas, em que o autor demonstra como histórias contadas por comunidades, gestores e cientistas moldam a governança de recursos naturais, criando consensos ou conflitos. Essa abordagem revela que políticas não são neutras e são produtos de disputas simbólicas e afetivas.

No contexto brasileiro, Jannuzzi (2021) amplia essa crítica ao analisar como avaliações de programas sociais, pautadas por critérios economicistas, ignoram valores constitucionais como equidade e universalidade. Para ele, o "eficiencismo", priorização de métricas de custo-benefício em detrimento de outros princípios, reflete uma visão reducionista que desconsidera a heterogeneidade territorial e a fragmentação institucional do país.

A tensão entre eficiência e valores públicos ganha contornos dramáticos no Brasil pós-2016, com a Emenda Constitucional nº 95 (Teto dos Gastos Federais), Jannuzzi (2021) argumenta que a fixação de um limite para investimentos sociais, aliada a avaliações enviesadas, ameaça retroceder conquistas históricas, como a expansão do acesso à saúde e educação. Essa crítica ecoa a visão de Lejano (2020), que defende que políticas devem ser julgadas não apenas por resultados tangíveis, mas por seu potencial de fortalecer laços sociais

e justiça distributiva. Ambos os autores convergem ao questionar a fetichização de métodos quantitativos, como experimentos controlados, que frequentemente simplificam realidades complexas e deslegitimam saberes locais.

A análise de Jannuzzi (2021) sobre a carga fiscal brasileira ilustra essa contradição. Enquanto países com Estados de Bem-Estar consolidados, como Suécia e Alemanha, destinam mais de 40% do PIB a políticas públicas, o Brasil estagnou em 35%, mesmo após avanços pós-Constituição de 1988. O autor alerta que a projeção de queda para 29% até 2023, sob o Teto de Gastos, inviabilizaria a Agenda 2030 da ONU, aprofundando desigualdades. Lejano (2013) complementaria essa crítica ao destacar que a desvalorização de narrativas comunitárias, como as de povos tradicionais ou periferias urbanas, enfraquece a sustentabilidade das políticas, reduzindo-as a números desconectados de realidades vividas.

Em síntese, políticas públicas são processos dialéticos, que exigem equilíbrio entre eficiência operacional e compromissos éticos. Como demonstram Lejano (2013; 2020) e Jannuzzi (2021), sua definição não pode ser dissociada de uma reflexão crítica sobre poder, participação e justiça.

Para linha de pesquisa “Políticas Públicas e Mudanças Sociais”, em que avaliamos a principal política de crédito de fomento à agricultura familiar, o PRONAF, destacamos como ponto de partida a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) para estimular os investimentos rurais, favorecer o custeio e a comercialização da produção, entre outros objetivos seguindo a legislação aplicada e regras consolidadas no Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil (BCB).

Contudo, na sua origem o SNCR funcionou de maneira heterogênea, priorizando grande produtores de regiões mais influentes, conforme descrevem Dias, Silva e Costa (2023), alinhados a Corcioli e Medina (2023).

Conforme MCR, atualmente, os seus recursos são destinados, basicamente, para as seguintes atividades: custeio (destinados a cobrir as despesas dos ciclos produtivos, como os insumos), investimento (direcionado para a aquisição de bens ou serviços duráveis com benefícios de longo prazo), comercialização (destinada a cobrir despesas posteriores à produção, como armazenamento, ou converter em espécie os títulos advindos da venda ou entrega pelos produtos ou suas cooperativas) e industrialização (destinado a cobertura de despesas ou encargos necessários ao processo de beneficiamento ou industrialização).

Considerando a agropecuária no seu papel de produção de alimentos para consumo interno, temos que o direito à alimentação foi consagrado como direito social no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, sendo descrito em seu Art. 187 que a política agrícola será

planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes.

No período pós Ditadura Militar ocorre uma transformação no âmbito do Estado e da sociedade civil, com a Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadão, sendo marcada pela modificação das relações de resistência entre Estado e Sociedade de uma postura de negociação, em que Dagnino *et al.*(2002) descreve a década de 1990 como momento caracterizado pela atuação de muitos atores e forças sociais, com novos desenhos políticos.

A linha de pesquisa escolhida “Políticas Públicas e Mudanças Sociais”, será observada na avaliação de uma das políticas públicas de crédito rural, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), tendo como objetivo um duplo fazer, responder à questão de pesquisa e avaliar a política.

Neste contexto, Leite (2022) afirma o importante papel das políticas públicas de produção agrícola, destacando seu impacto social e econômico para as famílias e localidades de influência, contudo, sendo focada, especialmente, em crédito subsidiado para produtores rurais, sendo a maior parte para custeio de grandes produtores, conforme destacam Corcioli e Medina (2023).

Visando promover o desenvolvimento rural e a segurança alimentar, foi instituído pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em 1995, o Pronaf. Em 1996, pelo Decreto 1.946 e legislações subsequentes, foi consolidado como ação integrada entre estados e municípios, como compromisso de desenvolvimento rural sustentável, atualmente, funciona com crédito rural subvencionado para geração de renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Além do objetivo do Programa de estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimentos rurais ou em áreas comunitárias próximas, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 5.099, de 24/08/2023, consolidado no MCR, destaca-se a importância do Pronaf para a população, especialmente a de baixa renda, moradora na zona rural, para acesso ao crédito, no papel de incentivar a economia local, melhorando a vida da população beneficiada direta e indiretamente.

Contudo, os agricultores familiares necessitam complementar sua renda por meio de atividades não-agrícola, contribuindo como forma de organização do trabalho, sendo denominada por Schneider (2009) como unidades familiares pluriativas.

A presente pesquisa deu ênfase a uma visão antropológica, em que segundo Rodrigues (2008), privilegia a abordagem interpretativa, em especial pelo esforço de tratar dados de diferentes tipos levantados no contexto do campo da política em avaliação, considerando a política ou programa de forma multidimensional.

A partir deste conceito, a avaliação das políticas públicas deve acompanhar os interesses dos distintos grupos sociais aos quais ela se destina, por meio de um processo de imersão no campo, onde as políticas são implementadas, permitindo uma aproximação do pesquisador, além de estabelecer interações com os “atores” com a realidade, conforme descrevem Minayo, Deslandes e Gomes (2009).

Neste contexto, a agricultura familiar, termo que engloba grande diversidade cultural, social e econômico, como descrito por Cruz *et al* (2020), vem evoluindo nas últimas décadas como modelo de agricultura e como identidade política (Picolotto, 2014), necessitando de maior interação de políticas macroeconômicas para reduzir a pobreza, em que Monteiro *et al.* (2023) destaca o Pronaf a principal política pública relacionada a este público.

Conforme descreve Rodrigues (2008), para uma avaliação, em profundidade, de políticas públicas de caráter social é imprescindível um trabalho interdisciplinar para analisar: i) o conteúdo do programa; ii) o contexto da formulação da política; iii) a trajetória institucional do programa; iv) o aspecto temporal e territorial. O conhecimento destes pontos auxiliará na compreensão da natureza, objetivos e fatores de entrave da implementação da política pública em análise, visando reconhecer o atendimento às necessidades da população.

Oliveira e Gussi (2017) destacam um novo paradigma para gestão pública, assumindo o papel estratégico de articulador entre os agentes promotores das ações implantadas pelo governo e seus parceiros. Desta forma faz-se necessário haver um conjunto de mecanismo de avaliação que empreguem ferramentas institucionais e não institucionais, em que surgem modelos assentados em uma perspectiva epistemológica e metodológica mais ampla, tratando a política pública por meio de um processo sociopolítico e cultural, nos termos da avaliação em profundidade de Rodrigues (2008).

A motivação para a pesquisa está centrada na importância da observação social dos sujeitos beneficiados direta e indiretamente pelo Pronaf, bem como da relação com o desenvolvimento rural local, possibilitando fornecer informações para atores sociais e instituições interessadas, no sentido de identificar pontos de atenção, fragilidades e novas alternativas de desenvolvimento do meio rural.

Destaco ainda, que o tema tem relação com minha atividade profissional atual, como Auditor Interno na Caixa Econômica Federal, atuando diretamente na avaliação do processo de concessão e manutenção do crédito rural, em que a pesquisa servirá de subsídios para contribuir com as avaliações realizadas, no intuito de aproximar/incorporar aspectos sociais na avaliação gerencial realizada na instituição financeira que além do comercial, possui importante papel social do país.

1.2 Problema, justificativa e pressupostos/hipóteses da pesquisa

A raiz do problema da pobreza está na desigualdade social, a dificuldade de acesso a recursos e oportunidades entre indivíduos, em que autores como Dowbor (2016) e Almeida, Vinha e Santos (2023) destacam como um dos problemas para a situação das desigualdades no ambiente rural a concentração de terras, que pode ser descrita com uma herança da época da colonização, desta forma caracterizando a questão fundiária, de posse e distribuição de terras, como cerne da questão agrária no Brasil.

Outro ponto de atenção, a produção de alimentos foi destacada em estudo¹ divulgado em 2021 pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, *Food and Agriculture Organization* (FAO) indicou o crescimento da agricultura familiar, produzindo cerca de 35% dos alimentos do mundo, destacando a sua importância para alimentação mundial, no entanto, com grandes diferenças entre países e regiões.

Em contraponto à pesquisa da FAO, o Censo Agro 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), descreve que no Brasil a população ocupada nos estabelecimentos agropecuários definida como agricultura familiar reduziu em 17,6% em relação ao último Censo, realizado em 2006, o que demonstra apesar do aumento da produção, há redução do emprego no campo.

Não obstante, o Censo indicou ainda que a agricultura familiar é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, destacando sua importância, especialmente para os municípios menores.

Neste sentido, o crédito rural é fundamental para melhoria da produtividade agrícola do pequeno produtor e conseqüente geração de emprego e renda destas famílias no campo, contribuindo com o desenvolvimento de sua região de influência.

¹ <https://brasil.un.org/pt-br/125880-pequenos-agricultores-familiares-produzem-mais-de-um-ter%C3%A7o-dos-alimentos-no-mundo>.

Contudo, um ponto a ser observado é a assimetria de informações entre pequenos produtores e os efetivos tomadores do crédito, provocando ineficiência e aumento de custos, dificultado o investimento dos produtores rurais. Como exemplo dessa assimetria, Santos e Braga (2013) destacaram que, em 2006, havia cerca de R\$43 bilhões de recursos disponíveis, mas apenas R\$26,44 bilhões foram contratados.

Neste contexto, o poder público desenvolve programas para estimular a produção, subsidiando taxas de juros para públicos e atividades específicas. Segundo Martine (1991), a abundante oferta de crédito a taxas de juros subsidiadas contribuiu para a modernização da agricultura brasileira.

Segundo Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR) do BCB, no Ano Safra 2022/2023, período compreendido entre 01/07/2022 e 30/06/2023, foram concedidos pelas instituições financeiras cerca de R\$351 bilhões em crédito rural, sendo R\$52 bilhões para o Pronaf, tendo como principais instituições financeiras concessoras o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Sicredi e Caixa Econômica Federal.

As mudanças nas condições do crédito são constantes, como exemplo destaca-se a ampliação do volume de crédito no Plano Safra 2023/2024, com disponibilização de R\$77,7 bilhões para o Pronaf, com melhores condições para o microcrédito rural, denominado Pronaf B, com aumento do limite de enquadramento de R\$23mil para R\$40mil, do valor financiado de R\$6mil para R\$10mil, do prazo pagamento até 3 anos, entre outras.

O recorte territorial, município de Caucaia, foi escolhido por ser residência do pesquisador e ser o maior município de região metropolitana de Fortaleza, possuindo área territorial de 1.223,246km², com uma população de 355.679, de acordo com Censo IBGE 2022, segundo mais populoso do estado do Ceará, atrás apenas da capital Fortaleza, possuindo ainda o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado, com R\$7,2 bilhões, em 2020, contudo, estando na 14ª posição do PIB per capita do Estado, com R\$19.873,31, de um total de 184 municípios.

De acordo com Censo Agropecuário de 2017, existem 2.699 estabelecimentos agrícolas no município de Caucaia, totalizando 22.799 hectares. A sua grande área geográfica, população e importância econômica para o Estado justificam a realização da avaliação das políticas públicas agrícolas implementadas no município, com objetivo de fornecer insumos para orientar as ações governamentais, mediante a realização de uma avaliação exploratório da situação atual do Programa, além de ampliar a transparência na execução e demonstrar os resultados alcançados para o bem-estar da população.

Apesar da existência de muitos estudos relacionados a “questão agrária”, que em sua maioria discutem sobre produção agropecuária, os sistemas produtivos, o comércio, os padrões tecnológicos, a gestão fundiária, a inversão de capital, entre outros, cabe refletir sobre novos estudos, conforme destaca Schneider (2009), a necessidade da realização de estudos sobre as sociedades agrárias, do espaço rural e da economia agrícola, requerendo um olhar e contribuição das Ciências Sociais.

Visando ainda complementar as atribuições inerentes das entidades implementadoras das políticas públicas em acompanhar, monitorar e avaliar sua atuação, a sociedade tem papel fundamental quanto à fiscalização da gestão dos recursos públicos e da conduta de seus gestores, auxiliando na sua atuação e alcance social.

Conforme descreve Barcelar (2000), a partir da revolução científico-tecnológica em curso, o novo modelo produtivo requer produção de conhecimento, requer inovação contínua, para o qual existe amplo espaço para a população auxiliar nas decisões dos entes governamentais na implementação das políticas públicas necessárias, para o qual esta pesquisa se propõe a contribuir.

No contexto da agricultura familiar, as pesquisas em relação a geração de renda referem-se a concentração de renda e de propriedades no Brasil em Dowbor (1998), Lara (2022), Almeida, Vinha e Santos (2023), Bittencourt *et al.* (1998), Picolotto (2014), Gomes (2013); a pressão do mercado internacional em Dowbor (2002); o processo de industrialização e urbanização a partir da década de 1960 no Brasil e seus impactos na desigualdades sociais em Dowbor (1998), Grossi e Silva (2002); a subutilização da força de trabalho em Dowbor (2022); os riscos da ausência da definição clara do direito a terra em Dias *et al.* (2021); a modificação da postura da sociedade civil de resistência para negociação em Dagnino *et al.* (2002); suas lutas por terra em Chiabotto e Montagner (2021); os riscos específicos da produção agropecuária em Dias, Silva e Costa (2023); a importância das políticas públicas para comercialização da produção agrícola familiar em Leite (2022); importância desta forma de organização em Reis (2014), Almeida (2014), Guanziroli e Vichon (2019); a importância da pluriatividade e das atividades não-agrícolas na organização do trabalho, produção e geração de renda em Schneider (2009), Bezerra e Schlindwein (2017), entre outros aspectos.

Em relação às políticas públicas de fomento à agricultura familiar as pesquisas demonstram a importância socioeconômica em Veiga (1991), Abramovay (1992), Lemarche (1993); a importância da reforma agrária em Delgado (2005); o amadurecimento da pauta de reivindicações em Abramovay e Piketty (2005); aprimoramento da definição de agricultura familiar em Bastos (2006), Cruz *et al.* (2020), Picolotto (2014); a importância da luta das

organizações sindicais em Picolotto (2014) e (2022); a evolução dos indicadores estatísticos oficiais e a desigualdade da pirâmide social do campo em Aquino, Gazolla e Schneider (2018); a necessidade da interação de políticas macroeconômicas para reduzir pobreza em Monteiro *et al.*, (2023); a falta de coordenação entre as políticas públicas em Garcia, Helfand e Sousa (2016) e a importância do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) para contribuir com a produtividade agrícola em Dias, Silva e Costa (2023), entre outros aspectos.

Em relação direta ao Pronaf, os estudos observados referem-se a sua criação como fruto de mobilização social e mudanças de paradigmas em Grisa (2012); a importância para o suporte de assistência técnica, desenvolvimento da capacidade produtiva em Araújo (2020); grande heterogeneidade e baixo desempenho competitivo entre microrregiões, com piores indicadores para regiões Norte e Nordeste em Moura (2021), Monteiro *et al.* (2023); sua importância em municípios com menores precipitação de chuvas em Dias, Silva e Costa (2023), entre outros aspectos.

Diante do exposto, há necessidade de ampliar o campo de estudo em políticas públicas, colaborando com reconstrução reflexiva da história dos estudos críticos, tendo como objetivos o nosso olhar dentro do próprio campo, buscando uma narrativa que articule o campo com o estudo, por meio de diferentes racionalidades para além da econômica, na linha das discussões de Bouldosa, Peres e Bessa (2021).

1.3 Objetivos do estudo, aspectos metodológicos, escopo ético e estrutura do trabalho

O trabalho visa demonstrar uma visão geral das políticas públicas agrícolas, na especificidade do Pronaf, adentrando na sua trajetória e seus reflexos na população beneficiada no município de Caucaia. Com objetivo geral de avaliar sob a ótica da avaliação em profundidade, descrita por Rodrigues (2008), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no recorte local do município de Caucaia (Ceará), tendo como objetivos específicos:

- (i) Compreender se o conteúdo e o contexto do Pronaf estão alinhados aos sujeitos beneficiados/influenciados na região, conhecendo os aspectos socioeconômicos dos sujeitos da pesquisa.
- (ii) Refletir sobre trajetória institucional do Pronaf na região, discutindo sobre a articulação dos movimentos sociais, a evolução dos delimitadores legais (burocracia), o modelo produtivo e as desigualdades regionais.

- (iii) Refletir sobre o espectro temporal e territorial da evolução do Pronaf, discutindo sobre o apoio dos órgãos governamentais aos múltiplos riscos envolvidos, a coordenação com outras políticas e sobre seu papel para redução das desigualdades.

Entendendo as políticas públicas como mecanismos de mudança social, orientadas para a promoção do bem-estar social (Ozanira, 2013), em que se pode destacar o Pronaf como instrumento de distribuição de renda e de equidade social, que envolve um processo complexo de mobilização de múltiplos sujeitos com interesses e racionalidades diferentes, bem como heterogeneidades socioculturais. Neste contexto, Ozanira (2013) destaca que, apesar da prevalência da avaliação de políticas públicas por aspectos econométricos, surgem abordagens interativas que consideram variáveis contextuais e processuais.

A concepção de avaliação em profundidade de Rodrigues (2008) descreve o compromisso com paradigmas hermenêuticos dos formuladores, com a compreensão do fluxo, seus significados, seu contexto e historicidade, abordando não apenas os resultados, mas a subjetividade dos sujeitos participantes. A avaliação em profundidade constitui um processo multidimensional e interdisciplinar, contemplando várias dimensões (sociais, culturais, políticas, econômicas e territoriais) com objetivo de realizar interfaces analíticas e metodológicas em diversos campos, sobretudo das ciências sociais, Rodrigues (2008).

Gussi e Oliveira (2015) refletem sobre uma perspectiva de multidisciplinar de avaliação, contrapondo-se a modelos hegemônicos regidos por marcos regulatórios do Estado e do Mercado. Na perspectiva de Gussi e Oliveira (2015) e Rodrigues (2008) a postura do avaliador deve compreender os diferentes sujeitos da pesquisa a partir de referenciais próprios da cultura desses sujeitos. Para tanto, faz-se necessário ir a campo e construir uma “etnografia da experiência” da política que constituirá a base de dados para avaliação.

Com objetivo de analisar o que foi produzido a respeito da temática agricultura familiar e seu entrelaçamento com as políticas públicas, foi realizado estudo bibliográfico da produção científica que abrange o tema agricultura familiar.

Concomitante ao estudo da produção científica, foi realizado estudo documental da legislação específica sobre política de crédito agrícola e dados disponíveis nas páginas do BCB, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA), entre outras fontes com informações relacionadas ao tema, para uma estratégia de pesquisa exploratória e quantitativa, conhecimento histórico do Pronaf no Brasil

e na região em estudo, bem como dos principais indicadores sociais.

Por fins de pesquisa científica foram considerados não apenas os documentos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para investigação de determinado fato ou fenômeno, em que avaliamos a organização dos agricultores familiares, tais como em cooperativas e no sindicato dos trabalhadores rurais do município.

Na análise qualitativa, cabe refletir sobre a interpretação da realidade, conforme descrevem Minayo, Deslandes e Gomes (2009), com vistas a compreender as relações, valores, atitudes, crenças, hábitos e suas representações.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e questionários junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário, a cooperativa agrícola atuante no município, ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e a empresa de assistência técnica, além dos beneficiários diretos e indiretos do Pronaf e operadores de crédito de instituições financeira atuante, servindo de base para análise para contribuir com a compreensão da política em que os atores estão inseridos.

As categorias de análises foram definidas a partir dos estudos teóricos, sendo relacionadas ao contexto de formulação, sua trajetória institucional, bem como aos aspectos temporal e territorial de implantação, conforme dimensões avaliativas descritas por Rodrigues (2008), sempre tendo como parâmetro principal o indivíduo e o papel do Programa.

Como caracterização do universo destacamos as operações de Pronaf, independente da finalidade, sendo a amostra definida para entrevista deste grupo definida por acessibilidade, tendo como referência os pequenos produtores rurais atendidos por cooperativa agrícola atuante no município.

Destacamos no Quadro 1 os objetivos da pesquisa, correlacionando-os com as dimensões avaliativas, além da síntese dos pressupostos observados na trajetória teórica, descrita na Seção 2 da presente pesquisa.

Quadro 1: Matriz de objetivos da pesquisa avaliativa

OBJETIVO GERAL: Avaliar sob a ótica da avaliação em profundidade, descrita por Rodrigues (2008), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no recorte local do município de Caucaia (Ceará).		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	DIMENSÃO AVALIATIVA	PRESSUPOSTO/HIPÓTESE
Compreender se o conteúdo e o contexto do Pronaf estão alinhados aos sujeitos beneficiados ou influenciados na região, conhecendo os aspectos socioeconômicos dos sujeitos da pesquisa.	Conteúdo e contexto da atuação do Pronaf	<p>a) Existe concentração de renda e de propriedades.</p> <p>b) Os agricultores familiares têm dificuldades para acompanhar as novas técnicas produtivas.</p> <p>c) Existe pressão do mercado e manutenção de privilégios de grupos.</p> <p>d) A falta da titularidade da terra gera riscos para atividade produtiva.</p> <p>e) Setor agropecuário é fortemente influenciado por condições naturais.</p> <p>f) O tamanho da propriedade, forma de gestão, utilização da assistência técnica e escolaridade influenciam na renda do produtor rural.</p> <p>g) Há necessidade de complementaridade das atividades não-agrícolas e a pluriatividade na geração de renda no campo.</p> <p>h) Há necessidade de intervenção do Estado para enfretamento dos desequilíbrios econômicos.</p>
Refletir sobre trajetória institucional do Pronaf na região, discutindo sobre a articulação dos movimentos sociais, a evolução dos delimitadores legais (burocracia), o modelo produtivo e as desigualdades regionais.	Trajatória institucional do Pronaf	<p>a) Existe importância socioeconômica da agricultura familiar.</p> <p>b) O nosso modelo econômico no campo é historicamente voltado para os interesses dos grandes produtores.</p> <p>c) Estamos em momento fértil de estudos em vários campos interdisciplinares.</p> <p>d) Há novos discursos teóricos sobre a reforma agrária.</p> <p>e) Há maior pressão, articulação e participação das organizações sociais e sindicatos na construção das políticas públicas.</p> <p>f) Existe grande diversidade cultural, social e econômica da agricultura família.</p> <p>h) Nova concepção de valores atribuídos ao modelo agrícola.</p> <p>g) Nas últimas décadas houve melhoria dos delimitadores legais.</p> <p>h) Existem desigualdades da pirâmide social do campo, especialmente, no Norte e Nordeste brasileiro.</p>
Refletir sobre o espectro temporal e territorial do sobre a evolução do Pronaf, discutindo sobre o apoio dos órgãos governamentais aos múltiplos risco envolvidos, a coordenação com outras políticas e sobre seu papel para redução das desigualdades.	Espectro temporal e territorial do Pronaf	<p>a) Existem múltiplos riscos inerentes a atividade agropecuária.</p> <p>b) Há grande importância e influência das políticas públicas em múltiplos aspectos, tais como garantia de preço, assistência técnica, seguros, crédito agrícola, entre outros.</p> <p>c) Houve construção de mercados para segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental.</p> <p>d) Existem tensões e conflitos gerados por diferentes percepções de vários atores.</p> <p>e) Há necessária coordenação entre as políticas públicas.</p> <p>f) Os movimentos sociais contribuem com o amadurecimento de pautas, marcos regulatórios e legais.</p> <p>g) Há baixo desempenho da agricultura familiar nas regiões Norte e Nordeste.</p> <p>h) Existe grande importância do Pronaf para o semiárido brasileiro.</p> <p>i) É necessário observar as especificidades regionais na formulação das políticas públicas.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base na teoria observada.

Partindo do cenário preliminar sobre o estudo, apresentaremos a seguir a estrutura da pesquisa.

Em um primeiro momento, descrevemos uma trajetória teórica da geração de renda e o desenvolvimento local, perpassando pelo debate brasileiro sobre as teorias da agricultura familiar e descrevendo algumas das principais políticas públicas de fomento à agricultura familiar no Brasil.

No segundo momento, abordaremos a metodologia aplicado no estudo, descrevendo a abordagem avaliativa, a tipologia da pesquisa e as categorias de análise utilizadas, bem como caracterizando o universo, amostra e o sujeito, detalhando os procedimentos de coleta e análise utilizados.

Posteriormente, destacaremos a avaliação do conteúdo e contexto, da trajetória institucional, da temporalidade e territorialidade do Pronaf no ambiente estudado, caminhando entre a teoria e os dados coletados em campo, na busca de uma compreensão abrangente da política sob estudo.

Por último, explicaremos as contribuições teóricas e empíricas, o plano de divulgação em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), as limitações da pesquisa, sugestões de estudos futuros e as recomendações da pesquisa avaliativa para a gestão pública.

2 TRAJETÓRIA TEÓRICA PARA A PESQUISA AVALIATIVA

A seção trará a trajetória teórica da pesquisa, descrevendo o tema geração de renda no campo, da sua relação com agricultura de base familiar e seus possíveis reflexos no desenvolvimento local; também debateremos sobre a historicidade das teorias da agricultura familiar; bem como, descreveremos as principais políticas públicas de fomento à agricultura familiar.

2.1 Geração de renda e desenvolvimento local

No Brasil, a privação de renda e ativos sociais são ainda mais problemáticos nas zonas rurais em virtude da grande concentração de terras nas mãos de poucos, que associada aos fortes níveis de degradação dos recursos naturais, sobretudo no Nordeste, contribuem para o empobrecimento das famílias residentes nas áreas rurais, tendo como consequência o êxodo rural e a formação de aglomerados nas cidades, num processo de urbanização sem planejamento e descontrolado.

Almeida, Vinha e Santos (2023) destacam o problema da concentração de terras, ainda no século XXI, em que descrevem que debater a questão fundiária é discutir o cerne da questão agrária no Brasil, visto que esta concentração promove a exploração, exclusão e subalternidade da classe trabalhadora. Para os autores a geração de riqueza do agronegócio no Brasil, apesar da grande contribuição para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), é extremamente concentrada, implicando na manutenção da pobreza, em que apresentam diversos estudos de regiões com crescimento do agronegócio, contudo, baixo indicadores de desenvolvimento social, abaixo da média nacional.

Para Dowbor (1998), a concentração de renda no Brasil é um círculo vicioso, em virtude de fatores como a concentração de propriedades, da segmentação dos mercados, da inserção na economia global e da evolução das estruturas de poder.

Em que podemos descrever como origem desta concentração a formação social escravista (Lara, 2022), sendo um palco perfeito para a acumulação de capital, com um caráter econômico colonial, mesmo após a emancipação da Coroa portuguesa no século XIX.

Após abolição do tráfico negreiro em 1850, foi elaborada a Lei de Terras que institui a propriedade privada agrária no Brasil, como forma de privilegiamento da posse da terra, em que Lara (2022) descreve como um movimento de operacionalização política das classes dominantes.

A questão da herança da época da colonização é descrita por Dowbor (1998), que destaca a existência de muitas terras nas mãos de poucos, dados de 1989 descrevem que 1% dos estabelecimentos controlam cerca de 44% das terras agrícolas do país.

As afirmações de Dowbor (1998) e Lara (2022) coadunam com vários autores, em que podemos mencionar Leite (2012) e Gomes (2013) que destacamos problemas relacionados com a concentração fundiária e a dificuldade no acesso à terra afetando especialmente os pequenos produtores, organizados em sua maioria como agricultores familiares.

Quanto à segmentação do mercado, relacionada a concentração de terras, Dowbor (1998) enfatiza que mais da metade do poder de compra está nas mãos de 10% das famílias mais ricas, fazendo com que os agentes produtivos passem a produzir bens específicos para esta pequena parte da população mais abastada, desviando-se das necessidades básicas da maior parte de população.

Como característica da inserção na economia global, que privilegia o grande capital, Dowbor (2002) destaca a pressão direta de produtos internacionais, levando as empresas brasileiras a seguir as tendências mundiais de maior automação, enxugamento dos empregos e terceirização das atividades, tornando o emprego ainda mais precário.

Nesse sentido de enxugamento dos empregos no campo, Cruz (2019) descreve outras atividades como segmento industrial, de redes de comunicação e comércio aparecem como ocupações mais atrativas do que as tradicionalmente agrícolas, sendo opções de geração de renda, em especial no Nordeste, por apresentar maiores contrastes, quando comparado com as demais regiões, possuindo rendimento médio inferior.

A industrialização e urbanização ocorrida entre as décadas de 1960 e 1980, no Brasil, foi, conforme Dowbor (1998), particularmente, acelerada, provocando um grande êxodo da população agrícola. Contudo, o autor destaca que a urbanização do Brasil foi mais por expulsão do campo que por atração das cidades, tendo entre as causas a grande concentração de propriedade nas mãos de poucos.

Segundo Ferreira (2022), o desenvolvimento rural combina fatores econômicos e sociais, que estão relacionados ao nível de renda e a sua estabilidade para a obtenção de um nível de vida aceitável.

Estudo do Ministério da Fazenda, publicado por Radioagência (2024), que avaliou dados de imposto de renda de 2021 e 2022, destaca que os 10% mais ricos concentram 51% da renda total do país em 2022, confirmando a persistente e crescente concentração de renda no país.

Situação que coaduna com pesquisa realizada por Dias *et al.* (2021), que utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2024, destacam a disparidade entre os rendimentos do trabalho principal entre proprietários e não proprietários de terra, implicando em efeito positivo sobre o acesso ao crédito no Brasil.

Neste aspecto, Dowbor (2022) destaca a gritante subutilização da força de trabalho e da terra no Brasil, subutilizando o capital, transformando patrimônios em aplicações financeiras, em vez de investimento produtivo.

Ainda no contexto de disparidade de rendimentos, temos a falta de titularidade da terra pelo produtor rural que torna o acesso ao crédito, e consequente subutilização da terra, bastante restrito, em virtude da dificuldade para oferecer garantias ou colaterais, conforme descreve Dias *et al.* (2021), afetando em especial os pequenos agricultores, em particular os agricultores familiares, que apenas tiveram acesso significativo ao crédito após a criação do Pronaf (Guanziroli, 2019).

Para Dowbor (2022), estamos vivendo em uma democracia de faz-de-conta, em que o governo das oligarquias articuladas tem caracterizado a nossa política, com raros intervalos, deformando o desenvolvimento à proporção que favorece a manutenção de privilégios, reproduzindo a fratura social do país.

Para Dias *et al.* (2021) o direito da titularidade da terra nem sempre está claramente estabelecido, gerando riscos e dificuldades ao pleno exercício da atividade econômica nas áreas rurais, dificultando o acesso ao crédito para os agricultores familiares.

O processo de regularização fundiária legitima as propriedades que se encontram em situação de posses ou com posses irregulares. Dessa forma, a regularização fundiária tem como principal objetivo a promoção da segurança jurídica do patrimônio fundiário do agricultor familiar, facilitando o acesso a políticas públicas, buscando-se, assim, combater a pobreza rural (Dias *et al.*, 2021, p. 37).

Para tanto, foi importante a criação de instrumentos governamentais, como a criação do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), 1934, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), em 1936, e a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), em 1943, que teria como umas de suas atribuições a implementação da política de preços mínimos, política em que o governo regulava os estoques e preços da produção por meio da compra de parte dela, subsidiando assim os produtores, reduzindo eventuais prejuízos.

Nos anos 1950, ainda éramos um país rural, com dois terços da população vivendo dispersa no campo, o Brasil passou por uma urbanização acelerada devido ao êxodo da população rural em tempos de governo militar, na busca por melhores condições de vida, o que

não ocorreu para a grande maioria população, resultando na criação de uma enorme massa de pobres concentrados nas periferias urbanas, sem o correspondente aumento de empregos disponíveis.

Ainda nos anos 1950, com o forte aporte de recursos estrangeiros, indústrias produtoras de insumos para agricultura instalaram-se no Brasil, propiciando um período de expansão da produção agrícola, sem, contudo, grandes reflexos na utilização de mão de obra.

A partir dos anos 60, o Brasil começou a experimentar uma profunda modernização em sua agricultura, baseada no modelo então denominado “revolução verde”: sementes melhoradas que respondiam rapidamente ao uso de adubos químicos necessitavam da aplicação de agrotóxicos, e com operações geralmente mecanizadas (Grossi; Silva, 2002, p. 7).

A utilização de novas tecnologias agropecuárias e a política de crédito rural subsidiada, beneficiou em especial os grandes produtores, proprietários de grandes áreas de terras, proporcionando um aumento da pobreza rural e da concentração de renda e de terra, que ocasionarem em elevados índices de inadimplência e serviços rurais ineficientes, conforme descrevem Bittencourt *et al.* (1998).

Importante ressaltar Cruz *et al.* (2020), que destacam que os dados do suplemento do PNAD de 2014 demonstrando que agricultores familiares apresentam características demográficas, econômicas e regionais que as fazem acessar de modo diferente o crédito e assistência técnicas, os autores indicam ainda a necessidade de estímulos ao sistema bancário para favorecer a alocação do Pronaf na região Nordeste, com vistas a atender os menos favorecidos.

O crescente processo de urbanização impactou diretamente nas desigualdades sociais, conforme Dowbor (2016), em 1975, o mundo tinha 37,2% de população urbana, em 2003 esse número foi para 48,3% e em 2016, subiu para 55%, demonstrando a redução da população no campo.

Coadunando com Dowbor (2016), em 2021, o Banco Mundial divulgou estudo² indicando que cerca de 62,5 milhões de pessoas (ou 29,4% da população do Brasil) estavam na pobreza, sendo 17,9 milhões (ou 8,4% da população) em extrema pobreza³.

²<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>.

³O Banco Mundial adota como linha da pobreza os rendimentos per capita \$ 5,50 PPC (equivalente a R\$486 mensais per capita).

Araújo (2015) descreve que a literatura mostra entre os principais determinantes da pobreza no Brasil está na desigualdade da distribuição de renda e de oportunidades de inclusão econômica e social. A raiz do problema da pobreza está especialmente relacionada a desigualdade social no Brasil, em que metade do produto social é consumido por apenas 10% das famílias mais ricas, conforme destaca Dowbor (2016), a repartição mais justa dos bens e serviços permitiria assegurar um nível de vida confortável para a totalidade da população, o que se alinha as afirmações de Leite (2022) e Ferreira (2022), quando destacam a importância das políticas públicas de apoio à agricultura familiar para melhoria do nível de renda no campo.

Como aspecto mais duro da pobreza, podemos destacar a dificuldade de conseguir o mínimo sustendo para alimentação. No Brasil, em 1990, em torno de nove milhões de famílias não conseguiam com sua renda garantir o mínimo para satisfazer suas necessidades humanas (Dagnino *et al.*, 2002), contudo, grandes transformações no âmbito do Estado e da sociedade civil ocorrem após a Constituição de 1988, pós ditadura militar, em que as relações de resistência se modificam para uma postura de negociação e na possibilidade de uma atuação conjunta entre sociedade e forças políticas.

Dagnino *et al.* (2002) ponderam sobre o agravamento dos problemas sociais e a crise que tem caracterizado o setor público e o novo contexto político, descrevendo a década de 1990 como momento marcado pela atuação de muitos atores e forças sociais na busca de novos formatos e desenhos de política, questionando entre vários fatores, o padrão centralizador.

Levando para contexto das políticas públicas da Agricultura Familiar, coadunando com Dagnino *et al.* (2002), podemos descrever Grisa e Schneider (2014) que classificam a década de 1990 como de construção de um referencial social e assistencial para agricultura familiar, que surgiu como fruto de mobilizações sociais e mudanças paradigmáticas nos estudos sobre o campo, passando a destacar a permanência e a sua importância nos países desenvolvidos, o que se alinha com Picolotto (2022) sobre a importância nos movimentos sociais.

A atuação dos diversos atores envolvidos na transformação do contexto político pós-constituição, conforme descrita em Dagnino *et al.* (2002), aponta muitos cenários com características diversas e vários estudos que procuram contemplar seus diferentes formatos.

Entre as dimensões dos estudos pelas quais se configuram estes cenários, que não são fixos e que se inter-relacionam, os autores destacam:

- 1) Pela natureza da relação: i) Relações formalizadas - objetivos, funções e procedimentos razoavelmente definidos; ii) Relações menos formalizada – formatos mais fluidos, com objetivos, funções e procedimento variados.
- 2) Pela temática, em que se procura recobrir temas variados em torno dos encontros estabelecidos, consideração os diferentes significados e implicações.
- 3) Pelos tipos de atores envolvidos, em que se destaca a relação entre o Estado, o Legislativo e agências estatais específicas com as organizações da sociedade civil.
- 4) Pelos objetivos e funções, em que se procura incluir uma variedade de espaços com diferentes propósitos, como funções consultivas, deliberativas e até de articulação, pressão e monitoramento.

Entre estes atores de mudança no contexto político, Maria Antônia de Souza, em Dagnino *et al.* (2002), descreve o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento da sociedade civil, um dos grandes responsáveis pelos aspectos socioeconômicos das transformações da agricultura brasileira, em que suas de lutas contribuíram para o acúmulo de conhecimentos e articulação entre lideranças.

A autora destaca a atuação do MST a partir da década de 1990, com a consolidação de materiais nas áreas de educação, formação e cooperação agrícola.

Há que se destacar o formato da organização interna e externa do movimento, que tem contribuído para a sua expansão em várias frentes, que vão além da luta pela terra. Em 1984, o MST se consolida, definindo instâncias nacionais, estaduais, regionais e locais de organização e participação. Estrutura-se, nos anos seguintes, em setores de Educação, Produção, Formação, Frente de Massa, Finanças, Comunicação, Projetos Nacionais, setor este que se divide em Relações Internacionais e Direitos Humanos (Dagnino *et al.*, 2002, p.193).

Para Chiabotto e Montagner (2021), a constituição do MST foi fruto de inúmeras lutas camponesas pela disputa por terras, grandes áreas concentradas na posse de poucos, enraizando diversos problemas quanto à desigualdade social no Brasil.

Os autores destacam não existe apenas a posição territorial para o MST, sendo uma posição ideológica, pautada na luta de classes contra os processos hegemônicos da produção capitalista, em prol de direitos sociais, não apenas o direito à terra, elemento central do movimento, mas o direito a saúde, educação, moradia, estradas entre outros.

Neste contexto de desenvolvimento de políticas públicas que visam, entre outros aspectos, a melhoria das condições de vida da população, podemos descrever estudo da FAO⁴, indicando que, em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome, dados analisados entre 1990 e 2014, demonstram uma queda de 84,7% do número de brasileiros em situação de subalimentação.

O estudo da FAO destaca que o alcance da redução da extrema pobreza e fome no Brasil se deve às políticas de segurança alimentar como de transferência de renda, bem como o apoio à agricultura familiar com ações que visam facilitar o acesso ao crédito e assistência técnica aos agricultores.

Cabe ainda destacar a produção da agricultura familiar, não apenas pelo fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, mas também para contribuir com a geração de riqueza e ampliação da disponibilidade de serviços, considerando a economia não só do setor agropecuário.

Contudo, segundo Leite (2022), que descreve novo estudo do FAO, desde 2019 se observa um caminho contrário, o Brasil voltando à lista dos países que apresentam dificuldades de manter sua população com níveis satisfatórios de alimentação.

No aspecto das atividades econômicas no campo, cabe refletir sobre os riscos e especificidades da produção agropecuária para outros setores da economia, sendo decisiva a influência das condições naturais, como a fertilidade do solo, disponibilidade de água e a sazonalidade, conforme Dias, Silva e Costa (2023).

Para o equilíbrio macroeconômico em um cenário dominado por mecanismos financeiros autônomos, em que vemos no Brasil uma política de renda definida que faz a intermediação financeira ser mais lucrativa que a atividade produtiva, gerando ainda mais pobreza, destacamos como papel das políticas governamentais para regulação da distribuição de recursos.

Nesta linha de políticas para distribuição de recursos, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN), Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, assinala a relevância da agricultura familiar como estratégia para o desenvolvimento da segurança alimentar nutricional para que esta seja economicamente sustentável.

A relevância da agricultura familiar para PSAN pode ser evidenciada pela questão do acesso a alimentos em quantidade e qualidade satisfatórias pelos agricultores familiares e suas famílias e ainda pela contribuição destes no provimento para sociedade de produtos

⁴ <https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>

agroalimentares com os mesmos requisitos de suficiência e qualidade, conforme descreveu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), em 2004.

O agricultor familiar é definido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, por atender simultaneamente os requisitos: i) não detenha área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais⁵; ii) utilize preponderantemente mão-de-obra da própria família; iii) tenha percentual mínimo da renda originada da atividade econômica do seu estabelecimento ou empreendimento; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família

Na linha de sua definição, foi evidenciado por Silva *et al.* (2008) a forte associação entre o tamanho das propriedades rurais, sua forma de gestão empresarial e consequente rentabilidade, segundo estudo acerca dos determinantes na formação da renda bruta de propriedades rurais.

Neste aspecto, Leite (2022) avalia o importante papel das políticas públicas de comercialização da produção agrícola familiar, destacando seu impacto subjetivo, social e econômica para as famílias e suas localidades, confirmando como uma alternativa social e ambiental mais adequada para minimizar a insegurança alimentar e nutricional.

Nesta linha, o acesso ao crédito, proveniente de fontes pública ou privadas, apresenta importante papel no desenvolvimento da agricultura familiar e da região de influência, gerando oportunidades, estimulando investimentos em tecnologias e melhorias nas estruturas das propriedades, promovendo a atividade de produção de alimentos, geração de renda e melhoria na qualidade de vida no campo. Segundo Almeida (2014), a criação de associações rurais, cooperativas e sindicatos são formas de inserção do capital social na determinação da renda agrícola familiar.

Ao longo da história, diversos modelos de determinação de renda foram formulados e apresentaram grande destaque, a exemplo dos modelos Clássico e Keynesiano, em estudo realizado por Reis (2014), com vistas a avaliar os fatores determinantes para eficiência da agricultura familiar, argumenta-se sobre possíveis motivos para a renda da agricultura familiar ser menor que a de outros setores, destacando a assistência técnica e a escolaridade formal do gestor entre as variáveis mais importantes do capital humano como forma de incremento da renda do produtor rural.

⁵ Módulo fiscal - Unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para cada município.

Em estudo realizado por Guanziroli e Vichon (2019), utilizando como metodologia de análise de dados a criação de modelo de determinação de renda, por meio da aplicação de uma regressão múltipla, utilizando informações de agricultores das regiões serrana, norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 2015, revelou indícios de aspectos que influenciam na determinação da renda bruta das unidades agrícolas.

A utilização de assistência técnica por parte dos agricultores, a sua participação em cooperativas rurais, a localização dos estabelecimentos na região serrana, a maior extensão destes estabelecimentos e o aumento nos anos de escolaridade do produtor agrícola impulsionam positivamente a geração de renda bruta (Guanziroli; Vichon, 2019, p.366).

Diante do exposto, para elaboração de políticas públicas com foco no desenvolvimento da agricultura familiar é necessário que as instituições públicas levem em consideração os determinantes de renda, como educação, o estímulo à participação de cooperativas rurais e a utilização de assistência técnicas, conforme descreve estudo de Guanziroli e Vichon (2019).

No entanto, para Ferreira (2022) o desenvolvimento rural combina aspectos econômicos e sociais, sendo o primeiro relacionado diretamente com o nível de renda e a estabilidade familiar, e o segundo com a obtenção de um nível de vida digno, em que destaca a relação com a pluriatividade como descrito por Guanziroli e Vichon (2019), demonstrando as múltiplas formas de geração de renda do ambiente rural, em que seu desenvolvimento deve ser entendido com um processo multissetorial e multifuncional.

Neste contexto, a transformação demográfica com o êxodo rural e o aumento da concentração de renda destacam a importância na busca de alternativas de desenvolvimento e a importância de políticas públicas diversas.

A maior parte dos 5.570 municípios do país têm menos de 10 mil habitantes (44,8%), constituindo o que poderíamos chamar de um aglomerado rural do que propriamente uma cidade. Contudo, a maioria de população, mesmo que trabalhe na agricultura, vive em áreas urbanas do município, pequenas vilas ou mesmo em cidades polos que centralizam a oferta de serviços.

Segundo o Censo Agropecuário 2006, o Brasil tinha cerca de 370 milhões de hectares de terra ótima, boa ou regular para agricultura, sendo que apenas 77 milhões são utilizados para lavoura, sendo essa subutilização diretamente ligada à concentração da propriedade.

Essa subutilização geral da terra agrícola no Brasil está diretamente ligada à concentração da propriedade. Como ordem de grandeza, 1% dos proprietários controlam 45% das áreas. Pequenos proprietários, na linha da agricultura familiar, cultivam 65% das suas terras, enquanto nas grandes propriedades a lavoura ocupa tipicamente menos de 10% (Dowbor, 2016, p. 38).

Para Schneider (2009), a agricultura guarda lugar de destaque no espaço rural, contudo, sua evolução e sua dinâmica são afetados por outras atividades ali praticadas, sendo a agricultura um agente das relações que se estabelecem entre o espaço e a sociedade.

Um exemplo da mudança da “forma de ser” do rural seja a emergência e a expansão das “unidades familiares pluriativas”, pois é cada vez mais frente que uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural se dedique às atividades não-agrícolas, dentro ou fora da propriedade (Schneider, 2009, p.26).

Conforme Schneider (2009), a pluriatividade e as atividades não-agrícolas podem contribuir com a forma de organização do trabalho, da produção e geração de renda no espaço rural, apresentando novos mecanismos de garantia de sua reprodução material e, inclusive, ampliando sua importância na estrutura social.

O papel da Agricultura Familiar no desenvolvimento local deve ir no sentido dos interesses dos municípios de obter um desenvolvimento equilibrado, com base econômica variada e uma situação social mais justa, promovendo uma visão de longo prazo.

Nesse sentido, segundo Dowbor (2016), um sistema organizado de consensos da sociedade civil prescinde de alterações na organização da informação, no reforço da capacidade administrativa e de um amplo trabalho de formação da comunidade e da própria máquina administrativa, destacando ainda, que para ter impacto social tem de ter controle social, para priorização da qualidade de vida da população.

No contexto de melhoria da qualidade de vida da população, Bezerra e Schlindwein (2017) descrevem que, embora não exista uma única definição para o termo desenvolvimento econômico, ao longo do tempo duas correntes de economistas tentaram defini-lo. A primeira, destaca crescimento como sinônimo de desenvolvimento; e a segunda corrente, mais empírica, considera que o crescimento é condição indispensável, porém não suficiente, visto que envolve mudanças de estruturas e melhorias nos indicadores econômicos, sociais e ambientais.

Os resultados do estudo em Bezerra e Schlindwein (2017) com agricultores familiares de Dourados-MS indicaram a importância deste meio de produção para a manutenção das famílias no campo, assim como para produção de alimentos, geração de renda, consumo familiar e desenvolvimento local. Contudo, destacam que em virtude da pequena

quantidade de terra para produção, os agricultores precisam unir atividades agrícolas e não agrícolas para melhorar seus rendimentos.

Cabe ainda destacar o entendimento de Monteiro *et al.* (2023) de que para o fortalecimento da agricultura familiar faz-se necessário a interação de políticas macroeconômicas que melhorem as condições dos grupos de produtores, estratégias para reduzir a pobreza tanto urbana como rural, gerando empregos e fortalecendo as economias regionais e o mercado interno.

Quadro 2: Pressupostos para discussão sobre geração de renda e desenvolvimento local

AUTORES	PRESSUPOSTOS
Dowbor (1998); Lara (2022); Dowbor (2002); Almeida, Vinha e Santos (2023); Dias <i>et al.</i> (2021); Dowbor (2016); Gomes (2013) Dagnino <i>et al.</i> (2002); Chiabotto e Montagner (2021); Leite (2022); Dias, Silva e Costa (2023); Silva <i>et al.</i> (2008), Almeida (2014); Reis (2014); Guanziroli e Vichon (2019); Ferreira (2022); Schneider (2009); Bezerra e Schlindwein (2017); Monteiro <i>et al.</i> (2023).	a) Existe concentração de renda e de propriedades. b) Os agricultores familiares têm dificuldades para acompanhar as novas técnicas produtivas. c) Existe pressão do mercado e manutenção de privilégios de grupos. d) A falta da titularidade da terra gera riscos para atividade produtiva. e) Setor agropecuário é fortemente influenciado por condições naturais. f) O tamanho da propriedade, forma de gestão, utilização da assistência técnica e escolaridade influenciam na renda do produtor rural. g) Há necessidade de complementaridade das atividades não-agrícolas e a pluriatividade na geração de renda no campo. h) Há necessidade de intervenção do Estado para enfrentamento dos desequilíbrios econômicos.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na teoria observada.

A partir das discussões explanadas pelos autores, entende-se que os problemas para dificuldade de geração de renda no Brasil, em especial no campo, teriam como principais causas a concentração das propriedades nas mãos de poucos, bem como a manutenção de privilégios de grupos e a pressão do mercado.

As discussões indicam como dificultadores para o pequeno produtor a obtenção da titularidade da terra, a obtenção de uma educação e assistência técnica adequada, com vistas a uma atuação na melhoria da gestão, bem como a forte influência das condições naturais e a necessidade da atuação em várias atividades, inclusive não-agrícolas, para complementar a renda.

Os autores enfatizam ainda, a necessidade de intervenção do Estado para enfrentamento das desigualdades, levando em consideração os múltiplos fatores sociais, culturais, econômicos e regionais.

2.2 Teorias da agricultura familiar e o debate brasileiro

A discussão teórica-empírica sobre agricultura familiar no Brasil intensificou-se na década de 1990, após a redemocratização do país, com ampliação das forças dos movimentos sociais, as obras de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lemarche (1993) destacam importância socioeconômica dessa forma de produção e trabalho.

Contudo, o modelo produtivo dominante no Brasil sempre foi voltado para os interesses da grande exploração agropecuária, como única capaz de garantir divisas para o país por meio de exportação de produtos agrícolas de interesse internacional, cabendo à exploração de forma familiar uma condição considerada secundária, tais como a produção de alimentos do mercado interno, servir como reserva de força de trabalho, bem como para ocupação de áreas pouco povoadas.

Nesse sentido, além dos agricultores de base familiar terem sido desprivilegiados no que concerne ao acesso à terra, ao crédito público e às técnicas modernas, também tiveram grandes dificuldades para construir forças políticas autônomas que pudessem desafiar os grandes proprietários e o modelo de agricultura dominante (Picolotto, 2014, p. 66).

Boullosa (2021) descreve que, atualmente, vivemos em um momento fértil para os estudos de políticas públicas no Brasil, com um número crescente de estudiosos que vem propondo diálogos teóricos-metodológicos entre vários campos interdisciplinares, produzindo estudos cada vez mais plurais.

A autora destaca a emergente crítica ao cientificismo relacionado à tradição racional-empírica, descrevendo a obsessão pela neutralidade, a racionalidade instrumental, a supremacia do conhecimento, além do modelo elitista de democracia liberal-tecnocrática; contrapondo com a possibilidade de múltiplos caminhos de análise que se afastam da lógica formal, evidenciando ganhos em termos ontológicos, epistemológicos, analíticos, metodológicos empíricos, desta forma alargando as fronteiras do campo de estudo em políticas públicas.

Nesse contexto, Delgado (2005) aborda, juntamente com outros autores, o comportamento da questão agrária no Brasil no período de 1950 a 2003, quando se constrói um discurso teórico e político a favor de Reforma Agrária, que se contrapõe com uma reação contrária, com um discurso sobre a modernização técnica agropecuária.

A construção teórica e política sobre a distribuição de terras, segundo Delgado (2005), formou-se a partir dos anos 1960, com a emergência da Reforma Agrária no debate político, tendo importantes contribuições de alguns centros de reflexão, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), setores reformistas da Igreja Católica e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Entre as teses defendidas pela CEPAL, protagonizada pela contribuição de Celso Furtado, destacava o caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial, sendo um problema estrutural do setor agrícola brasileiro, que justificaria a mudança da estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo.

Após o período de Ditadura Militar, Delgado (2005) descreve um ambiente de abertura política em que ocorre uma ampla articulação social entre entidades de assessoria agrária, nasce o Movimento Sem Terra (MST); reorganiza-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); a Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que havia sido criada em 1997 e é fortalecida pela Igreja, além do surgimento de várias Organizações Não Governamentais (ONGs) em apoio ao Fórum Nacional pela Reforma Agrária.

Abramovay e Piketty (2005) concordam com Delgado (2005), sendo destacado ainda por Picolotto (2022) que as pressões dos movimentos sociais desde os anos 1970, entre eles a Comissão Pastoral da Terra, contribuíram para o amadurecimento da pauta de reivindicações para a política agrícola, que cominou com a implantação do Pronaf, em 1996.

Contudo, segundo Maciel (2008), a década de 1990 caracterizou-se por um novo surto neoliberal e pela implementação do Estado mínimo, com o desmantelamento dos serviços públicos de assistência rural, afetando principalmente para o produtor de pequeno porte, levando a insatisfações dos trabalhadores rurais que acumulavam inúmeros frustrações com as iniciativas governamentais implantadas, favorecendo o crescimento de conflitos pela terra, sob liderança de organizações como o MST, que julgavam paliativas as soluções como o Pronaf, diante da gravidades dos problemas enfrentados.

Os ajustes provocados pelas reformas neoliberais dos anos de 1990, segundo Delgado (2005), provocaram a desvalorização do preço da terra, tendo como efeito dificultar a política de Reforma Agrária, no espectro da agricultura familiar verificou-se um abandono de atividades, desmobilização de estabelecimento ou sua conversão em simples atividades de subsistência.

A partir de diagnóstico realizado, em 2003, pelo Plano Nacional da Reforma Agrária, Delgado (2005) destaca que a nova fase de expansão do agronegócio gerou a ampliação da produção de subsistência, com uma grande massa de trabalhadores desocupados e camponeses descartados no novo processo de modernização técnica.

Neste contexto, a reflexão sobre a definição de agricultura familiar se torna ainda mais importante. De acordo com Bastos (2006), o termo surgiu no Brasil em tese de doutorado de Ricardo Abramovay, sendo reforçado, em 1994, por Eli da Veiga, em estudo realizado para a Organização para a Alimentação e a Agricultura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Contudo, alguns autores consideram a agricultura familiar como criação do Estado, incorporada no Brasil em um esforço conjunto com organismos internacionais para estabelecer diferenciação entre a agricultura patronal, bem-sucedida, e os pequenos agricultores, carentes de políticas específicas.

A agricultura familiar é um termo plural que engloba uma população com grande diversidade cultural, social e econômica. Os agricultores familiares, ao longo dos tempos, foram chamados de diversas especificações, tais como, pequenos produtores, pequenos agricultores, colonos e camponeses, sendo a maioria dessas definições vinculada ao número de empregados, ao tamanho da propriedade e/ou a sua vinculação com o mercado de produtos interno (Cruz *et al.*, 2020), esta multiplicidade de conceitos dificultava a definição de políticas para esse grupo e a mensuração de sua importância.

Para Picoletto (2014), apenas nas últimas duas décadas houve uma construção da categoria agricultura familiar como modelo de agricultura e como identidade política de grupos de agricultores.

Ainda segundo o autor, o reconhecimento da agricultura familiar ocorreu a partir de três formas principais, que se complementam.

Como primeiro fator temos o aumento da importância política de seus atores que se constituíram como representantes: formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), em 2003, criada a partir de reorientação políticas da Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); bem como, da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), fundada em 2005.

O segundo fator se refere ao reconhecimento institucional desenvolvido pela definição de espaços no Estado, criação de políticas públicas e pela Lei da Agricultura Familiar.

E o terceiro fator surge da nova concepção de valores atribuídos ao modelo de agricultura, considerada até então como atrasada, ineficiente e inadequada, para valores como moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos, nova concepção promovida

por meio de lutas dos movimentos sindicais, bem como de setores acadêmicos e de setores do Estado.

A base tradicional de análise da questão agrária, conforme descreve Scheneider (2009), implica, usualmente, em discutir a produção agropecuária, os sistemas produtivos, o comércio, as trocas agrícolas dos padrões tecnológicos, a estrutura fundiária, a inversão de capital, entre outros focos, que levam ou deveriam levar os agricultores e os habitantes do mundo rural a se inserir na economia de mercado.

Muitos atores estão envolvidos na reflexão e construção da categoria agricultura familiar no Brasil, sendo o estudo destas várias perspectivas necessário para o melhor entendimento, entre estes agentes, Picolotto (2022) descreve a importância da luta das organizações sindicais. Ainda conforme o autor, a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos no Brasil, foi iniciada efetivamente na década de 1960, após décadas de discussões com organizações patronais para regulamentação de direitos e obrigações relacionadas às atividades rurais.

Desde meados dos anos 1980 os pequenos agricultores vinham construindo novas lideranças, dando visibilidade e importância para suas demandas, realizando mobilizações por melhores condições e preços para seus produtos.

Como forma de unificar os discursos, as entidades de representação dos agricultores, com receio de serem afetadas pelas mudanças econômicas e políticas que estavam ocorrendo, lançaram um discurso político que propunha a proteção social, política e econômica dos agricultores familiares, sendo a expressão “agricultor familiar” encaminhada com uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo.

Impactos da abertura comercial, a falta de crédito agrícola e a queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação, a incorporação e afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como os assentados, arrendatários, parceiros, integrados às agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou simplesmente trabalhadores rurais (Schneider, 2009, p. 34).

Nesse contexto, Picolotto (2014) destaca a elaboração pela CONTAG, em 1989, da Proposta do Movimento Sindical do Trabalhadores Rurais para as Leis Agrárias e Agrícolas, que culminou com a apresentação, em 1990, da proposta para um Projeto de Lei Agrícola pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) da Central Única do Trabalhadores.

Outros fatores que contribuíram para a construção das propostas políticas feitas pelo sindicalismo no processo de formação do Mercosul foram os intercâmbios, as viagens de lideranças e atividades de formação realizadas com organizações de agricultores, Igrejas, ONGs e agências de solidariedade europeias para conhecer as suas experiências (Picolotto, 2014, p. 72).

A partir de 1994, ocorrem eventos no intuito de unificar a força e o potencial que a união de atores em campo poderia ter, a mobilização em nível nacional ocorreu com os eventos denominados “Gritos da Terra Brasil”, sendo um espaço de proposição, reivindicação e negociação de políticas públicas para o campo e floresta, além de ser um processo mobilizador, formativo e informativo, tendo obtido conquista de importantes políticas públicas como o Pronaf, em 1995.

O Pronaf refletiu de alguma forma na melhoria das condições de produção e/ou sociais dos agricultores familiares e da região de influência, contribuindo com o desenvolvimento econômico.

A elegibilidade do produtor ao crédito do Pronaf é realizada a partir Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (CAF-Pronaf) válido, documento emitido por órgãos autorizados pela Secretaria Especial de Agricultura e Desenvolvimento (SEAD) do Ministério Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Para tanto, um importante delimitador e impulsionador para Agricultura Familiar no Brasil foi a Lei nº 11.326/2006, que estabeleceu critérios para sua classificação, baseando-se no tamanho da propriedade, no uso da mão de obra familiar e na composição da renda, estabelecendo ainda as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, em que destaca-se a possibilidade do Conselho Monetário Nacional (CMN) indicar condições adicionais às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus segmentos.

Todavia, ainda segundo Picolotto (2014), as organizações sindicais de agricultura possuem uma acepção mais subjetiva para as definições da Lei, mais ligada às especificidades da família agricultora, a sua vida, seu local de trabalho, à cultura local, à produção de alimentos, à diversidade, associando-a um valor positivo como superação de uma condição de inferioridade social que, historicamente, lhe foi atribuída.

Nesse sentido, as Conferências dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) destacaram, ainda em 2009, o debate da substituição da categoria “pequena produção” pela de “agricultura familiar”. Na conferência de 2009, afirmou-se como o campo não deveria ser visto

como propriedade, produtividade e relação com o mercado, mas como incorporação da agricultura familiar que reconheça os vários sujeitos no espaço rural, que visam atender as especificidades e os diferentes interesses.

Destaca-se do exposto, o papel das organizações sindicais para contribuir com a valorização da agricultura familiar a partir dos entes que a compõe, visando superar uma condição de inferioridade social, habilitando-os como participantes ativos do desenvolvimento local e nacional.

Aquino, Gazolla e Schneider (2018) destacam a divulgação, em 2006, do primeiro Censo Agropecuário que introduziu como novidade variáveis que permitem identificar diretamente nas estatísticas oficiais da Agricultura Familiar, a partir dos critérios da Lei nº 11.326/2006, além de indicar o mapeamento de atividades importantes do meio rural, até então pouco conhecidas, contribuindo com o debate nos movimentos sociais e acadêmicos, e na construção de políticas públicas.

Dowbor (2016) destaca que o principal problema que o Brasil enfrenta a desigualdade, que se soma a tragédia ambiental, considerando-o como o grande dilema que enfrentamos, descrevendo que até pouco tempo atrás, contentávamos com o crescimento econômico, acreditando que o resto seguiria. Atualmente, não há dúvidas da necessidade de mecanismos ativos de intervenção para enfrentar os desequilíbrios, na luta por uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Alinhando-se a Dowbor (2016) temos Aquino, Gazolla e Schneider (2018) que destacam o importante peso da agricultura familiar na estrutura agrária brasileira, contribuindo com geração de empregos, ocupações, renda e produção de alimentos destinados ao mercado doméstico, necessitando de uma utilização crítica dos indicadores censitários para uma constante luta por reconhecimento social e fundos públicos.

Contudo, Aquino, Gazolla e Schneider (2018) destacam que grande parte da agricultura familiar brasileira permanece nos degraus mais baixos da pirâmide social do campo, especialmente no Norte e Nordeste do país, sendo que suas evidências sugerem que uma das causas está associada às contradições da intervenção estatal, via política de crédito, que deve funcionar como um instrumento equalizador das desigualdades.

Quadro 3: Pressupostos sobre teorias da agricultura familiar

AUTORES	PRESSUPOSTOS
Veiga (1991); Abramovay (1992); Lemarche (1993); Boullosa (2021); Delgado (2005); Abramovay e Piketty (2005); Maciel (2008); Bastos (2006); Cruz et al. (2020); Picolotto (2014); Scheneider (2009); Picolotto (2022); Aquino, Gazolla e Schneider (2018); Dowbor (2016).	a) Existe importância socioeconômica da agricultura familiar. b) O nosso modelo econômico no campo é historicamente voltado para os interesses dos grandes produtores. c) Estamos em momento fértil de estudos em vários campos interdisciplinares. d) Há novos discursos teóricos sobre a reforma agrária. e) Há maior pressão, articulação e participação das organizações sociais e sindicatos na construção das políticas públicas. f) Existe grande diversidade cultural, social e econômica da agricultura familiar; h) Nova concepção de valores atribuídos ao modelo agrícola. g) Nas últimas décadas houve melhoria dos delimitadores legais. h) Existem desigualdades da pirâmide social do campo, especialmente, no Norte e Nordeste brasileiro.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na teoria observada.

A partir das discussões explanadas pelos autores, pode-se inferir quanto ao debate da agricultura familiar no país, que apesar do modelo agrícola nacional, historicamente, ser voltado para os interesses dos grandes produtores, a agricultura familiar tem grande importância socioeconômica para o país, com grande diversidade cultural, social e econômica, que vivemos um momento fértil para discussões multidisciplinares, com a ampliação dos discursos teóricos sobre a reforma agrária e outros temas relacionados, tendo entre os motivos a maior pressão e articulação das organizações sociais e a melhoria dos delimitadores legais.

2.3 Políticas públicas de fomento à agricultura familiar no Brasil

A agropecuária é uma atividade econômica que apresenta diversos riscos aos produtores, riscos que envolvem a decisão de iniciar a produção, a decisão pelo modelo e técnicas produtivas, além da eventual estocagem ou venda, em busca de melhores condições. Porém, os riscos climáticos, escassez ou excesso de chuvas, condições de solo desfavoráveis podem influenciar ainda mais no retorno esperado.

Para compensar esses riscos, políticas específicas são criadas para estimular a agropecuária. Contudo, conforme descrever Bacha (2018) certos governos podem dar apoio diferenciado a setores agropecuários, em razão de questões estratégicas e/ou de interesses nacionais e locais.

Entre estes interesses, o autor destaca: i) a ocupação do espaço territorial; ii) a garantia de suprimento doméstico de alimentos, mesmo com preços superiores aos dos produtos importados; iii) a busca de um desenvolvimento espacial mais homogêneo.

Na linha do apoio, Bacha (2018), Dias, Silva e Costa (2023) descrevem importantes instrumentos de política de conteúdo agrícola, por exemplo a Garantia de Preços Mínimos, o Seguro Rural e o Crédito Rural estão entre os principais, pois dão alguma segurança ao produtor e impulsionam a produtividade, a modernização e a conseqüente adoção de novas tecnologias, bem como, produzem alterações no espaço e nas relações sociais no campo e na região de influência.

A política de Garantia de Preços Mínimos consiste em mecanismo específico de política de rendas que procura minimizar as flutuações de preços recebidos pelos produtores rurais, limitando o mínimo de renda a ser obtido na venda de sua produção.

Para proteção do agricultor contra flutuações da produtividade, especialmente, por efeito de fatores climáticos, faz-se o uso do Seguro Rural, em que o agricultor paga uma quantia a uma seguradora para ter direito a um montante, caso haja perda de produção ou patrimônio devido a adversidades climáticas.

Nesta linha, a política de Crédito Rural é um mecanismo de concessão de crédito à agropecuária a taxa de juros e condições de pagamentos diferentes das utilizadas no mercado livre, as normas são determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BCB), estando consolidadas no Manual de Crédito Rural (MCR).

Até a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) com a Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965, o crédito rural no país era executado apenas pelo Banco do Brasil, por meio da Carteira de Crédito Agrícola Industrial (CREAI), criada em 1935.

Contudo, desde a criação do SNCR, a oferta de crédito rural vem passando por fortes modificações, afetadas por diversos fatores como inflação, oscilações nos preços dos insumos, interferências políticas, restrição de recursos financeiros, entre outros. As principais modificações referem-se ao valor da taxa de juros real cobrada e a participação dos bancos públicos no fornecimento de crédito rural.

Entre os diversos programas pertencentes ao SNCR, destaca-se o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produto Rural (Pronamp), o Programa de Financiamento da Agricultura Irrigada (Proirriga), o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro), o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) e o Pronaf, este último, objeto do presente estudo.

Entre os importantes movimentos de mudança, destaca-se a Resolução CMN nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, que tornou obrigatório o direcionamento de 10% dos depósitos à vista no sistema bancário para a concessão de crédito ao setor agrícola, denominada exigibilidade, ampliando assim a disponibilidade de crédito.

Além da concessão de crédito rural pelas instituições financeiras determinada pelo CMN, as instituições podem conceder crédito a partir de outras fontes de captação que possuem um custo mais elevado, contudo, com menor rigor dos órgãos reguladores.

Visando a melhoria da produção agropecuária, os agentes políticos também investiram em serviços de pesquisa e extensão rural, surgindo, em 1973, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Como consequência da disponibilidade de crédito rural e dos serviços de assistência aos produtores, tivemos maior utilização de tecnologias, aumento da produtividade, bem como a geração de renda e emprego, com impactos positivos não apenas no setor agrícola, mas na economia brasileira, contudo ainda muito direcionados para os grandes produtores e interesses políticos.

Após a promulgação da Constituição Federal em 1988, podemos destacar dois processos relacionados às políticas públicas para agricultura familiar; o primeiro relacionado ao reconhecimento, à formalização e ao estímulo à participação social, tanto na construção, como na implementação, sendo inspiradora para o surgimento de várias iniciativas, tais como os orçamentos participativos; o segundo processo refere-se ao desenvolvimento, à diversificação e a uma maior heterogeneidade das políticas para agricultura familiar.

As diferenças de interesses, com proposta muitas vezes antagônicas de desenvolvimento rural ocorreram, tendo como uma das causas a existência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para tratar das questões da agricultura familiar e da reforma agrária, enquanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) era responsável pelas atividades empresariais, expressando-se o reconhecimento do conflito da existência desses dois tipos de agricultura.

Contudo, os movimentos sociais ganharam força nos governos Lula e Dilma, a partir de 2003, e composição do MDA contou com a participação de quadros ligados aos movimentos sociais e sindicais, propiciando maior influência destas organizações nas formulações de política públicas de apoio à agricultura familiar.

Além das políticas públicas relacionadas ao crédito agrícola, como o Pronaf, podemos destacar a implantação do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), o Programa Garantia de Safra, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Crédito Fundiário

(PNCF), Luz para Todos, Arca das Letras, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), entre outros.

Contudo, Aquino, Gazolla e Schneider (2018) destacam a desigualdade predominante entre agricultores familiares, com diversas explicações, coletadas na literatura especializada, tais como: a herança excludente adotada desde a colonização, Delgado (2005); a elevada concentração fundiária, Lemarche (1993); a baixa sinergia das políticas de desenvolvimento rural com as políticas sociais, Garcia, Helfand e Souza (2016), entre outras.

Para melhor direcionamento das políticas públicas, tivemos a Lei nº 11.326/2006 que estabeleceu as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, com vistas a compatibilizar as seguintes áreas: i) crédito e fundo de aval; ii) infraestrutura e serviços; iii) assistência técnica e extensão rural; iv) pesquisa; v) comercialização; vi) seguro; vii) habitação; viii) legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária; ix) cooperativismo e associativismo; x) educação, capacitação e profissionalização; xi) negócios e serviços rurais não agrícolas; xii) agroindústria; xiii) modernização e desenvolvimento sustentável e xiv) inovação e desenvolvimento tecnológico.

Para Grisa e Schneider (2014), as políticas públicas para agricultura familiar se dividem em 3 gerações. Na primeira geração, a criação de um referencial agrícola e agrário, destacando que na metade da década de 1950 o governo brasileiro adotou de forma mais acentuada a estratégia de industrialização por substituição de importações. Essa estratégia apresentou dificuldades para abastecimento alimentar no início da década de 1960, em que se argumentava que a agricultura precisava modernizar-se para cumprir suas funções no desenvolvimento econômico do País.

Na segunda geração, houve a construção de um referencial social e assistencial, após a criação do Pronaf, em 1995, as organizações da agricultura familiar começaram a pautar a necessidade de o Programa atender a diversidades socioeconômicas específicas, culminando na criação de linhas direcionadas ao público com maior vulnerabilidade social, como o Pronaf do Grupo B.

Segundo Grisa (2012), a criação Pronaf foi fruto de mobilizações sociais vinculadas à agricultura familiar, de mudanças em paradigmas nos estudos rurais, dos próprios interesses do Governo Federal em manter a ordem social e certa influência no sindicalismo dos trabalhadores rurais.

A terceira geração tem como referência a construção de mercados para segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, os anos 2000 iniciaram sob efeito de grandes mudança

políticas, com a assunção de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), e projetos como o Fome Zero ressaltavam o potencial do mercado institucional no fortalecimento da agricultura familiar, criando canais de comercialização e geração de renda, impulsionando a economia das regiões beneficiadas, para atendimento das necessidades alimentares de grande parcela da população.

Grisa e Schneider (2014) destacam, nessa etapa, a criação Programa e Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, e sua consequente expansão; a implantação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), em 2004; das compras da agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), reformulado através da Lei nº 11.947, de 2009; da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio); e, como a consequente ampliação de mercados institucionais dinamizados através do PAA, em 2012, com a criação da modalidade de compra institucional.

O PAA, instituído pelo art. 19 da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, tem como finalidades básicas a promoção do acesso à alimentação e incentivo a agricultura familiar, o Programa simplifica as compras governamentais de alimentos produzidos pela agricultura familiar, destinando-os às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, como a rede pública e filantrópica de ensino.

A Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, lançou o PNPB com objetivo de introduzir o biodiesel na matriz energética brasileira, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional.

O PNAE consiste no repasse de recursos financeiros federais para entidades de ensino com objetivo da formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional, sendo que pelo menos 30% do valor repassado pela Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deve ser utilizado para compra direta de produtos da agricultura familiar.

O PGPM-Bio tem entre seus objetivos garantir renda ao agricultor familiar extrativista, por meio do preço mínimo para produtos específicos que ajudam na conservação dos biomas brasileiros.

Podemos ainda citar o Garantia Safra, instituído pela Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, como ação do Pronaf que tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sujeitos a perda de safra por razão de fenômeno de estiagem ou excesso hídrico.

Visando garantir o pagamento de financiamentos rurais de custeio agrícola quando a produção for afetada por eventos climáticos ou pragas, o Governo Federal instituiu o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), pela Lei nº 5.969, de 11 de setembro de 1973, aperfeiçoado ao longo do tempo, em que destacamos modalidade específica para agricultores com operações do Pronaf, denominado Proagro Mais.

Nesse contexto de políticas públicas para fomento da produção agrícola, destaca-se ainda o Plano Safra, programa composto por um conjunto articulado de ações, lançado anualmente pelo Governo Federal, tendo em seu primeiro ano, referente a safra 2003/2004, viabilizado aos produtores R\$32,5 bilhões de crédito rural, sendo R\$5,4 bilhões específicos para a agricultura familiar, sob o comando do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Podemos destacar grandes evolução do Plano Safra, que em sua versão 2023/2024 disponibilizou R\$364,22 bilhões em crédito rural, tendo entre os pontos de destaque o incentivo aos sistemas produtores ambientalmente sustentáveis e redução de taxas de juros para recuperação de pastagens, deste total, o montante de R\$77,7 bilhões foi específico para apoio à agricultura familiar.

No entanto, Garcia, Helfand e Souza (2016) destacam que existe um consenso substancial a respeito dos obstáculos para redução da pobreza está na falta de coordenação entre as políticas públicas.

Com vistas a melhoria desta coordenação e multiplicidade, Leite (2023) destaca o processo de expansão das políticas públicas voltadas para agricultura familiar não ocorreu sem tensões e conflitos, em que, apesar de inúmeros avanços proporcionados pelos espaços de participação, havia a percepção por diferentes atores sociais quanto à insuficiência das instituições e à debilidade dos mecanismos de transparência.

Leite (2023) destaca que no percurso do fortalecimento das políticas públicas, ocorreram alterações em marcos regulatórios e legais, que iam contra a luta pelo reconhecimento de direitos territoriais de povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas e pela preservação do meio ambiente, tais como a revisão do Código Florestal (reduzindo áreas destinadas à proteção permanente), a concessão de anistias e a liberação de crédito rural para proprietários que haviam praticado desmatamento, estimulando a utilização de terras indígenas.

Neste aspecto, Abramovay e Piketty (2005) destacam que a pressão de movimentos sociais desde meados dos anos 1970, como a Comissão Pastoral da Terra, contribuiu para o amadurecimento de uma pauta de reivindicações quanto à política agrícola, que se exprime no Pronaf.

Ainda segundo os autores, em 1996, primeiro ano do Programa, menos de 10% dos agricultores familiares do País obteve crédito para custeio agrícola.

Contudo, a concepção do Pronaf e suas complexas ramificações institucionais aperfeiçoaram, ao longo dos anos, em que o processo de sua implementação representaram o reconhecimento, por parte do Estado, da importância da agricultura familiar para produção de alimento, contribuindo com a geração de renda e qualidade de vida do ambiente rural, especialmente, para os grupos sociais mais vulneráveis, definindo um modelo socioeconômico de produção específico, diferente daquele que caracterizaria a agricultura de larga escala ou patronal.

As principais fontes de recursos utilizadas no Pronaf são oriundas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste (FNE), do Centro-Oeste (FCO) e do Norte (FNO), operações oficiais de crédito e os recursos obrigatórios.

Contudo, Aquino, Gazolla e Schneider (2018) destacam que a disputa por fundos públicos se manifesta no setor agrário, onde se verifica o privilegiamento dos grupos capitalizados e a marginalização da fração mais pobre, com menos acesso a melhores condições produtivas.

No entanto, evoluções ocorreram, em agosto de 2000, com recursos do Tesouro Nacional, o Pronaf ampliou seus limites na direção dos mais pobres, aqueles com renda anual bruta, à época, de até R\$1,5 mil, estava criado o Pronaf Grupo B.

O Pronaf surgiu em 1996 como alternativa de crédito, a partir de um processo facilitado para obter financiamento, com baixos juros e maiores prazos que o mercado, passando a maior robustez nos anos 2000, quando passou a ser observado um maior estímulo na produção rural, conforme descreve Araújo (2020), principalmente, por ações relacionadas ao suporte de assistência técnica, na busca de garantir o desenvolvimento da infraestrutura, para aumento da capacidade produtiva, garantindo acesso e absorção de novas tecnologias.

Contudo, existe grande diversidade de contexto na geografia da agricultura familiar no Brasil, composta por heterogeneidades sociais que abrange tanto os pequenos agricultores do Sul do Brasil, herdeiros dos migrantes do século XIX, quanto dos ribeirinhos do ambiente da Amazônia, até aqueles situados no agreste nordestino, historicamente inserida na monocultura da cana-de-açúcar.

Pesquisa realizada por Moura (2021), a partir de dados dos Censos Agropecuários (2006/2017) descreve o aumento do número de microrregiões brasileira com baixo desempenho competitivo da agricultura familiar, constatando expressiva heterogeneidade, com

piores indicadores para as microrregiões localizadas nas regiões Norte e Nordeste.

À medida que o Pronaf evoluiu e se consolidou como a mais ampla política de crédito para a produção agrícola familiar do país, a heterogeneidade interna, regional e socioeconômica da agricultura familiar brasileira foi se tornando cada vez mais conhecida e surgiram novas questões para discussão.

Como exemplo, a maior concentração de operações na região Nordeste, para Araújo (2020) pode servir para inúmeras avaliações, entre as quais podemos destacar os desafios para viabilização econômica da agricultura familiar na região; a importância do acompanhamento dos impactos do Pronaf na região, sobretudo no contexto de seca da região do Semiárido; bem como, a agricultura familiar como segmento social de expressiva importância econômica no contexto regional.

Nesta linha, Moura (2021) destaca, a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017, que o Nordeste brasileiro concentra maior volume de postos de trabalho da agricultura familiar e participa com 47,18% do total de estabelecimentos agropecuários.

A partir de dados do Banco Central do Brasil para o período de 2000 a 2018, Monteiro *et al.* (2023) destacam que as regiões Norte e Nordeste tiveram menos participação na captação do Pronaf, quando comparado com as regiões Sul e Sudeste, em que pode estar associado ao maior envolvimento da assistência técnica e serviços de extensão rural e do desenvolvimento agrícola entre as regiões, permitindo compreender sobre a heterogeneidade da apropriação do Pronaf entre as regiões consideradas mais pobres.

De acordo com o último Censo Agropecuário 2017, 77% dos estabelecimentos brasileiros são classificados como unidades agrícolas familiares, o que representa aproximadamente 3,9 milhões de estabelecimentos. Sendo que no Nordeste este percentual ainda maior, chegando a 79,17%, que em sua maioria caracterizado pelo uso de práticas agrícolas tradicionais, que sofrem grande influência das condições pluviométricas.

Ainda no Nordeste brasileiro está situada uma das três grandes áreas Semiáridas da América do Sul, em que predominam combinações de temperaturas médias anuais muito elevadas, com irregular regime pluviométrico, o Semiárido do Brasil alcança todos os nove estados do Nordeste e parte do Estado de Minas Gerais.

A partir de análise estatística descritiva realizada por Dias, Silva e Costa (2023), que avaliaram lavouras temporárias no Nordeste, observaram que o crédito do Pronaf é destinado em maiores volumes para municípios com menor precipitação de chuvas (semiárido e polo de irrigação), visto que tendem a passar maiores dificuldades produtivas, demonstrando a importância do crédito rural.

No Semiárido brasileiro, de um modo geral e no do Ceará, especificamente, prevalecem atividades agrícolas que dependem exclusivamente das precipitações de chuvas, são as lavouras de sequeiro que têm bastante relevância para a agricultura local, tanto na formatação da renda das famílias rurais como na promoção da segurança alimentar.

Para tanto, os resultados de pesquisa realizada sobre agricultura familiar por Lemos *et al.* (2017) destacam como preocupante a baixa inserção dos agricultores familiares no serviço de assistência técnica e extensão rural, tendo como consequência uma reduzida captação de recursos de crédito rural, os autores propõem que os formuladores de políticas públicas devem considerar as especificidades regionais com maior profundidade para que não ocorram medidas equivocadas no planejamento e implantação da política, evitando que os municípios ou microrregiões sejam tratados como homogêneos.

Quadro 4: Pressupostos sobre políticas de fomento à agricultura familiar

AUTORES	PRESSUPOSTOS
Bacha (2018); Dias, Silva e Costa (2023); Aquino, Gazolla e Schneider (2018); Delgado (2005); Lemarche (1993); Garcia, Helfand e Souza (2016); Grisa e Schneider (2014); Grisa (2012); Leite (2023); Garcia, Helfand e Souza (2016); Abramovay e Piketty (2005); Moura (2021); Araújo (2020); Monteiro <i>et al.</i> (2023); Lemos <i>et al.</i> (2017).	a) Existem múltiplos riscos inerentes a atividade agropecuária. b) Há grande importância e influência das políticas públicas em múltiplos aspectos, tais como garantia de preço, assistência técnica, seguros, crédito agrícola. c) Houve construção de mercados para segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. d) Existem tensões e conflitos gerados por diferentes percepções de vários atores. e) Há necessidade a coordenação entre as políticas públicas. f) Os movimentos sociais contribuem com o amadurecimento de pautas, marcos regulatórios e legais. g) Há baixo desempenho da agricultura familiar nas regiões Norte e Nordeste. h) Existe grande importância do Pronaf para o semiárido brasileiro. i) É necessário observar as especificidades regionais na formulação das políticas públicas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na teoria observada.

A partir das discussões explanadas pelos autores, pode-se inferir, quanto às políticas de fomento à agricultura familiar, que os múltiplos riscos inerentes para a atividade agropecuária tornam fundamental o apoio do Estado que é dificultado por interesses diversos, gerando tensões e conflitos.

Os autores destacam uma grande diversificação, recente, das políticas públicas, e sua importância estratégica, em podemos citar ao PAA, PNPB, PNAE, PGPM-Bio e Pronaf, este último sendo aprofundado na presente pesquisa, destacando ainda a criação de vários fundos financiadores para as políticas, entre os quais o FAT, FNE, FCO e o FNO, que apesar

da evolução observada, os autores indicam a necessidade melhor coordenação e planejamento entre as políticas públicas, considerando as especificidades regionais.

3 EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA AVALIATIVA

Nesta seção abordaremos a metodologia aplicado no estudo, descrevendo a abordagem avaliativa, a tipologia de pesquisa e categorias de análise utilizadas, bem como caracterizando o universo, amostra e o sujeito da pesquisa, detalhando os procedimentos de coleta e análise utilizados.

3.1 Abordagem avaliativa, tipologia da pesquisa e categorias de análise

Rodrigues (2008) descreve que apenas no final da década de 1980 intensificou-se o estudo da temática de avaliação das políticas públicas, assumindo papel de relevância nas administrações da América Latina. Contudo, a autora destaca a relevância ao tema deve-se, em especial, à situação de dependência do país às agências financiadoras internacionais, desta forma sobressaindo-se a abordagem gerencialista e uma concepção instrumental da avaliação.

Diante do exposto, Rodrigues (2008), tendo como cautela e mesmo ceticismo com modelos universais aplicados a contextos particulares, considera a importância da antropologia no fornecimento de instrumentais teóricos-metodológicos para a realização de estudos avaliativos sobre política públicas.

Logo, a autora, tendo como ênfase a interpretação do lócus empírico e a assertiva de que o conhecimento é produzido por múltiplas dimensões, propõe uma perspectiva denominada Avaliação em Profundidade, que tem como dimensões:

- análise do conteúdo do programa com atenção aos aspectos de formulação, bases conceituais e coerência interna;
- análise do contexto da formulação da política, avaliando seu momento político, econômico e social, outras políticas correlacionadas, bem como seu marco legal;
- trajetória institucional de um programa, visando entender o grau de coerência/dispersão do programa ao longo do seu percurso nas vias institucionais;
- espectro temporal e territorial que visa apreender a configuração temporal e territorial para confrontar seus objetivos com as especificidades locais e sua historicidade.

Para Oliveira e Gussi (2017) a metodologia de avaliação em profundidade não obedece a modelo metodológicos rígidos, constituindo-se em uma construção processual do avaliador-pesquisador que busca compreender como os diferentes atores envolvidos concebem as políticas e entendem os resultados e impactos a partir de referenciais próprios dos atores.

A abordagem avaliativa focará nas dimensões da avaliação em profundidade para:

- i) Compreender se o conteúdo e o contexto do Pronaf estão alinhados aos sujeitos beneficiados/influenciados na região, em que destacamos, pela relação direta ao Pronaf, como análise documental o Manual de Crédito Rural (MCR), que codifica as normas aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BCB), os Decretos 79/1966, 1.946/1996 e 7.272/2010, as Leis 4.595/1964, 4.829/1965, 5.868/1972, 8.171/1991, 10.420/2002, 10.696/2003, 11.326/2006, 11.346/2006 e 11.947/2009, entre outras legislações, além das publicações do Plano Safra da Agricultura Familiar, bem como documentos/cartilhas obtidas junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário do Município de Caucaia.
- ii) Analisar trajetória institucional do Pronaf na região, discutindo sobre a articulação dos movimentos sociais, a evolução dos delimitadores legais (burocracia), os ganhos ao modelo produtivo, além das desigualdades regionais.
- iii) Refletir sobre o espectro temporal e territorial da evolução do Pronaf na região, discutindo sobre o apoio dos órgãos governamentais aos múltiplos riscos envolvidos, a coordenação com outras políticas e sobre seu papel para redução das desigualdades.

Apesar de não utilizarmos um modelo rígido de avaliação, podemos refletir sobre a avaliação da pesquisa social, que por meio da utilização de um processo formal e sistemática do desenvolvimento do método científico, é possível descobrir respostas para problemas, obtendo novos conhecimentos no campo da realidade social, em sentido amplo, envolvendo aspectos relativos à pessoa diretamente atendida pela política sob análise e seus múltiplos relacionamentos.

Minayo, Deslandes e Gomes (2009) refletem sobre as ciências sociais, considerando-as como objeto histórico, pois cada sociedade humana existe e se constrói em um determinado espaço e se organiza de forma participar, contudo, com traços comuns em virtude da influência da época que vivenciam.

Nesse contexto, conforme descreve Ozanira (2013), a pesquisa avaliativa visa acessar a conceituação, o desenho, a implementação e as utilidades dos programas sociais, utilizando das metodologias da pesquisa social para julgá-los e aperfeiçoá-los, tendo como pressuposto que as políticas e programas sociais devem gerar impactos, alterando as condições de vida das pessoas.

Para Minayo, Deslandes e Gomes (2009), o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo, onde a cena e o dinamismo da vida individual e coletiva deve surgir em seus múltiplos significados, para os autores a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e atitudes.

Nesse aspecto, esta pesquisa avaliativa tem uma abordagem qualitativa e aplicada ao preocupar-se com a observação direta do seu contexto natural, podendo produzir múltiplas interpretações no sentido das ações e eventos, não se preocupando diretamente em estabelecer relação causal e buscando tendências entre os relatos obtidos.

Contudo, cabe ressaltar que nem sempre uma abordagem é adotada rigorosa ou exclusivamente numa investigação e com frequências são adotadas combinações de métodos. Ozanira (2013) destaca a complexidade para entendimento da realidade social, na busca de suas determinações e contradições, sendo que a pesquisa avaliativa busca a análise crítica das políticas, fundamentando-se em valores e concepções sobre a realidade social partilhadas pelos sujeitos da avaliação, buscando ainda contribuir com a tomada de decisão dos agentes públicos e com as lutas sociais por cidadania, rumo à uma sociedade mais justa.

Esta complexidade da pesquisa qualitativa também pode ser descrita pela ausência da preocupação em quantificar ou explicar, mas em compreender as relações, Minayo, Deslandes e Gomes (2009), com objetivo de interpretar a realidade.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com objetivo de proporcionar uma visão geral, por meio do estudo de múltiplos aspectos dos sujeitos beneficiados pelo Programa sob análise, caracterizando o grupo estudo, os fenômenos que o envolvem e sua relação com o meio, buscando determinar a natureza dessas relações, o que a aproximaria da pesquisa explicativa.

Como estratégias e procedimentos, será utilizado um estudo caso, de acordo com Yin (2001), tendo como sujeitos da pesquisa beneficiários do Pronaf no município de Caucaia, sendo um estudo empírico que visa investigar o Programa dentro de seu contexto da vida real.

Cabe destacar a concepção teórica de abordagem, descrita por Minayo, Deslandes e Gomes (2009), onde a teoria e a metodologia caminham juntas, neste sentido, a investigação inicia-se por uma questão, um problema, uma pergunta, que movimenta o pensamento e vincula-se a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais.

Para essa construção, Yin (2001) destaca as habilidades pessoais necessárias a um estudo de caso, em que podemos compilar como:

- capacidade de fazer boas perguntas e interpretar as respostas;
- ser um bom ouvinte e não ser enganado por suas ideologias e preconceitos;

- ser adaptável e flexível as situações encontradas;
- possuir a noção clara das questões abordadas;
- ser sensível e estar atento ao contraditório.

Como paradigma de pesquisa no âmbito da avaliação de políticas públicas, a pesquisa apropria-se da perspectiva da avaliação em profundidade de Rodrigues (2008), que tem como características: compromisso com o paradigma hermenêutico dos formuladores da política pública; relevância na compreensão do fluxo da política e de seus significados na dimensão espaço-temporal; avaliação não restrita a avaliação técnica; abordagem considerando contexto, historicidade e processo, tendo como foco a trajetória; subjetividade dos sujeitos participantes e das instituições; e uma abordagem de todo o processo da política e não apenas dos resultados.

A partir da avaliação da teoria descrita na seção anterior, classificada nas categorias de análise em estudo, destacamos a seguir algumas questões que podem ser abordadas empiricamente nesta e em outras pesquisas.

Quadro 5: Matriz de categorias de análise teórica

CATEGORIAS DE ANÁLISE	BASE CONCEITUAL	QUESTÕES A OBSERVAR EMPIRICAMENTE
Geração de renda e desenvolvimento local	Dowbor (1998); Lara (2022); Dowbor (2002); Almeida, Vinha e Santos (2023); Dias et al. (2021); Dowbor (2016); Dagnino et al. (2002); Chiabotto e Montagner (2021); Leite (2022); Dias, Silva e Costa (2023); Silva et al. (2008), Almeida (2014); Reis (2014); Guanziroli e Vichon (2019); Ferreira (2022); Schneider (2009); Bezerra e Schlindwein (2017).	(a) Existe concentração de renda e propriedades? (b) Há dificuldade de acompanhamento de novas técnicas? (c) A titularidade da terra influencia a atividade produtiva? (d) Houve crescimento dos movimentos sociais? (e) Características da gestão, utilização de assistência técnica e escolaridade do produtor influenciam na geração de renda? (f) Existe diversificação de políticas públicas e estas contribuem com desenvolvimento local? (g) A pluriatividade é fundamento para complementação da renda no campo?
Teorias da Agricultura familiar	Veiga (1991); Abramovay (1992); Lemarche (1993); Boullosa (2021); Delgado (2005); Abramovay e Piketty (2005); Maciel (2008); Bastos (2006); Cruz et al. (2020); Picolotto (2014); Scheneider (2009); Picolotto (2022); Aquino, Gazolla e Schneider (2018); Dowbor (2016); Monteiro et al. (2023).	(a) Existe maior pressão e articulação dos movimentos sociais? (b) Existe grande diversidade cultural, social e econômica na agricultura familiar? (c) A melhor delimitação legal possibilitou ganhos ao modelo produtivo da agricultura familiar? (d) Existe grande desigualdades regionais no desenvolvimento da agricultura familiar?

CATEGORIAS DE ANÁLISE	BASE CONCEITUAL	QUESTÕES A OBSERVAR EMPIRICAMENTE
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Bacha (2018); Dias, Silva e Costa (2023); Aquino, Gazolla e Schneider (2018); Delgado (2005); Lemarche (1993); Garcia, Helfand e Souza (2016); Grisa e Schneider (2014); Grisa (2012); Leite (2023); Garcia, Helfand e Souza (2016); Abramovay e Piketty (2005); Moura (2021); Araújo (2020); Monteiro et al. (2023); Lemos <i>et al.</i> (2017).	(a) É fundamental o apoio do Estado aos múltiplos riscos inerentes a atividade agrícola? (b) Existe complementaridade adequada entre a política públicas existentes? (c) O Pronaf possui papel relevante, especialmente, nas regiões Norte e Nordeste? (d) Os movimentos sociais contribuem na articulação das políticas públicas?

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa avaliativa.

Para avaliação foi privilegiada uma abordagem interpretativa, Rodrigues (2008), em especial, pelo esforço de tratar dados de diferentes tipos, levantados no contexto do campo da política em avaliação, considerando a política ou programa de forma multidimensional.

O trabalho em campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social (Minayo; Deslandes e Gomes, 2009, p. 61).

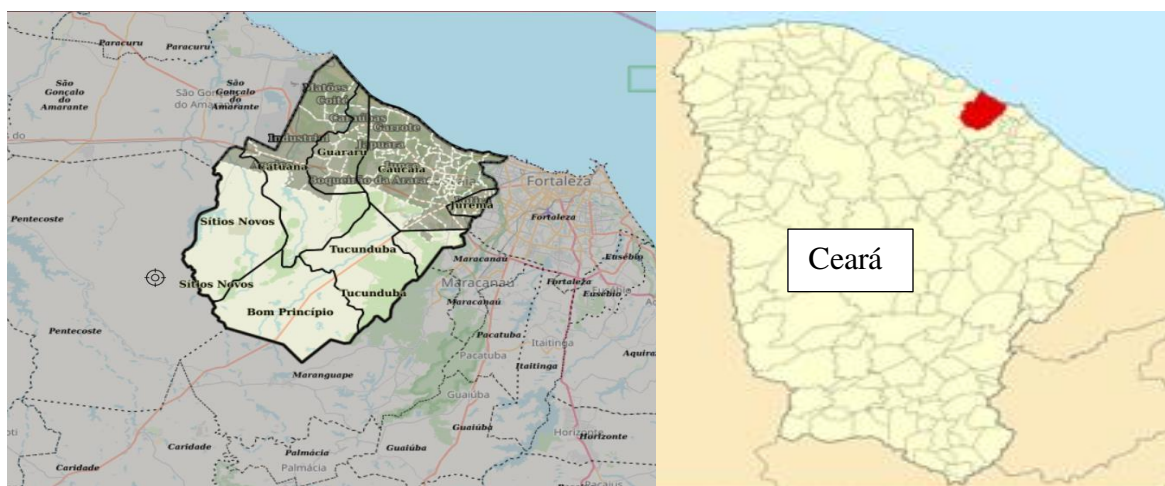
Por meio de processo de imersão no campo, onde as políticas são implementadas foi avaliado o conteúdo e o contexto do Pronaf no município de Caucaia, refletindo sobre sua trajetória institucional, para compreender a temporalidade e a territorialidade do Programa no município.

3.2 Caracterização do universo, amostra e sujeitos da pesquisa avaliativa

O recorte territorial, município de Caucaia, foi escolhido por residir nele e ser o maior município de região metropolitana de Fortaleza, possuindo área territorial de 1.223,246km², com uma população de 355.679 pessoas, segundo Censo IBGE 2022, segundo mais populoso do estado do Ceará, atrás apenas da capital Fortaleza.

O município está localizado na região norte do Estado do Ceará, com 184 municípios, compondo a Região Metropolitana de Fortaleza, capital do Estado, tendo sua divisão político-administrativa composta pelos distritos: Caucaia (Sede), Bom Princípio, Catuana, Guararu, Jurema, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba, apresentando diversidade paisagística composta por litoral, depressão sertaneja e maciços residuais, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura 1: Limites geográficos do município de Caucaia

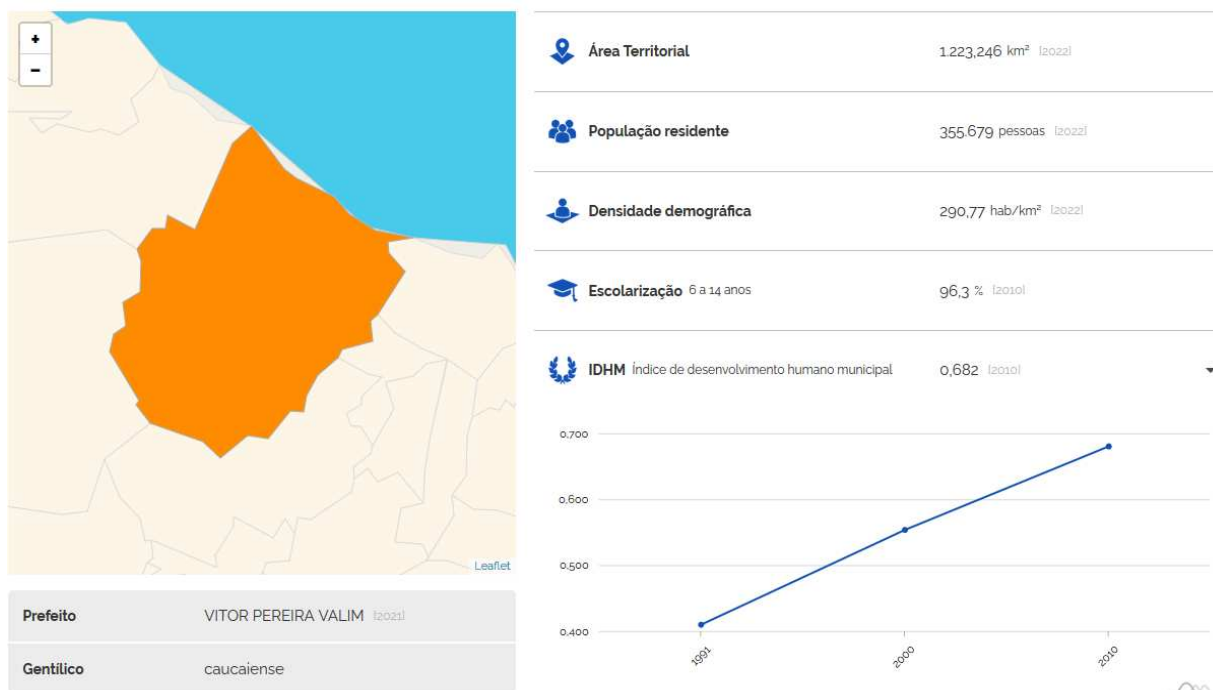


Fonte: Prefeitura Municipal de Caucaia.

Quanto ao aspecto agropecuário, de acordo com Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, existem 2.699 estabelecimentos agrícolas no município de Caucaia, totalizando 22.799 hectares.

A grande área geográfica e população do município, bem como sua importância econômica para o Estado justificam a realização da avaliação das políticas públicas agrícolas implementadas no município, com objetivo de fornecer insumos para orientar as ações governamentais, mediante a realização de uma avaliação exploratório e descritiva da situação atual do Programa, além de ampliar a transparência na execução e demonstrar os resultados alcançados para o bem-estar da população.

De acordo com Censo IBGE de 2022, a população de 355.679 habitantes do município de Caucaia, ocupa a 73ª posição do Brasil; possui salário mensal dos trabalhadores formais de 2,0 salários mínimos, estando na 14ª posição no Estado, para um total de 184 municípios, com 15,05% da população ocupada; quanto à taxa de escolaridade de 6 a 14 anos de idades, possui índice de 96,3%, estando na 155ª posição no Estado, possuindo ainda 169 estabelecimentos de ensino fundamental e 28 de ensino médio; quanto à economia possui PIB per capita de R\$28.229,51, em 2021, estando na 9ª posição no Estado; quanto à saúde, possui índice de mortalidade infantil de 11,48 óbitos por mil nascidos vivos, estando na 92ª do Estado.

Figura 2: Município de Caucaia

Fonte: IBGE.

Quanto aos aspectos históricos, o nome Caucaia tem origem indígena e significa “mato queimado”, a aldeia de Caucaia foi oficializada pela corte portuguesa, em 15 de outubro de 1759, com o nome de Vila Nova Real de Soure, apenas em 30 de dezembro de 1943, por meio do Decreto-Lei 1.114, retornou à denominação Caucaia, destacamos a seguir figura que representa a história de Caucaia.

Figura 3: Estação de Soure

Fonte: Prefeitura Municipal de Caucaia.

A Estação de Soure foi inaugurada em 1917, no ano de 1940 o nome foi alterado para Caucaia, atualmente funciona como estação de trens metropolitanos, sendo uma estação terminal.

Com a criação da Região Metropolitana de Fortaleza, em 1973, houve grande expansão do centro habitacional e industrial do município de Caucaia, sendo constituído a partir de 1991 em 8 distritos, sendo marcado pela presença histórica de dois povos indígenas os Tapebas e os Anacés, além da grande quantidade de comunidades quilombolas.

Descrevemos a seguir o totalizador das operações de Pronaf contratadas em todas as instituições financeiras do Brasil, no Ano Safra 2023/2024, no período de JUL/2023 a JUN/2024, extraído na Matriz de Dados do Crédito Rural do BCB em 17/06/2024.

Quadro 6: Operações Pronaf

ABRANGÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Brasil	1.532.006	54.535.226.192,05
Ceará	32.736	555.013.928,21

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do BCB.

Quadro 7: Operações Pronaf por segmento

GÊNERO	SEGMENTO	TOTAL	
		QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Masculino	Bancos Públicos	719.918	24.047.744.277,33
	Cooperativa de Crédito	210.886	12.777.295.284,06
	Bancos Privados	41.230	5.660.645.589,76
	Bco. Desenv. e Ag. Fomento	5.134	796.342.611,16
	Total	977.168	43.282.027.762,31
Feminino	Bancos Públicos	502.076	7.302.682.991,06
	Cooperativa de Crédito	43.351	2.908.442.377,65
	Bancos Privados	8.070	912.317.184,90
	Bco. Desenv. e Ag. Fomento	1.341	129.755.876,13
	Total	554.838	11.253.198.429,74
Total		1.532.006	54.535.226.192,05

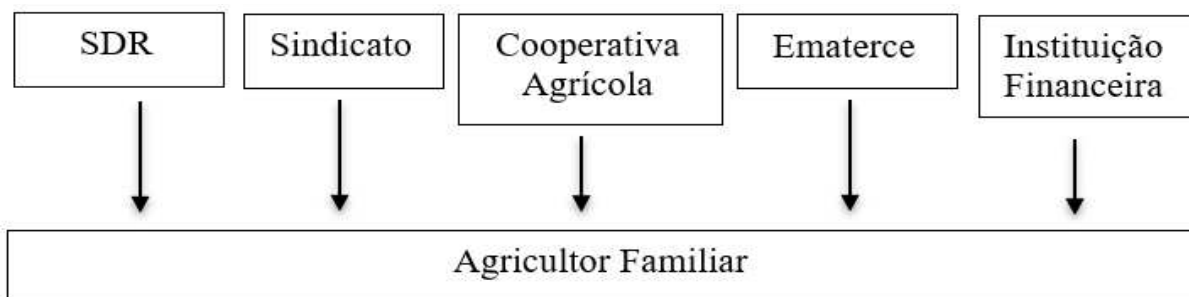
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do BCB.

De acordo com dados do BCB, as principais instituições financeiras públicas atuantes na concessão de crédito rural do Pronaf são o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e a Caixa Econômica Federal, entre as instituições privadas destaca-se o SICREDI.

Para início da pesquisa, visando uma visão abrangente da situação do Pronaf no Estado e no município foram realizadas entrevistas semiestruturadas e questionários junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural do Ceará (EMATERCE), a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), a cooperativa agrícola atuante no município, ao Sindicato dos

Trabalhadores Rurais do município e dentro da acessibilidade, junto aos operadores de crédito de instituições financeiras atuantes, servindo de base para avaliação do Programa no município.

Figura 4: Entes institucionais e o agricultor



Fonte: Elaborador pelo autor

Destacamos a seguir a síntese dos papéis desempenhados pelos atores indicados:

- a SDR possui entre suas funções desenvolver a zona rural do município nos domínios da agricultura, pecuária, pesca, aquicultura e florestas promovendo e coordenando as ações necessárias à sua execução;

- o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem como objetivo representar, organizar e fortalecer os produtores rurais, defendendo seus direitos e promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental do setor agropecuário;

- a Cooperativa Agrícola visa promover a atividade agrícola de seus cooperados, no apoio a produção e comercialização de seus produtos;

- o técnico da EMATERCE elabora e assiste os planos de administração das propriedades rurais, inclusive para obtenção de financiamento junto às instituições financeiras, realizando vistorias, periciais, avaliações, entre outros;

- as instituições financeiras são responsáveis por operacionalizar as diversas linhas de crédito do Pronaf, desde a análise da proposta do agricultor até a liberação dos recursos, sendo o elo entre o governo, que destina recursos para o crédito rural e os agricultores, que necessitam de financiamento para suas atividades.

Para sujeitos da pesquisa foram selecionados como amostra os beneficiários do Pronaf, independente da modalidade, de acordo com MCR, atualização 732, de 01/08/2024, o Pronaf possui condições, encargos e limites distintos a depender da finalidade/beneficiário, conforme segue:

- crédito para beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF), do Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA), do Programa de Cadastro de Terras e

Regularização Fundiária (PCRF), para indígenas e quilombolas;

- crédito de custeio;
- crédito de investimento – Pronaf Mais Alimentos;
- crédito de investimento – Pronaf Agroindústria;
- crédito de investimento – Pronaf Floresta;
- crédito de investimento – Pronaf Semiárido;
- crédito de investimento – Pronaf Mulher;
- crédito de investimento – Pronaf Jovem;
- crédito de industrialização – Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar;
- crédito para integralização de cotas-partes – Pronaf Cotas-Partes;
- crédito investimento – Pronaf Microcrédito Rural – Grupo B
- crédito de investimento – Pronaf Agroecologia;
- crédito de investimento – Pronaf Bioeconomia;
- crédito de investimento – Pronaf Produtivo Orientado.

Em virtude da interlocução da pesquisa com o Projeto de Formação em Equidade de Gêneros, coordenado pela orientadora da presente pesquisa e encaminhado a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Familiar (NEGIF) da Universidade Federal do Ceará (UFC), foi selecionada, para obtenção de informações iniciais dos agricultores familiares e beneficiários do Pronaf, a Cooperativa de Produção Agropecuária e Serviços Santa Bárbara (COPASB), localizada à Rua We-07, 72, Bairro Paumirim, em Caucaia, que atua com agricultores instalados em 4 assentamentos da Reforma Agrária, na atividade de apoio à agricultura, pecuária, conservação de frutas e fabricação de sucos, hortaliças e legumes.

A Unicafes é uma organização não governamental que propõe a inclusão social de cooperados e cooperativas, articulando iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho e distribuição de renda, produção de alimentos, melhoria da qualidade de vida e da preservação de biodiversidade, com a diminuição das desigualdades.

Como referencial inicial, temos a pesquisa de Maciel (2008) que avaliou a experiência do município de Caucaia em uma modalidade do Pronaf, executada pelo Banco do Nordeste do Brasil, denominada Agroamigo, que destaca situações precárias dos agricultores familiares observados no município, em que podemos destacar:

- apenas 10,3% da população entrevistada dispunha de água fornecida pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece);
- escolas de ensino médio a grandes distâncias, com transporte escolar precário;

- grande parte das moradias, mesmo que satisfatória, foram construídas em terrenos dos patrões;
- cerca de um terço dos entrevistados eram analfabetos;
- 43,6% dos entrevistados eram filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR);
- desenvolvimento das atividades produtivas rudimentar e precário, não havendo gerenciamento adequado sobre o processo produtivo;
- maior parte da produção destinada ao consumo das famílias;
- 19,51% dos agricultores trabalham fora da propriedade rural;
- rendimentos complementados ainda pela Programa Bolsa Família;
- assistência técnica praticamente inexistente entre os entrevistados.

As observações empíricas descritas por Maciel (2008) estão na linha dos pressupostos teóricos descritos anteriormente, e tornam ainda mais importante a avaliação da situação atual dos beneficiários do Pronaf no município de Caucaia.

Com objetivo do entendimento inicial da atuação do ente público municipal quanto à agricultura familiar, em 20/08/2024, visitamos a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), localizada à rua Coronel Correia, nº 2214, Bairro Centro, em Caucaia, onde conversamos com o Secretário Municipal, aqui denominado Secretaria_01, que esclareceu o papel da Secretaria para desenvolver a zona rural do município nos domínios da agricultura, pecuária, pesca, aquicultura e floresta, dentre outras atividades, em que destacou a luta constante para o fortalecimento da agricultura, a atuação em capacitações, o apoio aos agricultores e a parceria com o BNB relacionada ao crédito rural, que inclusive possui um posto de atendimento aos agricultores anexo à Secretaria, ficando acertado novas conversas para melhor compreensão da temporalidade e territorialidade do Pronaf no município.

No intuito de obter uma visão inicial da atuação da EMATERCE no apoio aos agricultores familiares no município de Caucaia, em 23/08/2024, conversamos com o Coordenador Regional, aqui denominado de Ematerce_01, que destacou o papel fundamental da Assistência Técnica de Extensão Rural junto aos pequenos agricultores e do crédito rural para melhoria no nível organizacional do produtor, contribuindo com novas tecnologias, diminuindo custos, aumentando receitas, proporcionando uma melhoria na renda. O entrevistado destacou também como maior dificultador para o acesso ao crédito a burocracia, as exigências das instituições financeiras e a falta de acesso terra, visto que grande parte dos agricultores familiares não são proprietários das terras e necessitam da autorização de terceiros, entre outros documentos para a obtenção do crédito, ficando acertada a realização de novas

conversas, além do direcionamento para outros técnicos da EMATERCE que atuam no Município.

Quanto as cooperativas de agricultura familiar no município, destacamos a Cooperativa Agropecuária da Caucaia (COOPERCAU), Cooperativa Agroindustrial do Estado do Ceará (COOPAECE) e Cooperativa de Produção Agropecuária e Serviços Santa Barbara (COPASB), esta última selecionada para estudo da sua relação com os agricultores.

Em 17/09/2024, visitamos COPASB, onde conversamos com o Presidente, aqui denominado de COPASB_01, morador do Assentamento Santa Bárbara, atendido pela Cooperativa, além de ser beneficiário de operações do Pronaf, que explicou a atuação da Cooperativa no apoio aos agricultores, no planejamento, na logística e distribuição dos produtos, que têm como principal destinação a alimentação escolar e restaurantes do Serviço Social do Comércio (SESC), destacou ainda a importância e necessidade do crédito rural para os agricultores, que atuam, no município, basicamente com o BNB, deixando combinado a visita aos assentamentos para entrevistas com beneficiários do Pronaf.

Figura 5: Sede da COPASB



Fonte: Registro próprio em 17 de setembro de 2024.

A seguir destacamos os dados da criação dos assentamentos de reforma agrária que possuem integrantes associados à COPASB, no município de Caucaia, totalizando 400 famílias assentadas.

Quadro 8: Assentamentos Atendidos pela COPASB

CÓDIGO	NOME	ÁREA (HECTARE)	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ATO DE CRIAÇÃO
CE0036000	BOQUEIRÃO/CAMPIM GROSSO	3.101,8270	179	01033 - 28/07/1998
CE0263000	SANTA LUZIA/UMARI	2.276,2568	60	00107 – 30/12/1998
CE0134000	SANTA BARBARA	4.364,6252	109	00077 – 30/10/1996
CE0098000	LAGOA DA SERRA	2.244,0982	52	00066 – 28/12/1995

Fonte: INCRA.

A figura a seguir indica a orientação geográfica dos 4 assentamentos citados, que estão localizados nos distritos de Sítios Novos, Bom Princípio e Catuana, distando em torno de 60 km da Sede do Município.

Figura 6: Orientação geográfica dos assentamentos atendidos pela COPASB



Fonte: Elaborado pelo autor no portal <https://www.google.com.br/maps/>.

Para conhecimento atual do sujeito da pesquisa, os beneficiários do Pronaf do município de Caucaia, foi consultado a MDCR do BCB e observou-se que em 2023, houve 982 operações, no valor total R\$5.246.689,60, porém todas concedidas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o que vai ao encontro da entrevista na SDR que destacou a parceria com a referida instituição financeira e da fala do presidente da COPASB.

A seguir, destacamos a área de atuação do BNB para agricultura familiar, que demonstra grande participação no total de operações de Pronaf, especialmente, na região Nordeste.

Figura 7: Área de atuação do BNB

Fonte: Relatório da Agricultura Familiar e Programa Agroamigo 2023– BNB.

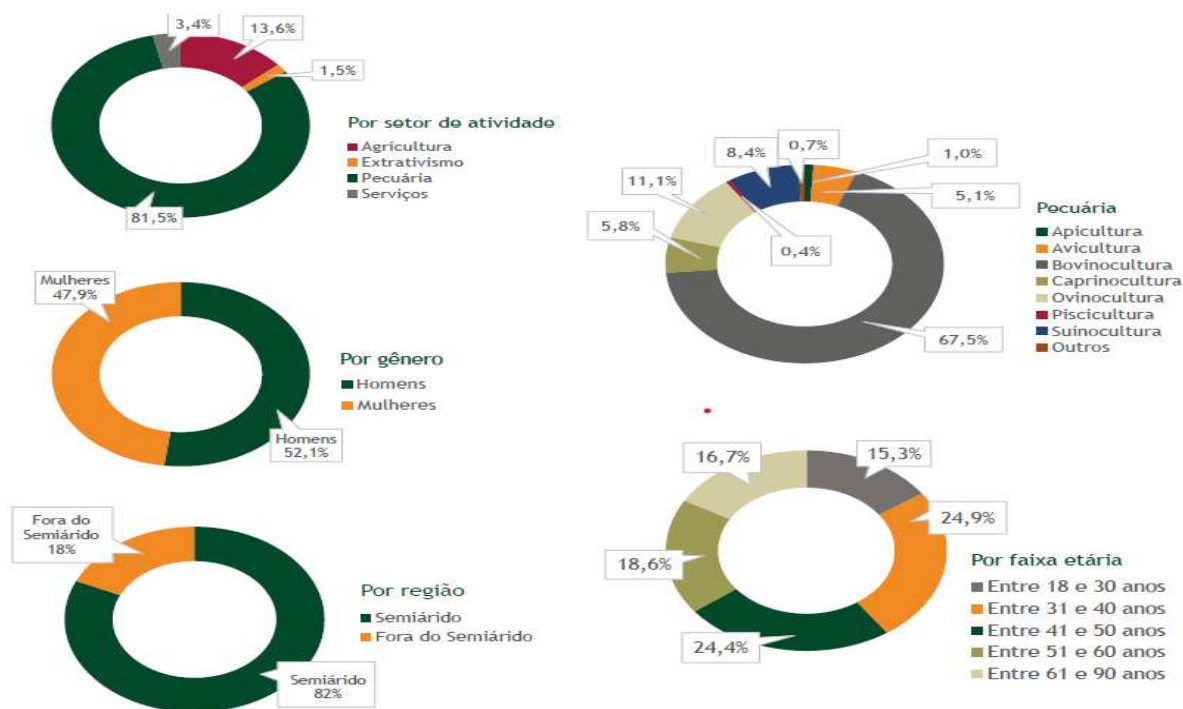
No BNB, os agricultores enquadrados no Pronaf são atendidos por meio do Agroamigo, programa de microfinança rural daquela instituição, que visa melhorar o perfil social e econômico das famílias do campo.

Relatório da Agricultura Familiar do Programa Agroamigo 2023, disponível do portal⁶ do BNB, destaca que na posição de outubro de 2023, a instituição figurou em primeiro lugar no Segmento Agricultura Familiar, com participação de 95,7% na quantidade de operações e 74,5% no volume de contratações em sua área de atuação, tendo como perfil do cliente para a carteira ativa do Agroamigo.

A carteira ativa do BNB, indicada na Figura 7, destaca uma concentração na atividade pecuária de bovinocultura, dentro da região do Semiárido, para uma população predominante entre 31 e 50 anos de idade, com pequena maioria do gênero masculino, conforme segue.

⁶ <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/relatorios-e-resultados>

Figura 8: Carteira ativa do perfil do cliente do Agroamigo



Fonte: Relatório da Agricultura Familiar e Programa Agroamigo 2023– BNB.

Em síntese, nosso sujeito principal da pesquisa, os beneficiários do Pronaf de Caucaia, destacam-se por residirem em um dos maiores e o 2º município mais populoso do estado do Ceará, que possui 2.699 estabelecimentos agrícolas, com baixo índice de escolaridade de 6 a 14 anos de idades, apesar da grande quantidade de estabelecimento de ensino fundamental, sendo atendido, praticamente, apenas pelo BNB como instituição financeira concessora do Pronaf, que possui parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

O município possui mais de 200 anos de oficialização, faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza que contribui para expansão habitacional e industrial, em que se destaca ainda sua presença de grandes comunidades indígenas e quilombolas.

A última pesquisa identificada sobre o tema Pronaf destacou que os agricultores familiares do município têm baixo índice de abastecimento de água pela concessionária, exercendo suas atividades em propriedades de terceiros, com alto índice de pessoas não alfabetizadas, com maior parte da produção destinada ao consumo, exercendo atividades não-agrícolas fora da propriedade, com renda complementada por meio de outros programas, tais como o Bolsa Família.

3.3 Procedimentos para a coleta de dados e para a análise dos dados

Com a intencionalidade de compreender o contexto, refletir sobre a trajetória e espectro temporal e territorial, Rodrigues (2008), do Pronaf, no município de Caucaia, a partir da problemática da pobreza e desigualdades social, Dowbor (2016), foi abordada uma avaliação qualitativa, conforme descrevem Minayo, Deslandes e Gomes (2009), que possibilita estudar os fatos que abrangem as subjetividades humanas, remetendo ao universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que será complementada por uma abordagem qualitativa.

Para Minayo, Deslandes e Gomes (2009), a entrevista tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, em que utilizamos uma abordagem semiestruturada que combina perguntas fechadas e abertas, possibilitando discorrer sobre temas sem prender a indagações previamente formuladas.

Os autores destacam, ao contrário do que muitos pensam, nas entrevistas realizadas para as pesquisas qualitativa, é fundamental o envolvimento do entrevistado com o entrevistador para maior aprofundamento da investigação e equilíbrio entre objetividade e subjetividade, tendo como destaque os entes institucionais e o beneficiário da política sob estudos, os agricultores familiares.

Também cabe destacar a utilização da observação participantes, descrita por Minayo, Deslandes e Gomes (2009), em que o observador fica na relação direta com seus interlocutores no espaço social, com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa, tendo como instrumento de trabalho o diário de campo.

O levantamento bibliográfico e documental tem como objetivo aprimorar os conhecimentos sobre objeto de estudo, sua realidade, para detectar as mudanças na população, na estrutura social, nas atitudes, valores sociais, entre outros aspectos.

Como ponto de partida foi contatado a Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural do Ceará (EMATERCE), criada pelo governo do Estado por meio da Lei 10.029, de 6 de julho de 1976, tendo como missão o desenvolvimento sustentável da agropecuária do Estado do Ceará, utilizando-se de processos educativos de construção de conhecimentos que assegurem a geração de emprego e renda no meio rural; além da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário de Caucaia.

Nesse contexto, os contatos foram realizados por meio de entrevistas informais por pautas, para obtenção de uma visão geral do problema pesquisada, contudo, com um guia de pontos de interesse sobre Agricultura Familiar, Crédito Rural, a emissão do Documento de

Aptidão do Pronaf (DAP) e os respectivos programas de fomento da agricultura familiar.

A partir dos estudos documentais e entrevistas descritas anteriormente, foi selecionado um grupo de 5 (cinco) beneficiários do Pronaf, do município de Caucaia, entre os participantes dos assentamentos atendidos pela COPASB, com objetivo de realizar o estudo empírico da realidade dos beneficiários.

Nesse aspecto, visitamos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caucaia, além da COPASB, cooperativa agrícola que atua no município.

Conforme descrito anteriormente, as principais instituições financeiras conessoras do Pronaf no Ceará são o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica, em que consultamos os dados de domínio público sobre as operações do Pronaf do Estado do Ceará e do município de Caucaia.

Com objetivo de obter informações da produção acadêmica regional sobre o tema, realizamos busca, em 22/09/2024, por “agricultura familiar”, ao repositório institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC), com 7.444 publicações, e observamos 430 publicações realizadas entre 2000 e 2024, sendo 189 classificadas pelo assunto “agricultura familiar”, destas 42 publicadas entre 2020 e 2023, conforme distribuição a seguir.

Quadro 9: Produção Acadêmica da UFC – Agricultura Familiar

TIPO DE DOCUMENTO	QUANTIDADE
Artigo de Periódico	19
Dissertação	11
TCC	10
Tese	2
Total	42

Fonte: Repositório Institucional da UFC.

Das 42 produções levantadas, apenas 10 artigos ou dissertações têm relação direta com crédito rural e foram avaliadas para complementar a fundamentação teórica.

Na busca de referenciais para o Pronaf no município estudado, consultamos o Repositório Institucional do MAPP – UFC, que em 21/09/2024 possuía 355 publicações, utilizando-se a palavra-chave “Pronaf” obteve-se como resultado as 10 publicações a seguir.

Quadro 10: Publicações MAPP sobre Pronaf

DATA	TÍTULO	TIPO
2002	Análise socioeconômica do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf) no Ceará: o caso do município de Acaraú	Dissertação
2007	Importância do Pronaf na infraestrutura, produção agropecuária e geração de renda nos assentamentos do Nordeste	Artigo de Evento

2008	O financiamento do Pronaf e os indicadores agrícolas das lavouras de subsistência no estado do Ceará	Dissertação
2008	Indicadores agrícolas das lavouras de subsistência financiada pelo Pronaf no estado do Ceará	Artigo de Evento
2008	Avaliação do financiamento da agrícola familiar na produção, ocupação e renda	Artigo de Periódico
2009	Comportamento dos indicadores agrícolas das principais lavouras beneficiadas pelo Pronaf na Região Nordeste	Artigo de Evento
2010	Mulheres na reforma agrária e políticas de crédito: avaliação do Pronaf Mulher em assentamentos de Monsenhor Tabosa-CE	Dissertação
2012	O programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma análise crítica	Artigo de Periódico
2015	Impactos do Pronaf sobre a redução da pobreza no Ceará entre 2000 e 2012	TCC
2023	Desigualdades na distribuição dos recursos do Pronaf entre as regiões e os estados brasileiros	Artigo de Periódico

Fonte: Repositório Institucional do MAPP.

Nenhuma das 10 publicações observadas no Repositório do MAPP se referem diretamente ao município de Caucaia, local da presente pesquisa, sendo a maior parte não se baseia em análises empíricas para avaliar de forma multidisciplinar o Programa, demonstrando uma lacuna teórica sobre o tema.

A fundamentação teórica obtida foi classificada dentro das categorias de análise construídas, com base nas dimensões da Análise em Profundidade, Rodrigues (2008), para destacar questões que podem ser observadas empiricamente junto aos atores do Pronaf, que também serviram de base para avaliação multidisciplinar da legislação aplicada.

A seleção refere-se a submeter os dados a uma verificação crítica, a fim de detectar falhas ou erros, evitando informações confusas, distorcidas, incompletas que podem prejudicar a conclusão do pesquisador. A codificação é utilizada para categorizar os dados que se relacionados, podendo ser tabelados e contados. A tabulação trata da disposição dos dados em tabelas, facilitando a verificação das relações entre as variáveis, sintetizando os dados de observação, bem como possibilitando a representação gráfica, contribuindo com a sua interpretação.

Após tabulação chega a vez do trabalho de campo, em que foi selecionado um grupo de beneficiários do Pronaf para realização de entrevista semiestruturada, com questões abertas e fechadas, visando conhecer o contexto de sua vivência com as políticas de fomento à agricultura familiar, bem como realizar a observação sociológica, descrita por Paugam (2015), com vistas a prestar conta de uma configuração global de atores e relações, confrontando as situações observadas no contexto em que os efeitos se cruzam e se influenciam.

O trabalho de campo é uma porta de entrada para o novo, sem, contudo, apresentar-nos essa novidade claramente. São as perguntas que fazemos para a realidade, a partir da teoria que apresentamos e dos conceitos transformados em tópicos de pesquisa que nos fornecerão a grade ou a perspectiva de observação e de compreensão. Por tudo isso, o trabalho de campo, além de ser uma etapa importantíssima da pesquisa, é o contraponto dialético da teoria social (Minayo; Deslandes e Gomes, 2009, p. 76).

As entrevistas foram direcionadas para um grupo vinculado a assentamento de atuação da COPASB, em que podemos conhecer melhor as interações sociais e relações com a microrregião, caso de estudo, tendo realizado 5 (cinco) entrevistas à beneficiários do programa.

Antes da realização das entrevistas, foi realizada a visita ao ambiente, com vistas à observação direta, Paugam (2015), apesar de não existirem regras fixas acerca do que observar, conhecemos melhor os sujeitos participantes, o cenário que as pessoas se situam, bem como seus comportamentos sociais, como se relacionam, entre outros aspectos.

Para as entrevistas semiestruturadas por pautas devem apresentar certo grau de estruturação, sendo um guia para relacionar os pontos de interesse, em que o entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que os temas são direcionados.

O plural é importante, já que não se trata simplesmente de registrar as conversas tidas no curso ordinário da atividade das interações entre sociólogo e pesquisados, mas também de presta atenção à diversidade dos contextos em que tais conversas ocorrem (Paugam, 2015, p. 133).

As perguntas diretas foram elaboradas à medida da realização da observação direta, contudo, tendo como pauta as categorias de análise da pesquisa, que se relacionam a melhoria da geração de renda e qualidade de vida; a contribuição da agricultura familiar na microrregião de influência; e a complementaridade das políticas públicas de fomento à agricultura familiar.

Também realizamos questionários, conforme descreve Paugam (2015), tendo como principal interesse reunir uma grande quantidade de informações, tanto factuais quanto subjetivas, para inferir características a um conjunto da população específica, analisando as relações entre estas características.

No Apêndice B, constam os roteiros de entrevistas e questionários semiestruturados que foram realizados com os técnicos da Ematerce, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caucaia, COPASB, Secretaria de Agricultura de Caucaia, e especialmente, com os beneficiários do Pronaf, além de membros da comunidade diretamente influenciados, havia ainda a intenção de entrevistar empregados do BNB, contudo, a instituição não autorizou falar

com seus funcionários.

As entrevistas foram direcionadas pelos questionários construídos a partir dos pressupostos teóricos descritos na fundamentação da pesquisa, que foram gravadas e transcritas para melhor análise. Estando o detalhamento das observações, entrevistas e ambiente estudado, descritos nas seções que sucedem e destacam a trajetória institucional, o espectro temporal e territorial dos sujeitos e ambiente estudado. Contudo, Paugam (2015) destaca que material coletado não se reduz à transcrição da entrevista, deve ser completada por uma série de observações registradas no diário de campo do entrevistado, contemplando a descrição dos locais, a ambiência do encontro, a atitude do entrevistado, e outros intercâmbios que ocorrem antes e depois da entrevista.

Fase seguinte da pesquisa, após a coleta dos dados, é a análise e a interpretação, que estão estreitamente relacionadas, a análise se refere a organização dos dados de forma a fornecer respostas aos problemas propostos na investigação; e a interpretação com vistas à procura do sentido amplo das respostas, a partir da relação com outros conhecimentos obtidos anteriormente.

Paugam (2015) destaca a escuta ativa, como técnica para seguir o entrevistado, acompanhando-o no desdobramento de sua narração e de suas opiniões, empenhando-se em compreender os elementos que ele julga pertinente para dar um sentido a situação.

A análise dos dados coletados partiu da premissa de uma avaliação livre, Ozanira (2013), enquanto tentativa de superar as limitações da avaliação centrada em objetivos. Nesse espectro, o avaliador busca os efeitos possíveis, comportando-se livre da condição imposta pelos objetivos prefixados. O processo de análise de dados é constante e envolve refletir continuamente sobre os dados, perpassando por métodos mais genéricos para específicos, em que se buscam as relações para entendimento do contexto e a dinâmica temporal que se situam.

Como balizador das análises utilizamos Avaliação em Profundidade de Rodrigues (2008), que coloca a multi e interdisciplinaridade como condição primeira da tarefa de pesquisa, em que abordamos aspectos do alinhamento do contexto e conteúdo do Pronaf à realidade do município; sua trajetória institucional de implantação no município; além de avaliar o espectro temporal e territorial da implantação, avaliando sua evolução.

Como procedimento de análise utilizamos a análise do conteúdo, descrita por Minayo, Deslandes e Gomes (2009), tendo como referência Bardin (1977), em que os pesquisadores buscam compreensão dos significados no contexto da fala, tentando ultrapassar o alcance descritivo da mensagem, mediante uma interpretação mais profunda mediante a inferência, indo além das aparências do que está sendo comunicado.

A análise de conteúdo, defendida por Bardin (1977), possui três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Análises realizadas a partir das categorias: i) geração de renda e desenvolvimento local; ii) agricultura familiar; iii) políticas públicas de fomento à agricultura familiar.

A pré-análise tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a orientar a condução do plano de análise, podendo ser flexivo, sendo sistematizado em quatro etapas, quais sejam: a leitura flutuante; escolha dos documentos; reformulação de objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores.

A exploração do material consiste, essencialmente, na operação de categorização ou codificação do estudo, desmembrando e posteriormente agrupando ou reagrupando as unidades de estudos em categorias de análise.

As perguntas descritas nos instrumentos de coleta, descritos no Apêndice B, foram construídas a partir da análise da trajetória teórica da pesquisa, com base nos pressupostos classificados por categoria de análise e sintetizados no Quadro 05, que contém questões a serem observadas empiricamente.

A terceira fase refere-se ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, na busca de significação de mensagem, momento da intuição, da análise reflexiva e crítica, para constituir e captar os conteúdos do material coletado.

Entre as técnicas da análise de conteúdo utilizadas para analisar os materiais de pesquisa, consideramos como mais adequada a Análise Temática, em que as relações são apresentadas como uma palavra, uma frase, um resumo, tendo como tema “Agricultura Familiar e o Pronaf”.

Como procedimentos metodológicos para avaliação do conteúdo os autores destacam a categorização, inferência, descrição e interpretação, que necessariamente não ocorrem nesta sequência, em podemos citar como exemplo, Minayo, Deslandes e Gomes (2009, p.88).

- a) decompor o material a ser analisado em partes;
- b) distribuir as partes em categorias;
- c) fazer uma descrição do resultado da categorização;
- d) fazer inferências dos resultados;
- e) interpretar os resultados obtidos com auxílio da fundamentação teórica.

Como descrição dos caminhos para interpretação Minayo, Deslandes e Gomes (2009) descrevem as etapas: 1) leitura compreensiva do material selecionado, no sentido de sermos capazes de montar uma estrutura que sirva de base para a nossa interpretação; 2) exploração do material, indo além das falas e dos fatos, caminhando do que está explícito para o que está implícito; 3) elaboração de síntese interpretativa, que seria a interpretação propriamente dita, formulando uma síntese, a partir da articulação entre os objetivos do estudo, a base teórica adotada e os dados empíricos.

Para realização da Análise de Conteúdo do tipo Análise Temática nos debruçamos sobre um conjunto de dados empíricos capturados nas entrevistas a fim de identificar padrões significativas, levando as categorias de análises destacadas a priori, sintetizada no Quadro 5, tendo com método de operacionalização proposto por Dias e Mishima (2023), compreendendo a coleta do dados, a transcrição literal do dados (entrevista, observação, narrativa), ambientação com o dado, acomodação do dado em instrumento de análise, identificação da unidade de contexto, do núcleo de sentido e dos temas.

A partir do proposto por Dias e Mishima (2023), foi realizada Análise Vertical de cada entrevista, sendo 1 (um) da SDR, 1 (um) do STR, 1 (um) da Ematerce, 1 (um) da COPASB e 5 (cinco) agricultores familiares, com destaque para fragmentos das entrevistas, da unidade de contexto, do núcleo do sentido e do tema, este último que pode estar alinhado às categorias de análises inicialmente indicadas ou surgiram novas, a partir da análise empírica.

Após análise individual, uniu-se as planilhas em uma única, construindo o que os autores denominam de Análise Horizontal, classificando o conteúdo, na busca de convergências, divergências e situações inusitadas, tendo ainda como base a teoria observada, para trazer respostas aos objetivos da pesquisa.

Entre os documentos analisados para avaliação do conteúdo e contexto da política destacamos o Manual de Crédito Rural (MCR), emitido pelo BCB, que consolida a legislação sobre o tema crédito rural, os projetos relacionados a crédito rural da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do município, bem como os Decretos 79/1966, 1.946/1996 e 7.272/2010 e as Leis 4.595/1964, 4.829/1965, 5.868/1972, 8.171/1991, 10.420/2002, 10.696/2003, 11.326/2006, 11.346/2006, 11.947/2009, entre outros.

Outra fonte de análise foi o histórico do Plano Safra, programa do Governo Federal que tem como objetivo fornecer recursos para o financiamento da atividade agrícola no Brasil, criado em 2003, que reuni um conjunto de política públicas, em que observaremos as relacionadas ao crédito rural da Agricultura Familiar, em que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) destacou a destinação recorde para o

Plano Safra 2024/2025 de R\$76 bilhões.

Figura 9: Evolução Plano Safra Agricultura Familiar



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Neste contexto, ao analisar o conteúdo dos documentos, discursos, entrevistas, questionários, defrontamo-nos com a necessidade de reconhecer a materialidade discursiva, os indícios dos processos de significação, suas etiquetas definidoras, por vezes, extraindo o que não foi dito, a partir do foi dito.

A seguir demonstramos um resumo dos procedimentos de coleta e a análise dos dados a partir dos objetivos do estudo.

Quadro 11: Matriz resumo de articulação metodológica

OBJETIVO GERAL: Avaliar sob a ótica da avaliação em profundidade, descrita por Rodrigues (2008), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no recorte local do município de Caucaia (Ceará).		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PROCEDIMENTO DE COLETA DOS DADOS	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS
Compreender se o conteúdo e o contexto do Pronaf estão alinhados aos sujeitos beneficiados/influenciados na região, conhecendo os aspectos socioeconômicos dos sujeitos da pesquisa.	Pesquisa documental, questionários e entrevista semiestruturada (Minayo; Deslandes; Gomes, 2009; Ozanira, 2013; Paugam, 2015)	Análise de conteúdo (Bardin, 1977; Minayo, Deslandes e Gomes 2009; Dias e Mishima, 2023)
Refletir sobre a trajetória institucional do Pronaf na região, discutindo sobre a articulação dos movimentos sociais, a evolução dos delimitadores legais (burocracia), o modelo produtivo e as desigualdades regionais.	Pesquisa documental, questionários e entrevista semiestruturada e estudo de caso (Minayo; Deslandes; Gomes, 2009; Yin 2001; Ozanira, 2013; Paugam 2015)	Análise de conteúdo (Bardin, 1977; Minayo, Deslandes e Gomes 2009; Dias e Mishima, 2023)

Refletir sobre o espectro temporal e territorial da evolução do Pronaf, discutindo sobre o apoio dos órgãos governamentais aos múltiplos riscos envolvidos, a coordenação com outras políticas e sobre seu papel para redução das desigualdades.	Pesquisa documental, questionários, entrevista semiestruturada e estudo de caso (Minayo; Deslandes; Gomes, 2009; Yin, 2001; Ozania, 2013; Paugam, 2015)	Análise de conteúdo (Bardin, 1977; Minayo, Deslandes e Gomes 2009; Dias e Mishima, 2023)
--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

As entrevistas foram realizadas com o compromisso do sigilo dos entrevistados, em que foi solicitada a apreciação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que destaca sua função como colaborador da pesquisa, não acarretando nenhum dano material para o pesquisador ou pesquisado.

Na seção seguinte inicia-se a avaliação em profundidade da política pública, com objetivo e compromisso de compreender de forma abrangente, interdisciplinar e multidisciplinar o Pronaf no município analisado.

4 AVALIANDO A POLÍTICA PÚBLICA

A seção trará descrição de avaliação sobre o Pronaf, realizando uma discussão referenciada pelas dimensões da Avaliação em Profundidade, Rodrigues (2008), tendo como especificidade a influência do Programa no município de Caucaia, a partir de uma análise de conteúdo do tipo temática das observações empíricas, relacionando-as com a teoria observada.

4.1 Análise do conteúdo e contexto do Pronaf do município de Caucaia

Conforme descrito por Rodrigues (2008), as políticas públicas são mais bem compreendidas quando analisadas quanto ao conteúdo, sob aspectos da sua formulação, base conceituais e coerência interna.

Ainda segundo Rodrigues (2008), faz-se necessário a análise do material institucional, o marco legal que ampara a política em estudo, articulando-o no contexto político e socioeconômico, traduzido na investigação da correlação de efetividade dos procedimentos e sua proposta conceitual.

Para analisar se o conteúdo e o contexto da criação e evolução do Pronaf estão alinhados aos sujeitos beneficiados ou influenciados, destaca-se a seguir regramentos selecionados pela relação ao tema agricultura familiar.

Quadro 12: Regramentos relacionados ao Pronaf

TIPO	IDENTIFICAÇÃO	OBJETIVO
Lei	4.595, de 31/12/1964	Dispõe sobre a política e as instituições monetárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.
Lei	4.829, de 05/11/1965	Institucionaliza o crédito rural.
Decreto	79, de 19/12/1966	Institui normas para a fixação dos preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.
Lei	5.868, de 12/12/1972	Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.
Lei	8.171, de 17/01/1991	Dispõe sobre a política agrícola.
Decreto	175, de 10/07/1991	Dispõe sobre o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), instituído pela Lei nº 5.969/1973.
Lei	8.427, de 27/05/1992	Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.
Decreto	1.946, de 28/06/1996	Cria o Pronaf e dá outras providências.
Decreto	3.991, de 30/10/2001	Dispõe sobre o Pronaf e dá outras providências.
Lei	10.420, de 10/04/2002	Cria o Fundo de Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem.
Lei	10.696, de 02/07/2003	Dispõe sobre a repactuação das dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.
Lei	11.326, de 24/07/2006	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
Lei	11.346, de 15/09/2006	Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Lei	11.947, de 16/06/2009	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar.
Decreto	7.272, de 25/08/2010	Regulamenta a Lei 11.346/2006 que cria o SISAN e dá outras providências.
Decreto	9.064, de 31/05/2017	Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.
Portaria	523, de 24/08/2018	Disciplina a emissão da declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).
Portaria	20, de 27/06/2023	Estabelece as condições e os procedimentos gerais para inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Nacional.
Manual	Capítulo 10 do MCR ⁷ do BCB	Disposições gerais, beneficiários, modalidades entre outros aspectos do Pronaf.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A política pública da agricultura familiar no Brasil tem se estruturado ao longo das últimas décadas, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a segurança alimentar. A partir de um marco regulatório diversificado, foram criados mecanismos específicos de apoio à agricultura familiar, sendo o crédito rural um dos principais instrumentos utilizados para garantir a continuidade e o fortalecimento desse setor. A Lei 4.829/1965, que institucionaliza o crédito rural, foi um primeiro passo para a construção de uma política de financiamento agrícola, mas é com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), formalizado pelos decretos de 1996 e 2001, que se efetiva a criação de um crédito direcionado especificamente a esse público. Além disso, a Lei 8.427/1992, que trata da concessão de subvenções econômicas para operações de crédito rural, e a Portaria 523/2018, que regula a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), complementam as políticas de financiamento e acesso ao crédito, tornando-as mais acessíveis aos pequenos produtores rurais.

Outro aspecto crucial da política pública voltada à agricultura familiar é sua relação com a segurança alimentar e nutricional. O Brasil, por meio da Lei 11.346/2006, cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), um conjunto de medidas para assegurar o direito humano à alimentação adequada. Este sistema reconhece a agricultura familiar como um elo importante na produção de alimentos saudáveis e acessíveis, garantindo que os produtos provenientes dessa agricultura sejam utilizados em políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela Lei 11.947/2009, que estabelece a obrigatoriedade da compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Além disso, a criação do Fundo de Garantia-Safra, em 2002, busca proteger os agricultores familiares em situações de estiagem, oferecendo uma compensação financeira em momentos de crise climática, o que reforça o caráter social das políticas voltadas para este setor.

⁷MCR - Consolida as resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regras expedidas pelo BCB sobre crédito rural.

No que tange à governança e regulação, a institucionalização da agricultura familiar também tem avançado por meio da criação de sistemas de cadastro e regulamentações específicas. A Lei 5.868/1972 criou o Sistema Nacional de Cadastro Rural, permitindo um melhor controle e planejamento das políticas agrícolas. Enquanto, a Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, e o Decreto 9.064/2017, que regulamenta o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, têm como principal objetivo definir critérios claros para a caracterização e reconhecimento dos agricultores familiares, permitindo que esses trabalhadores possam acessar políticas públicas e benefícios voltados especificamente para suas necessidades. Além disso, a Portaria 20/2023 regula o processo de inscrição no Cadastro Nacional, mostrando a continuidade do esforço para garantir que os agricultores familiares tenham acesso aos direitos e benefícios que lhes são destinados.

Portanto, a política pública da agricultura familiar no Brasil tem evoluído ao longo do tempo, com uma série de normativas e regulamentações que buscam fortalecer o setor, melhorar a atuação dos agricultores familiares e contribuir para a segurança alimentar do país. No entanto, ainda existem desafios significativos, como a necessidade de ampliação do acesso ao crédito, a melhoria das infraestruturas de comercialização e a superação das desigualdades regionais, que continuam a impactar a efetividade dessas políticas.

A análise holística do levantamento do marco legal do Pronaf, descrita a seguir, permitiu compreender ainda as dinâmicas da formulação e implantação, assim como a coerência da sua base conceitual e a relação com as categorias de análises propostas no estudo: i) geração de renda e desenvolvimento local; ii) agricultura familiar; iii) política públicas de fomento à agricultura familiar.

Iniciando pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a política creditícia no Brasil, descrevendo, entre outros aspectos, a competência do BCB de assessoramento ao CMN para garantir a melhor utilização da rede bancária na difusão do crédito rural, inclusive com redução de custos, autorizando-o a deliberar sobre o funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, além de estabelecer o percentual de depósitos a vista que não serão recolhidos, desde que tenham sido reaplicados em financiamentos à agricultura, sob juros favorecidos, desta forma contribuindo com o crescimento da concessão do crédito rural no Brasil.

Para a Lei nº 4.829/1965, crédito rural é o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas

cooperativas exclusiva em atividades que enquadram nos objetivos indicados na legislação, tendo os objetivos a seguir.

Art. 3º São objetivos específicos do crédito rural:

I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;

II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;

IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo.

Contudo, cabe ressaltar que a expansão do crédito rural, desde a sua institucionalização, funcionou de maneira heterogênea, priorizando grande produtores de região mais influentes, conforme descrevem Dias, Silva e Costa (2023), alinhados a Corcioli e Medina (2023).

Destaca-se que a legislação estabeleceu, em seu Art. 11º, o crédito rural orientado, com assistência técnica prestada pelos financiados, com objetivo de elevar os níveis de produtividade e melhorar o padrão de vida do produtor e sua família. Contudo pesquisa realizada por Lemos *et al.* (2017) destacam à baixa inserção dos agricultores familiares no serviço de assistência técnica, tendo consequência na reduzida captação de recursos, o que pode estar associado a heterogeneidade da apropriação do Pronaf entre as regiões do Brasil, conforme afirmam Monteiro *et al.* (2023).

O Decreto nº 79/1966 estabelece, entre outros aspectos, que a União garantirá os preços dos produtos das atividades agrícolas, pecuária ou extrativa, determinados pelo CMN e publicados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), quando interessar à estabilidade da agricultura e à normalidade de abastecimentos, sendo a competência de apreciar os projetos sobre fixação de preços mínimos da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), extinta em 1990 e substituída pela Conab.

Em que Bacha (2018) destaca que os governos apoiam de forma diferenciadas os setores agropecuários, em razão de questões estratégicas e/ou interesses nacionais e locais, alinhando-se ainda ao entendimento de Dias, Silva e Costa (2023) quando destacam a importância da garantia do preço mínimo para segurança dos produtores, minimizando os riscos com flutuações dos preços.

O Sistema Nacional de Cadastro Rural instituído pela Lei nº 5.868/1972, compreende: i) cadastro de imóveis rurais; ii) cadastro de propriedades e detentores de imóveis rurais; iii) cadastro de arrendatários e parceiros rurais; iv) cadastro de terras públicas e v) cadastro nacional de florestas públicas. Para beneficiar o pequeno agricultor, a referida legislação destaca que o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural não incide sobre glebas não excedentes a 25 hectares, quando o proprietário as cultive só ou com a família e não possua outro imóvel.

Quanto à política agrícola, descrita na Lei nº 8.171/1991, fundamenta-se em pressupostos, entre outros, que a atividade agrícola se subordina às normas e princípios do interesse público, cumprindo a função social e econômica da propriedade; no adequado abastecimento alimentar como condição básica para garantir a tranquilidade pública; e que o processo de desenvolvimento agrícola deve proporcionar o acesso aos serviços essenciais ao agricultor.

Os referidos pressupostos direcionam em diversos objetivos para política agrícola, em que podemos sintetizar na função de planejamento destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade agrícola, visando assegurar sustentabilidade da produtividade, para a regularidade do abastecimento interno e a redução das disparidades regionais, em que se destaca a prioridade no atendimento ao pequeno produtor e sua família.

Quanto ao crédito rural, a Lei nº 8.171/1991 descreve como instrumento de financiamento da atividade rural, suprido pelos agentes financeiros, mediante aplicação compulsória, recursos próprios livres, dotações das operações oficiais de crédito, fundos e quaisquer outros recursos. Quando destinado ao agricultor familiar terá o objetivo de estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra familiar.

A legislação também destaca que o Poder Público manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas

No contexto da Lei nº 8.171/1991, cabe refletir sobre a consistente concentração de renda e de propriedade no Brasil, Dowbor (1998), Lara (2022), Almeida, Vinha e Santos (2023), Bittencourt *et al.* (1998), Picolotto (2014), Gomes (2013); da importância das políticas públicas para comercialização da produção agrícola familiar, Leite (2022); e da necessidade de complementação da renda do pequeno produtor por atividades não agrícolas, a pluriatividade, descrita por Schneider (2009), Bezerra e Schlindwein (2017).

Quanto a segurança do produtor, destaca-se o Proagro, instituído pela Lei nº 5.969/1973 e disposto no Decreto nº 175/1991, com objetivo de exonerar o produtor rural de obrigações financeiras nas operações de custeio, em virtude de fenômenos naturais diversos; além de indenizar recursos próprios pedidos decorrentes destes eventos, sendo limitado a R\$270.000,00 por beneficiário, por ano agrícola e apresentando condições mais favoráveis de enquadramento e obrigações para operações de crédito pertencentes ao Pronaf.

Por meio da Lei nº 8.427/1992, ficou autorizado ao Poder Executivo conceder subvenções na forma de rebates, bônus de adimplência, garantia de preços de produtos agropecuários, além de outros benefícios no âmbito do Pronaf.

Em 1996, o Decreto nº 1.946 cria o Pronaf, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares, propiciando-lhes aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, em que destaca a atuação de organismos coparticipantes tais como as prefeituras municipais, conselhos, os agricultores familiares, as organizações de agricultores e as entidades parceiras (públicas e privadas); sendo a estrutura nacional composta pelo Governo Federal, o Conselho Nacional do Pronaf, a Secretaria Executiva Nacional do Pronaf, as Delegacias Federais da Agricultura, e os órgãos e entidades de âmbito nacional (públicos e privados) vinculados à agricultura.

Ainda segundo o Decreto nº 3.991/2001, são descritos os princípios que orientam o Pronaf, sob a estratégia de parceria entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, além da iniciativa privada, dos agricultores familiares e suas organizações sociais.

Art. 4º O PRONAF orientar-se-á pelos seguintes princípios:

- I - gestão social, por meio de conselhos estaduais e municipais;
- II - descentralização mediante a valorização do papel propositivo dos agricultores familiares e suas organizações, em relação às ações e aos recursos do Programa;
- III - acesso simplificado dos agricultores familiares aos agentes, instrumentos e benefícios do Programa;
- IV - parceria no planejamento, na execução e na monitoria de ações entre os agentes executores e os beneficiários do Programa;
- V - respeito às especificidades locais e regionais na definição de ações e na alocação de recursos;
- VI - ações afirmativas que facilitem o acesso de mulheres, jovens e minorias étnicas aos benefícios do Programa;
- VII - defesa do meio ambiente e preservação da natureza baseado nos princípios da sustentabilidade.

Apesar da evolução dos indicadores oficiais da desigualdade da pirâmide social do campo, Aquino, Gazolla e Schneider (2018), observa-se baixo desempenho entre microrregiões localizadas nas regiões Norte e Nordeste, Moura (2021), Monteiro *et al.* (2023), em que Dias, Silva e Costa (2023) destacam a importância do Pronaf especialmente em municípios com menores precipitações pluviométricas, sendo fundamental o suporte da assistência para o desenvolvimento da capacidade produtiva, Araújo (2020).

O benefício Garantia-Safra, criado pela Lei nº 10.420/2002, visa garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares nos municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão da estiagem, posteriormente, alterado para estiagem e excesso hídrico, sendo a constituição dos recursos do fundo advindos dos agricultores, da União, dos Estados e seus Municípios, o que se alinha aos fundamentos da Política Agrícola, descrita na Lei nº 8.171/1991, com vista a assegurar a sustentabilidade produtiva e a redução das disparidades regionais.

A Lei nº 10.696/2003 estabeleceu critérios para repactuação e alongamento de operações de crédito contratados no Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), em que destaca as operações contratadas por agricultores familiares, podendo, as instituições financeiras retardar ou suspender processo de execução judicial de dívidas dos agricultores familiares, mini e pequenos produtores e suas cooperativas e associações, sendo que mutuários adimplentes que não optarem pela repactuação poderão obter bônus de adimplência, desta forma a legislação busca a sustentabilidade da produtividade, na linha da busca da integração entre as políticas públicas para redução da pobreza, conforme descreve Monteiro *et al.* (2023).

Importante paradigma orientador, em prol da coerência internada das políticas públicas para a agricultura familiar foi a Lei nº 11.326/2006 que estabeleceu conceitos, princípios e instrumentos para formulação, que estão relacionados ao tamanho da propriedade, a utilização de mão-de-obra familiar, ao percentual renda originado no seu estabelecimento ou empreendimento, e a forma familiar de direção da atividade econômica, sendo que a Política Nacional da Agricultura Familiar deverá observar os princípios da descentralização; sustentabilidade ambiental, social e econômica; equidade na aplicação das políticas; e participação dos agricultores familiares na formulação e implementação.

Contudo, as organizações sindicais defendiam um entendimento mais subjetivo da agricultura familiar, do que a definida na Lei nº 11.326/2006, que fosse baseado na vida, cultura local e diversidade da família agricultora, Picolotto (2014).

Ainda em 2006, a Lei nº 11.346 cria o SISAN com objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, sendo um direito fundamental, inerente a dignidade da pessoa humana, consagrado na Constituição Federal, devendo o poder público adotar políticas e ações para sua consecução.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Nesse sentido, a segurança alimentar e nutricional abrange a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial, da agricultura tradicional e familiar, bem como, proporcionem a geração de emprego e redistribuição de renda, sendo o SISAN regulamentado pelo Decreto nº 7.272/2010, que prioriza a produção de alimentos da agricultura familiar.

A Lei 11.947/2009 dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, definindo-a como o direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, em que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visa, entre outros aspectos, a oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais dos alunos, tendo entre as diretrizes o incentivo a aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar, no mínimo 30%, priorizando as comunidades indígenas e quilombolas, o que nesse sentido está alinhado ao município que possui 169 estabelecimentos de ensino fundamental, além da presença de dois povos indígenas, Tabebas e Anacés, e grande quantidade de comunidades quilombolas.

A instituição do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) foi realizado por meio do Decreto 9.064/2017, destinado à identificação e à qualificação da Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) definida como:

Conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele.

O CAF ativo é requisito para acesso às ações e às políticas públicas destinadas à UFPA para empreendimento familiar rural, além das formas associativas de organização da agricultura familiar, em que o CAF - Pronaf substituirá o DAP, até a sua completa

implementação ambos permanecendo válidos para fins de acesso às ações e às políticas públicas, sendo gratuita sua emissão e validade de dois anos.

As condições e procedimento para inscrição do CAF foram atualizados pela Portaria MDA nº 20/2023, que destaca a necessidade do atendimento aos requisitos: i) limite de área de até quatro módulos fiscais; ii) utilização predominante de mão obra familiar; iii) no mínimo, metade da renda bruta advinda de atividades do seu estabelecimento; iv) gestão estritamente familiar.

Art. 30. O Registro de Inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (RICAFA) é o documento de comprovação da inscrição no CAF, utilizado para viabilizar o acesso do beneficiário(a), do empreendedor familiar rural e das formas associativas de organização da agricultura familiar às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar.

As condições e procedimentos para emissão da DAP estão descritas na Portaria nº 523/2018, sendo categorizados como:

- Grupos “A” e “A/C” – para assentados pelo PNRA, PNCF e PCRFB.
- Grupo “B” –tenha obtido renda até o limite estabelecido pelo CMN;
- Grupo Variável - tenha obtido renda até o limite estabelecido pelo CMN.

A solicitação da DAP deve ser realizada pelo agricultor em uma entidade ou empresa de assistência técnica credenciada pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, nos sindicatos de trabalhadores rurais, nas associações de agricultores familiares, nas associações e colônias de pescadores e aquicultores credenciados pelo MAPA, além do Incra, competindo à Subsecretaria de Agricultura Familiar estabelecer os procedimentos operacionais necessários.

No portal⁸ do MDA consta o quantitativo de CAF e DAP ativos, em que a posição de setembro 2024, indica o total de 3.096.439 cadastros no Brasil, distribuídos conforme segue.

Quadro 13: CAF e DAP ativos

Documento	Brasil		Ceará		Caucaia	
	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
CAF	1.850.505	4.928	188.789	194	1.452	7
DAP	1.239.007	1.999	181.794	65	1.179	4

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDA.

⁸ <https://www.gov.br/mda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/cadastro-nacional-da-agricultura-familiar/transparencia>

Para o município de Caucaia as categorias em que estão cadastrados os agricultores familiares concentram-se em Quilombo, Indígenas e Assentados do PNRA, além de demais agricultores, conforme segue.

Quadro 14: CAF e DAP por Categoria no município de Caucaia

Categoria*	CAF	DAP
Quilombola	193	107
Indígena	473	292
Silvicultura e Extrativismo	10	-
Silvicultura	0	0
Extrativismo	2	2
Aquicultor	-	5
Pescador	43	24
Maricultura e Aquicultura	11	-
Beneficiário do PNCF	7	0
Assentado pela PNRA	174	26
Demais agricultores familiares	540	723

* As categorias de classificação do CAF e DAP não estão perfeitamente relacionadas.
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDA.

Cabe destacar que os assentados do PNRA, descritos no Quadro 08, indicam o total de 400 famílias, dados do INCRA, em assentamentos atendidos pela COPASB, cooperativa com mais associados no município de Caucaia, divergindo dos 200 CAF ou DAP descritos no Quadro 14, dados do MDA, indicando que parte dos assentados não possui cadastro ativo, não estando aptos a concessão do crédito pelo Pronaf ou estão cadastrados em outras categorias.

As condições, taxas de juros e encargos, assim como os limites também variam de acordo com a finalidade, do tipo de produção/serviço, da região e das características dos beneficiários, tendo entre os pontos em comum, a busca pela geração de renda no campo com melhor utilização da mão de obra familiar.

Para o Grupo “B”, denominado Microcrédito Produtivo Rural, para o ano safra 2024/2025, os beneficiários não podem ter renda bruta familiar anual acima de R\$50.000,00, além de não contratarem trabalho assalariado permanente, com objetivo de obter taxas e encargos mais acessíveis.

As instituições financeiras devem conceder bônus de desconto aos mutuários de operações de crédito de custeio e investimento agropecuário contratadas no âmbito do Pronaf sempre que o preço de comercialização do produto financiado estiver abaixo do preço de garantia vigente no âmbito do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

O MCR descreve a destinação do Pronaf em estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio de financiamento de atividades rurais agropecuárias e não agropecuárias, em que a documentação de relação entre o proprietário da terra e o beneficiário do crédito não está sujeito à exigência de registro em cartório e a maior parte dos riscos das operações de crédito concedidas com recursos controlados do crédito rural são assumidos pelos fundos constitucionais, FNO, FNE ou FCO, pela União e/ou pelas instituições financeiras atuantes.

Na atualização nº 735, de 18 de setembro de 2024, o MCR indica como endividamento máximo no âmbito do Pronaf de R\$40.000,00 para custeio e R\$70.000,00 para investimentos em operações com risco integral da União ou dos fundos constitucionais, podendo a orientação técnica ser financiada, observando determinados limites.

Para operações de Pronaf garantidas pelo mutuário os limites variam a depender da finalidade (custeio, investimento, industrialização e comercialização), modalidade e beneficiário, podendo chegar a R\$50 milhões, no caso de cooperativas da agricultura familiar.

O MCR descreve que os agricultores e produtores rurais comprovam o enquadramento como beneficiário do Pronaf mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativo ou com o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar do Pronaf (CAF-Pronaf) válido, observando, entre outros aspectos, o que segue:

a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou permissionário de áreas públicas;

b) residam no estabelecimento ou em local próximo;

c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais;

d) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária do estabelecimento;

e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento;

f) tenham obtido renda bruta familiar, nos últimos 12 (doze) meses de produção normal que antecedem a solicitação da DAP ou do CAF-Pronaf, de até R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

No contexto das políticas públicas de fomento da produção agrícola, destaca-se ainda o Plano Safra, programa do Governo Federal composto por um conjunto de ações com a finalidade de fornecer recursos para o financiamento das atividades no Brasil, criado em 2003, com R\$5,4 bilhões específicos para a agricultura familiar, sendo para o Ano Safra 2024/2025,

o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) destacou a destinação recorde de R\$76 bilhões em créditos para agricultura familiar.

De acordo com Censo 2022, o município de Caucaia possuía uma população de 355.679, com densidade demográfica de 290,77 habitantes por quilômetro quadrado, com salário médio mensal formal de 2,0 salários-mínimos ocupando a 14ª posição no estado do Ceará, além de taxa de escolarização, em 2010, de 96,3%, ficando em 155ª entre os 184 municípios do Estado; quanto ao PIB per capita, em 2021, foi de R\$28.229,51, ocupando a 9ª posição no Estado; quanto a extensão territorial possui 1.223,246 km², ocupando a 32ª posição no Estado, estando inserido no Bioma da Caatinga e pertencente ao sistema Costeiro-Marinho.

Conforme informações disponíveis no portal do Atlas Brasil, pertencente ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), composto por critérios de renda per capita, educação e saúde, o município em 2010 estava na 3.322ª posição no Brasil, entre 5.565 municípios, com IDHM de 0,682.

Tendo como base a fundamentação teórica sintetizada e o regramento do programa sob estudo, realizou-se a análise das dimensões conteúdo e contexto, tendo como referência Bardin (1977), com objetivo de compreender se o conteúdo e o contexto do Pronaf estão alinhados aos sujeitos beneficiados ou influenciados na região, conhecendo os aspectos socioeconômicos dos sujeitos da pesquisa.

Diante do material institucional sintetizado no Quadro 12 – Regramentos relacionados ao Pronaf, com base nas dimensões Conteúdo e Contexto, definidas por Rodrigues (2008), observa-se que a formulação de políticas públicas em prol do agricultor familiar foi construída lentamente, a partir da instituição do CMN, em 1964, para melhor utilização da rede bancária para aplicação do financiamento à agricultura, tendo seus objetivos definidos em 1965, entre eles, o fortalecimento econômico dos pequenos e médios produtores.

A institucionalização do crédito rural foi muita heterogênea, tanto no privilégio à grupos e produtos, como à regiões específicas, em que houve atuação de vários atores sociais, agentes de mudança, para que a evolução ocorresse, em que se destaca o MST, como um dos grandes responsáveis pelas transformações da agricultura brasileira, contribuindo para acúmulo de conhecimentos e lideranças, Dagnino *et al.* (2002), além do movimento Sindical na discussão e atuação das construções das legislações, Grisa (2012) e Picolotto (2014), em que a observação empírica demonstrou que houve participação do MST na formação do Assentamento Santa Bárbara.

Em 1996, foi criado o Pronaf, desenvolvido a partir de critérios ainda em discussão, sobre a definição de Agricultura Familiar. Contudo, com grande evolução na definição da finalidade específica de promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares; além da participação de organismos coparticipantes.

Como grande base conceitual dos paradigmas orientadores e da coerência interna das políticas públicas para agricultura familiar, apenas em 2006, a Lei nº 11.326 estabeleceu conceitos, princípios e instrumentos para sua formulação.

A partir de então, o contexto do Pronaf evoluiu bastante com a criação de novos programas, como o PNAE, aumento dos recursos disponível com o Plano Safra, além de melhor direcionamento, ocasionando na melhoria de indicadores econômicos no campo.

Quanto ao contexto político, pode-se descrever algumas transformações ocorridas pós Ditadura Militar, com a Constituição de 1988, em que Dagnino *et al.* (2002) destacam uma postura de negociação entre a Sociedade e Estado, contribuindo para novos desenhos políticos, em que podemos inferir pelo alinhamento com a evolução das políticas públicas de fomento à agricultura familiar como o Pronaf, em 1996.

A atuação dos movimentos sociais ganhou ainda mais força com o governo Lula, em 2003, ampliando a influência na formulação de políticas públicas, tais como a PGPAF, Seguro da Agricultura Familiar, Programa Garantia Safra, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), entre outros, que possuem conexão no contexto da evolução do Pronaf, vários dos informantes da pesquisa corroboraram com a afirmação, destacando a existência de outros programas que se interrelacionam, contudo, ainda necessitando de maior integração.

Não obstante, vários autores, tais como Aquino, Gazolla e Schneider (2018) e Garcia, Helfand e Sousa (2016), destacam a grande desigualdade entre os agricultores familiares, em um contexto que engloba grande diversidade cultural, social e econômica, Cruz *et al.* (2020), tendo entre as causas, a baixa sinergia entre as políticas de desenvolvimento rural, o que se alinha ao município de Caucaia, com grande extensão territorial, desigualdades e diversidade cultural, tais como as comunidades indígenas e quilombolas.

No quadro a seguir destacamos a síntese das dimensões conteúdo e contexto do Pronaf, sendo as inferências observadas, posteriormente detalhadas.

Quadro 15: Síntese da análise das dimensões conteúdo e contexto do Pronaf

Categorias de Análise	Categorização	Inferência
Geração de renda e desenvolvimento local	Concentração de terras; desigualdades; impacto do Agronegócio; produção de alimentos e segurança alimentar; reforma agrária; assistência técnica	Inegável importância na busca de uma agricultura familiar sustentável, porém com grandes desafios para o município propiciar um desenvolvimento local sustentável
Teorias da Agricultura familiar	Desafios históricos; evolução de paradigmas; atuação dos movimentos sociais	Muitas forças, interesses e racionalizações distintas atuando na construção das teorias sobre a definição de agricultura familiar
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar.	Diversidade de políticas; influência dos movimentos sociais; evolução das políticas	Maior diversidade de políticas públicas, porém com grande caminho a percorrer para desenvolver a agricultura no município

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise do conteúdo e contexto do Pronaf revela uma complexa interação entre as políticas públicas, os sujeitos beneficiados e o ambiente socioeconômico local, a partir do quadro que sintetiza as categorias de análise e suas inferências, é possível compreender que, embora o Pronaf tenha evoluído significativamente desde sua criação em 1996, ainda existem desafios importantes a serem superados para garantir que o programa esteja plenamente alinhado às necessidades dos agricultores familiares da região, com os desafios a seguir observados na pesquisa avaliativa: potencial agrícola subutilizado, burocracia para acesso ao crédito, atuação frente às dificuldades climáticas, necessidade de assistência técnica universal, falta de acesso à terra como entrave para o crédito, menor atratividade para os jovens para sucessão rural.

Em que inferimos que a geração de renda e desenvolvimento local aponta para a importância do Pronaf na busca por uma agricultura familiar sustentável, mas também destaca a persistência de desigualdades e a concentração de terras. Em Caucaia, onde a agricultura familiar é uma atividade econômica crucial para muitas comunidades, o Pronaf tem contribuído para a geração de renda e a melhoria das condições de vida, confirmado pelos agricultores ouvidos no Assentamento Santa Bárbara. No entanto, a concentração de terras e a influência do agronegócio ainda são obstáculos significativos, a reforma agrária e a assistência técnica são elementos-chave para superar essas barreiras, mas a baixa inserção dos agricultores familiares nos serviços de assistência técnica, conforme destacado por Lemos *et al.* (2017) e observado empiricamente, limita a eficácia dessas políticas.

Na análise da categoria teorias da agricultura familiar, destacam-se os desafios históricos e a evolução dos paradigmas que orientam as políticas públicas para o setor. Em Caucaia, a presença de comunidades quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária

evidencia a diversidade cultural e social da agricultura familiar na região. No entanto, essa diversidade também reflete desigualdades no acesso aos benefícios do Pronaf. Por exemplo, a avaliação quantidade de assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que não possui cadastro ativo no Pronaf, o que limita seu acesso ao crédito e a outras políticas de fomento.

Sugerindo que há muitas forças e interesses distintos atuando na construção das políticas para a agricultura familiar, e para garantir que o Pronaf esteja alinhado aos sujeitos beneficiados, é necessário que o programa considere as especificidades locais e regionais, especialmente no que diz respeito às comunidades tradicionais, recomenda-se que o Pronaf promova ações afirmativas que facilitem o acesso de mulheres, jovens e minorias étnicas aos benefícios do programa, conforme previsto no Art. 4º do Decreto nº 3.991/2001.

A análise das políticas públicas de fomento à agricultura familiar revela uma grande diversidade de ações e a influência dos movimentos sociais na evolução dessas políticas. Em Caucaia, o Pronaf tem sido um instrumento importante para o desenvolvimento rural, mas ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que as políticas públicas sejam efetivas e inclusivas. A baixa sinergia entre as políticas de desenvolvimento rural, conforme destacado por Aquino, Gazolla e Schneider (2018), é um dos principais desafios.

A partir da apropriação dos resultados dos eixos conteúdo e contexto do Pronaf dissertados, abordaremos o eixo trajetória institucional do programa na próxima seção de análise.

4.2 Trajetória institucional do Pronaf e seu monitoramento em Caucaia

Para Rodrigues (2008), a análise da trajetória busca compreender o grau de coerência ou dispersão do programa ao longo de seu percurso pelas vias institucionais, em que o pesquisador deve observar as mudanças nos significados atribuídos aos objetivos do programa e sua dinâmica conforme ele adentra diferentes espaços e desce nas hierarquias institucionais até chegar à base, onde ocorre o contato direto entre agentes institucionais e os destinatários da política, em que destacaremos a seguir o papel e a atuação dos entes estudados que possuem relação direta com os agricultores familiares do município de Caucaia, quais sejam:

- Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR);
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR);
- Cooperativa Agrícola;

- Ematerce;
- Instituição Financeira.

No âmbito do poder público municipal, a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) tem a função de desenvolver a zona rural nos domínios da agricultura, pecuária, pesca, aquicultura e florestas, coordenando ainda o curral de apreensão de animais e atuação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

Na lista obras da SDR, descrita no portal⁹ da Prefeitura Municipal de Caucaia, destacam-se as ações de limpeza e manutenção de estradas, além de roçagens, podas e reformas de açudes; tendo como programas e projetos o que segue:

- Hora de Plantar – realizar o preparo do solo mecanizado para plantio das culturas agrícolas no município de Caucaia;
- Mais Pecuária Brasil – conta com parceria da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais (CONAFER) para promover o melhoramento genético do rebanho leiteiro e de corte, por meio de inseminação artificial de sêmens produzidos por multinacional especializada;
- Projeto Peixamento – objetivo de povoamento e/ou repovoamento de coleções de água, com alevinos, pós-larvas ou juvenis de pescado do município de Caucaia.

Em visita à SDR, realizada em 02/12/2024, realizamos entrevista com engenheiro agrônomo responsável direto pelo atendimento aos agricultores, tendo como referência o instrumento de coleta descrito no Apêndice B, entrevistado denominado Secretaria_02, visto que na ambientação inicial, primeira visita à SDR, conversamos com o Secretário Municipal, denominando-o Secretaria_01.

Destacamos a seguir, a ambientação dos dados obtidos na entrevista, para posteriormente, acomodá-los no instrumento de análise para identificação da unidade de contexto, do núcleo de sentido e dos temas, tendo como referência a Análise de Conteúdo do tipo Temática, conforme proposto por Dias e Mishima (2023), processo a ser realizado com todas as entrevistas.

Secretaria_02 destaca a importância no Pronaf auxiliando na questão social e financeira do pequeno produtor rural, que são atendidos pela categoria B do Programa, sendo “uma mola propulsora para os produtores”.

Destacando a evolução do Pronaf que, de certa forma, fica mais evidente conforme o agricultor evolui, com necessidade de mais exigências, indicando dificuldades maiores para

⁹ <https://www.caucaia.ce.gov.br/>

os produtores que não possuem terra própria.

Para a atuação da SDR, o entrevistado indicou que “a secretaria de agricultura é considerada o primo pobre da história dentro de qualquer município”, com recursos bem escassos, sendo que o produtor necessita cada vez mais de apoio do poder público em virtude da ausência de mão de obra, como resultado de outras oportunidades de emprego dentro do município, como o Complexo Portuário do Pecém que tem captado boa parte da mão obra que trabalhava na agropecuária.

Quanto as parcerias, destacou a Emater para assistência técnica, porém, frisou que houve um período em que foi bastante sucateado, em governos anteriores; além do Garantia Safra como política de apoio para perdas de safra, que chegaram em alguns períodos com quatro mil produtores rurais cadastrados.

Falou um pouco do Assentamento Santa Bárbara, que eu havia visitado, destacando muitas atividades desenvolvidas na época de sua implantação pelo INCRA, entre elas a piscicultura. Contudo, demonstrou descontentamento com o que chamou de comodismo de alguns produtores e com a utilização dos financiamentos para finalidades diversas das indicadas às instituições financeiras quando contrataram os financiamentos.

Como instituições financeiras atuantes no município, indicou o Banco do Brasil e o BNB, especialmente, este último que possui uma linha de crédito denominada Crédito Amigo, específica para o Pronaf, em suas várias modalidades. Contudo, destacou que as formalidades para obtenção de crédito aumentaram, especialmente, relacionadas a regularização ambiental, sendo uma grande barreira a distância entre a linguagem das instituições financeiras e do agricultor familiar, em que a SDR atua para “alinhar as diferenças” e auxiliar na regularização; descreveu ainda, a busca de parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), tendo atingido 10 capacitações anuais voltadas para produção agropecuária.

Por fim, destacou a importância das políticas públicas dos governos Federal, Estadual e Municipal, principalmente o PAA e o PNAE, que proporcionam maior segurança e retorno para os produtores, que “estão recebendo um preço mais justo para o seu produto”.

Foi nítido na conversa com o agrônomo do município a vontade de fazer mais, apesar da pouca disponibilidade de recursos na Secretaria; além do descontentamento com certo comodismo de alguns produtores e com a mudança da finalidade da utilização dos recursos, dificultando novas operações. No entanto, o entusiasmo em que contou histórias de sucesso de pequenos agricultores que melhoraram de vida com a utilização adequada do crédito, demonstrou uma visão muito positiva do Pronaf.

A seguir, destacamos um quadro com análise vertical, conforme proposto por Dias e Mishima (2023), do entrevistado Secretaria_02, para posterior análise com a teoria observada.

Quadro 16: Análise vertical – Secretaria_02

Tema	Núcleo de Sentido	Unidade de Contexto	Unidade de Registro/Fragmento
Geração de Renda e Desenvolvimento Local	Crédito como alavanca para a geração de renda.	O entrevistado destaca que o crédito rural, especialmente o Pronaf, tem sido fundamental para alavancar a renda dos agricultores, permitindo investimentos em atividades produtivas.	“O Pronaf é uma política que ajuda muito o produtor, auxilia principalmente na questão social e também na questão financeira. A gente procura aqui dentro do município trabalhar com o produtor nas orientações técnicas, mas também principalmente orientação para o crédito, que é uma das políticas públicas que a gente trabalha ali dentro do município...”
Geração de Renda e Desenvolvimento Local	Dificuldades climáticas e perdas de safra.	O entrevistado menciona que as irregularidades climáticas, como excesso ou falta de chuva, têm causado perdas significativas nas safras, impactando a renda dos agricultores.	“Nos últimos anos o que é que tem acontecido? Tem tido falta de chuvas e quando vem chuvas em curto espaço de tempo. Então pra culturas como milho e feijão, frango e feijão, milho e mandioca... O que tem acontecido? Provocou esses encharcamentos e aí ocorre perda não por falta de chuva. Está acontecendo ativamente muita perda por excesso de chuva...”
Teorias da Agricultura Familiar	Importância da agricultura familiar para a economia local.	O entrevistado enfatiza o papel da agricultura familiar na geração de emprego e renda, destacando sua relevância para o desenvolvimento local.	“O Pronaf, no caso, aqui a grande maioria dos Pronafianos estão amparados na categoria B. Esse Pronafiano planta principalmente agricultura com milho, feijão, alguns mandioca ou macaxeira. Esses são produtores que têm até quatro modos fiscais. Eles podem ser beneficiados caso ocorram uma perda de safra, Mais do 90% são ressarcidos...”
Teorias da Agricultura Familiar	Desafios da sucessão rural e envelhecimento dos agricultores.	O entrevistado aponta que o envelhecimento dos agricultores e a falta de interesse dos jovens em permanecer no campo são desafios para a continuidade da agricultura familiar.	“Hoje para você conseguir qualquer produtor para auxiliar na produção, a diária hoje é no mínimo, no mínimo que você vai encontrar é 80 reais a diária de um produtor rural, né? De um agricultor rural, né? E há locais em que o pessoal paga 100 reais e ainda dando alimentação e tudo mais e não encontra. Não encontra produtor...”
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Evolução do Pronaf e sua contribuição para a agricultura familiar.	O entrevistado avalia que o Pronaf avançou, mas ainda enfrenta desafios, como a burocracia e a falta de acompanhamento técnico.	“O Pronaf é uma política que ajuda muito o produtor, auxilia principalmente na questão social e também na questão financeira. A gente procura aqui dentro do município trabalhar com o produtor nas orientações técnicas, mas também principalmente orientação para o crédito, que é uma das políticas públicas que a gente trabalha ali dentro do município...”
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Necessidade de assistência técnica e capacitação.	O entrevistado enfatiza a importância da assistência técnica e das capacitações para o sucesso das políticas públicas de fomento à agricultura familiar.	“Normalmente, a gente tem Junto com o SENAR, nós estamos fazendo uma média de 10 capacitações anuais. Por exemplo, nós temos também, fizemos agora recente, essa semana que passou, nós fizemos de piscicultura e operação e manutenção de retroescavadeira...”

Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Falta de recursos e estrutura para implementação de políticas.	O entrevistado critica a falta de recursos e estrutura adequada para a implementação eficaz das políticas públicas de fomento à agricultura familiar.	“Nós sempre tivemos uma grande dificuldade, né? Porque a secretaria de agricultura é considerada o primo pobre da história dentro de qualquer município. E aí o que é que acontece? Os recursos são bem escassos dentro do município...”
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Programas complementares ao Pronaf.	O entrevistado menciona programas como o Garantia Safra e o PAA como complementares ao Pronaf, destacando sua importância para a agricultura familiar.	“A gente tem a questão do Garantia Safra, né? Que é uma política de apoio à questão das perdas de safra. Tem muita gente no Garantia Safra cadastrada? Olha, houve um período que a gente tinha quatro mil produtores cadastrados no Garantia Safra...”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da entrevista.

Um dos núcleos de sentido mais evidentes é a relação entre o crédito e a geração de renda, especialmente a partir do Pronaf. O entrevistado destaca o papel central do crédito rural, considerando-o como um fator fundamental para o desenvolvimento econômico local. Ele menciona que, além de oferecer suporte financeiro, o Pronaf também é uma ferramenta que fortalece a questão social, permitindo aos agricultores familiares investimentos em suas atividades produtivas. A unidade de contexto aqui é o Pronaf, enquanto a unidade de registro evidencia como esse crédito é crucial para os agricultores familiares, permitindo-lhes melhorar a renda e, conseqüentemente, a qualidade de vida: “O Pronaf é uma política que ajuda muito o produtor, auxilia principalmente na questão social e também na questão financeira...”

Por outro lado, o impacto das dificuldades climáticas, como a escassez e o excesso de chuvas, é outro núcleo de sentido importante. O entrevistado aponta que as perdas de safra, provocadas por essas irregularidades climáticas, têm um impacto direto na geração de renda, já que as safras de produtos como milho, feijão e mandioca são comprometidas. A unidade de contexto é a variação climática e a unidade de registro é a descrição das conseqüências dessas mudanças para a agricultura familiar: “Nos últimos anos o que é que tem acontecido? Tem tido falta de chuvas e quando vem chuvas em curto espaço de tempo... O que tem acontecido? Provocou esses encharcamentos e aí ocorre perda...”

Quanto ao núcleo de sentido relacionado à importância da agricultura familiar para a economia local, o entrevistado enfatiza o impacto positivo da agricultura familiar, especialmente a partir da implementação do Pronaf. Ele observa que, apesar das dificuldades, os agricultores familiares são responsáveis pela produção de produtos essenciais, como milho, feijão e mandioca, que contribuem para a economia local. A unidade de contexto é o Pronaf, e a unidade de registro revela como ele tem beneficiado a agricultura familiar, garantindo

compensações em caso de perdas de safra: “Os Pronafianos estão amparados na categoria B... Mais de 90% são ressarcidos...”

No entanto, o desafio da sucessão rural e envelhecimento dos agricultores aparece como um núcleo de sentido relevante. A falta de interesse dos jovens em permanecer na agricultura e a dificuldade em encontrar trabalhadores para as atividades rurais são destacados como grandes obstáculos à continuidade da agricultura familiar. A unidade de contexto aqui é o envelhecimento da força de trabalho rural e a unidade de registro reflete essa escassez de mão de obra, que impacta a produção rural: “Hoje para você conseguir qualquer produtor para auxiliar na produção... a diária hoje é no mínimo, no mínimo 80 reais... e não encontra produtor.”

Dentro do núcleo de sentido das políticas públicas de fomento, o entrevistado analisa a evolução do Pronaf, destacando seu avanço ao longo do tempo, mas também apontando desafios persistentes, como a burocracia e a falta de acompanhamento técnico. O entrevistado sugere que, embora o Pronaf tenha trazido benefícios consideráveis, há uma necessidade de melhorias na gestão e na implementação das políticas públicas. A unidade de contexto é o Pronaf e a unidade de registro descreve a dualidade da política pública: os avanços alcançados e os desafios ainda enfrentados: “O Pronaf é uma política que ajuda muito o produtor, auxilia principalmente na questão social e também na questão financeira... mas também principalmente orientação para o crédito...”

A necessidade de assistência técnica e capacitação é outro núcleo relevante, com o entrevistado enfatizando que a capacitação dos agricultores, por meio de parcerias com entidades como o SENAR, tem sido essencial para o sucesso das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. A unidade de contexto aqui é o papel da capacitação e a unidade de registro detalha a frequência e a importância das capacitações oferecidas: “Normalmente, a gente tem junto com o SENAR, nós estamos fazendo uma média de 10 capacitações anuais...”

Além disso, a falta de recursos e estrutura para a implementação das políticas é mencionada como uma dificuldade persistente, destacando que a secretaria de agricultura enfrenta grandes dificuldades financeiras, o que prejudica a eficácia das políticas. A unidade de contexto é a gestão pública da agricultura familiar e a unidade de registro reflete a crítica à falta de recursos: “Nós sempre tivemos uma grande dificuldade... a secretaria de agricultura é considerada o primo pobre da história dentro de qualquer município...”

O entrevistado menciona programas complementares ao Pronaf, como o Garantia Safra e o PAA, que têm sido fundamentais para apoiar os agricultores familiares, especialmente em momentos de dificuldades climáticas. A unidade de contexto é a política complementar ao

Pronaf, e a unidade de registro destaca a importância desses programas para a segurança financeira dos agricultores: “A gente tem a questão do Garantia Safra... Tem muita gente no Garantia Safra cadastrada...”

O entrevistado Secretaria_02 reforça a importância do crédito, especialmente do Pronaf, como uma política pública essencial para apoiar os produtores rurais tanto no aspecto social quanto financeiro. Ele menciona que o crédito rural tem sido fundamental para alavancar a renda dos agricultores, permitindo investimentos em atividades produtivas e contribuindo para a redução das desigualdades no campo. Essa visão converge com a ideia de Dowbor (1998), que destaca a necessidade de políticas que promovam a inclusão financeira e reduzam as disparidades no acesso ao crédito.

A fala do entrevistado também corrobora as críticas de Almeida, Vinha e Santos (2023) e Dowbor (1998) sobre a concentração de terras e a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso dos pequenos produtores aos recursos financeiros. O Pronaf, nesse sentido, é apontado como um instrumento crucial para a geração de renda no campo, alinhando-se com a visão dos autores de que a democratização do crédito é fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Além disso, o entrevistado reflete a preocupação teórica de Dias, Silva e Costa (2023) sobre os impactos climáticos na agricultura familiar, especialmente em regiões como o Nordeste, onde as condições climáticas são mais adversas. A falta de assistência técnica e a dificuldade de adaptação às mudanças climáticas são desafios que precisam ser superados por meio de políticas públicas que promovam a resiliência e a sustentabilidade dos sistemas produtivos.

Reforçando ainda as ideias de Ferreira (2022) e Leite (2022) sobre a importância da agricultura familiar para a geração de renda e a manutenção da economia local. O Pronaf, como política pública, é destacado como um exemplo de como o Estado pode intervir para apoiar os pequenos produtores, alinhando-se com a necessidade de políticas que promovam o desenvolvimento rural e a redução das desigualdades socioeconômicas.

Outro ponto destacado pelo entrevistado é a preocupação com o envelhecimento dos agricultores e a necessidade de políticas que incentivem a permanência dos jovens no campo, tema abordado por Monteiro *et al.* (2023) e Schneider (2009). A modernização da agricultura e a oferta de capacitação técnica, conforme mencionado pelo entrevistado, são estratégias alinhadas com a necessidade de tornar a atividade agrícola mais atrativa e sustentável para as novas gerações.

A fala do entrevistado também corrobora as ideias de Guanziroli e Vichon (2019) sobre a importância da assistência técnica e da capacitação para o aumento da renda dos produtores rurais. A realização de capacitações, conforme mencionado pelo entrevistado, é uma estratégia essencial para promover a modernização e a eficiência na agricultura familiar, garantindo que os agricultores estejam preparados para enfrentar os desafios do mercado e das mudanças climáticas.

Por fim, o entrevistado reflete a preocupação teórica de Aquino, Gazolla e Schneider (2018) sobre a falta de recursos e a desigualdade no acesso a políticas públicas. A crítica do entrevistado à escassez de recursos na secretaria de agricultura exemplifica os desafios enfrentados na implementação de políticas de fomento à agricultura familiar, reforçando a necessidade de maior investimento e comprometimento por parte do poder público.

A partir do exposto, percebe-se pelas falas de Secretaria_02 a complexidade da agricultura familiar no Brasil, em que os núcleos de sentido como o crédito, as dificuldades climáticas, a assistência técnica e as políticas públicas se entrelaçam, formando um quadro que, embora avance em alguns aspectos, ainda enfrenta desafios substanciais. O crédito, representado pelo Pronaf, se destaca como um fator fundamental para a geração de renda e o desenvolvimento local, mas as dificuldades climáticas, a falta de recursos e estrutura adequada para implementar políticas públicas efetivas revelam que, embora as políticas tenham trazido avanços, ainda há muito a ser feito para garantir a sustentabilidade e a continuidade da agricultura familiar no Brasil.

Quanto aos movimentos sociais, destacamos os sindicatos rurais no Brasil que foram organizados após o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) publicar as Portaria nº 209-A, 255-A e 356 em 1962, sendo os sindicatos rurais no Ceará organizados em quatro categorias:

- Sindicato do Trabalhadores Rurais Assalariados;
- Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais Autônomos;
- Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais;
- Sindicato dos Posseiros Rurais.

O Ceará em 1960 possuía 140 municípios e entre os anos de 1962 a 1969 foram criados 83 sindicatos, sendo que havia municípios com até 3 sindicatos, de categorias distintas, sendo que em 1964, com o Golpe Militar, a CONTAG e a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura no Estado do Ceará (FETRAECE) sofreram intervenção, alterando a atuação

dos movimentos sindicais no país e no estado, sendo que o Governo Militar, em 1965, instituiu somente um sindicato por município e uma federação por estado.

Na década de 1970, o Brasil passou um processo de modernização agrícola, em decorrência de políticas de intervenção dos governos federais, sendo marcante a militância de diferentes movimentos sociais, tais como a Comissão Pastoral da Terra, as Comunidades Eclesiais de Base e o MST.

No Ceará, a década de 1970 foi marcada pela chamada revolução verde protagonizada pelos governos dos Estados Unidos da América, em parceria com capital financeiro, intensificado o cercamento de terras para delimitação e expansão dos latifúndios, ampliando as lutas dos movimentos sociais em favor da Reforma Agrária e de pagamento de rendas aos trabalhadores rurais, tendo como consequência novas intervenções na FETRAECE e fechamento de sindicatos.

Na década de 1980, foi caracterizado por conflitos entre latifúndios e trabalhadores, desencadeando ações judiciais, chegando a desapropriações por interesse social em alguns municípios do estado do Ceará. Sendo a década de 1980 marcada pela redemocratização do país e consequente mudanças no movimento sindical do estado, ocorrendo em 1986 o I Congresso para eleição da diretoria da FETRAECE, assumindo a bandeira da Reforma Agrária e em defesa dos trabalhadores rurais.

A década de 1990 foi marcado por um projeto político Neoliberal, com o presidente Fernando Henrique Cardoso, com a aprovação de reforma previdenciária que dificultava a aposentadoria para os trabalhadores rurais, privatização de órgãos públicos e demissão de servidores estatais, gerando insatisfações no campo e desencadeando uma série de conflitos.

Os anos 2000 foram marcados por mudanças na política nacional, com a eleição do presidente oriundo da classe trabalhadora, Luís Inácio Lula da Silva, que contou com a participação ativa dos movimentos sociais e sindicais das cidades e do campo.

A FETRAECE e CONTAG, desde suas fundações, tiveram atuação em prol da Reforma Agrária para garantir o acesso à terra aos trabalhadores rurais, pensada não apenas para sobrevivência das famílias, mas para geração de excedentes, assegurando novos investimentos e a sustentabilidade da agricultura.

Nesses 50 anos destacamos o visível crescimento e fortalecimento do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no estado do Ceará, bem como a melhoria da categoria, por meio do acesso às políticas públicas conquistadas e das mobilizações, ações de massa coordenadas pela FETRAECE. (Alencar *et al.*, 2013, p.149)

Como destaca Picolotto (2022), o movimento sindicalista rural tem papel fundamental no desenvolvimento do setor, ampliando a importância da agricultura familiar, buscando um novo modelo de desenvolvimento, fortalecendo a construção de uma identidade coletiva para os agricultores familiares, contribuindo para criação de políticas públicas direcionadas para o setor, como o Pronaf.

Em visita ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caucaia, realizada em 05/11/2024, observou-se a atuação no atendimento aos agricultores para cadastramento do Programa Garantia Safra, no esclarecimento jurídico para obtenção de aposentadoria rural e no apoio ao registro do Cadastro do Agricultor Rural (CAF), dentre outras ações.

Destaca-se a boa organização do ambiente, com recepção, cadeiras, televisão, café e bolachas para quem espera por atendimento, salas específicas (Tesouraria, Secretaria, Presidência e Jurídico), além de pequeno auditório para eventos, prédio bem localizado próximo à região central do município de Caucaia.

Figura 10: Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caucaia



Fonte: Registro próprio em 05 de novembro de 2024.

Em entrevista, tendo como referência o instrumento de coleta descrito no Apêndice B, o presidente do Sindicato, denominado Sindicato_01, destacou a evolução do movimento sindical no município, que possui grande potencialidade agrícola. Contudo, conta com “pouco apoio financeiro das instituições financeiras”, com atuação apenas do BNB, tendo entre as dificuldades a elaboração de projetos técnicos e acompanhamentos dos produtores.

Descreveu que percebe o compromisso da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDR), todavia, com poucas condições para efetivação das ações necessárias para o desenvolvimento agropecuário do município.

Destacou o crescimento do Sindicato, que iniciou com cerca de 200 sócios, tendo atualmente em torno de 20.000; que contrataram técnico agrícola para apoiar os agricultores, exaltando como momento que tiveram mais operações de crédito implementadas em Caucaia, porém, em virtude de dificuldades tiveram que cancelar o serviço, ficando apenas na “dependência da assistência da Emater e da Secretaria de Agricultura um pouco fragilizada”.

Por fim, o entrevistado exaltou o Pronaf como “melhor saída para o agricultor”, lamentando que o município “não abrace a causa”, em virtude da ausência de recursos e estrutura, em que enfatizou a importância da assistência técnica, apesar de destacar como mais importante “saber fazer o que com o dinheiro”, demonstrando a percepção da importância da assistência técnica e financeira, em que se destaca neste papel as cooperativas agrícolas.

A seguir, destacamos um quadro com análise vertical, conforme proposto por Dias e Mishima (2023), do entrevistado Sindicato_01, para posterior análise com a teoria observada.

Quadro 17: Análise vertical – Sindicato_01

Tema	Núcleo de Sentido	Unidade de Contexto	Unidade de Registro/Fragmento
Geração de Renda e Desenvolvimento Local	Potencial agrícola subutilizado.	O entrevistado destaca o potencial agrícola do município de Caucaia, mas aponta a falta de apoio financeiro como um obstáculo para o desenvolvimento local.	“Nós temos um potencial muito grande na agricultura, uma área de potencialidade gigantesca. Nós temos um açude do Sítio Novo que abrange não sei quantos 1000 hectares de vazante que dava para implementar a vazante. Nós temos o Açude do Rico também do mesmo jeito. Nós temos a Barra do Cauípe também, do mesmo jeito que poderia muito bem ser explorado uma agricultura irrigada, mas por falta de apoio financeiro, nós vivemos enfrentando essa dificuldade do dia a dia...”
Geração de Renda e Desenvolvimento Local	Falta de estrutura técnica e financeira.	O entrevistado relata que a falta de técnicos agrícolas e a estrutura inadequada do Banco do Nordeste limitam o acesso ao crédito e o desenvolvimento da agricultura familiar.	“Nós temos uma única agência aqui do Banco do Nordeste que implementa algumas operações de crédito. Uma deficiência muito grande para elaboração de projetos com técnicos agrícolas ou Engenheiro agrônomo...”
Teorias da Agricultura Familiar	Importância do associativismo e cooperativismo.	O entrevistado menciona a criação de cooperativas como uma estratégia para fortalecer a agricultura familiar, apesar das dificuldades enfrentadas.	“Que aí é fruto do sindicato. Criou duas cooperativas. Uma [Nonato] toma conta que foi diretor do sindicato da Copasb. E a outra é a senhora [Jaqueline], aqui no Genipabu, que também toma conta que é para a gente...”

Teorias da Agricultura Familiar	Desafios da assistência técnica.	O entrevistado aponta que a falta de assistência técnica adequada é um dos principais desafios para a agricultura familiar, levando ao endividamento dos agricultores.	“Porque eu também reconheço que dinheiro na mão dos agricultores sem assistência técnica se chamam agricultores endividados. A gente está focando muito na parte técnica. Mas com certeza o mais importante é saber fazer o que com o dinheiro. É tornar isso uma cadeia produtiva e de divulgação do seu produto...”
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Evolução limitada do Pronaf.	O entrevistado avalia que o Pronaf avançou, mas ainda enfrenta desafios, como a falta de avaliação técnica dos projetos financiados.	“Nós temos aqui a linha Pronaf dentro do município de Caucaia, que os próprios agricultores procuram o próprio banco. O banco faz o projeto sem a avaliação técnica do solo, sem avaliação técnica. E a perspectiva de futuro do projeto, se vai dar certo ou não...”
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Falta de compromisso da gestão pública.	O entrevistado critica a falta de compromisso da gestão pública em fornecer condições adequadas para a implementação de políticas de fomento à agricultura familiar.	“Na verdade, eu quero aqui louvar a atitude do secretário. Ele tem muita vontade de fazer. A gente percebe isso, a vontade de fazer, mas, infelizmente, a falta de compromisso da gestão maior, de dar condições para que seja feito esse serviço. Infelizmente, nós não vamos a lugar nenhum...”
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Falta de estrutura local para políticas públicas.	O entrevistado destaca que a ausência de uma estrutura local adequada impede o funcionamento eficaz das políticas públicas, como a parceria entre o Banco do Nordeste e a Secretaria de Agricultura.	“Essa parceria entre Banco do Nordeste e Secretaria de Agricultura ela não funciona. Assim também como não funciona assim também como do sindicato com o Banco do Nordeste. Porque falta uma estrutura do poder público local. Tem que ter essa estrutura. Se não, se o poder público local não abraçar a causa, não funciona...”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da entrevista.

A fala do entrevistado Sindicato_01 corrobora as ideias de Almeida, Vinha e Santos (2023) e Dowbor (1998) sobre a subutilização do potencial agrícola devido à falta de apoio financeiro e técnico. O entrevistado destaca que a concentração de terras e a ausência de investimentos em infraestrutura são desafios que precisam ser superados para o pleno desenvolvimento da agricultura familiar. Essa perspectiva está alinhada com a visão dos autores, que apontam a necessidade de políticas públicas que promovam a democratização do acesso à terra e a modernização da infraestrutura rural.

Além disso, o entrevistado reflete a preocupação de Guanzioli e Vichon (2019) sobre a importância da assistência técnica e de uma estrutura financeira adequada para o sucesso da agricultura familiar. A crítica do entrevistado à falta de técnicos e à estrutura inadequada do Banco do Nordeste exemplifica os obstáculos enfrentados pelos pequenos produtores, evidenciando a necessidade de um sistema de apoio mais eficiente e acessível. Essa situação reforça a importância de políticas que integrem crédito, assistência técnica e infraestrutura para garantir a sustentabilidade da produção agrícola.

A fala do entrevistado também corrobora as ideias de Leite (2022) e Ferreira (2022) sobre a importância do associativismo e do cooperativismo para o fortalecimento da agricultura familiar. A criação de cooperativas, conforme mencionado pelo entrevistado, é uma estratégia alinhada com a necessidade de promover a organização dos produtores e facilitar o acesso a recursos financeiros, tecnológicos e mercadológicos. Essa abordagem está em sintonia com a visão dos autores, que destacam o papel das cooperativas como instrumentos essenciais para a redução das desigualdades e a ampliação da capacidade produtiva no campo.

Outro ponto destacado pelo entrevistado é a preocupação com a falta de assistência técnica, tema amplamente discutido por Guanziroli e Vichon (2019). A ausência de orientação técnica, conforme mencionado pelo entrevistado, é um desafio que precisa ser superado para evitar o endividamento dos produtores e garantir o sucesso dos projetos agrícolas. Essa crítica reforça a necessidade de políticas públicas que priorizem a capacitação e o acompanhamento técnico dos agricultores, especialmente em regiões com menor acesso a serviços especializados.

Ainda alinhado às ideias de Aquino, Gazolla e Schneider (2018) sobre os desafios do Pronaf, o entrevistado critica a falta de avaliação técnica dos projetos financiados. Essa crítica reflete a necessidade de melhorias na implementação do Pronaf, com maior rigor na análise e no acompanhamento dos projetos, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e sustentável. Essa perspectiva está em sintonia com a visão dos autores, que destacam a importância de uma gestão mais transparente e eficaz das políticas de crédito rural.

Por fim, o entrevistado Sindicato_01 reflete a preocupação de Delgado (2005) e Picolotto (2022) sobre a falta de compromisso da gestão pública na implementação de políticas de fomento à agricultura familiar. A crítica do entrevistado à ausência de apoio da gestão maior exemplifica os desafios enfrentados na prática, evidenciando a necessidade de maior engajamento e responsabilidade por parte dos gestores públicos. Essa abordagem reforça a importância de uma governança mais participativa e comprometida com o desenvolvimento rural.

Quanto ao cooperativismo, regido pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, sendo definido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) como um jeito de empreender de forma coletiva, composta por indivíduos que compartilham objetivos comuns e adotam uma gestão democrática, em que destaca que cerca de 50% do alimento que chega na mesa dos brasileiros é produzido por cooperativas agro de produtores rurais.

O cooperativismo agropecuário é composto por empreendimento coletivo, sendo instrumento de desenvolvimento do meio social em que está inserido, em que para muitos municípios brasileiros esses empreendimentos são considerados o “armazém de confiança” da população regional, OCB (2024), sendo que o Brasil conta com 1.179 cooperativas agrícolas, com 1 milhão de cooperados, que proporcionam 257 mil empregos diretos.

A grande heterogeneidade sociocultural dos pequenos agricultores, o baixo desempenho competitivo em um crescente número de microrregiões brasileira, Moura (2021), com menor participação na captação do Pronaf para as regiões Norte e Nordeste, Monteiro *et al.* (2023), indicam a necessidade de estratégias para dinamizar a inclusão produtiva dos agricultores familiares, sendo o sistema cooperativista uma alternativa viável, com vistas a prestar serviços aos seus membros, procurando beneficiá-los com melhores condições de negociação de preços junto à indústria e outros mercados consumidores, contribuindo com viabilidade econômica de suas propriedades.

Para agricultura familiar outras políticas públicas impulsionaram a criação de organizações coletivas, tais como o PNAE, criado pela Lei nº 11.947/2009, que indica que pelo menos 30% da alimentação escolar seja proveniente da agricultura familiar, em que o associativismo facilita a obtenção de crédito nas diversas linhas do Pronaf, contribuindo com sua sustentabilidade econômica. Para Almeida (2014), as associações rurais, cooperativas e sindicatos contribuem com inserção de capital social na determinação da renda agrícola familiar.

Especificamente para a agricultura familiar, em 2005, foi fundada a Unicafes, relacionada com a União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (Unicopas), tendo como objetivo ser um instrumento de representação do cooperativismo solidário, relacionando diversas categorias, tais como a agricultura familiar, povos tradicionais e assentamentos da reforma agrária; articulando iniciativas econômicas e oportunidades de distribuição de renda, produção de alimentos, melhoria da qualidade de vida, preservação da biodiversidade, entre outras, Unicopas (2024).

No estado do Ceará, a Unicafes foi fundada em 2010, para representar os interesses das cooperativas da agricultura familiar, articulando suas demandas, promovendo a integração entre as diferentes entidades, contribuindo com o desenvolvimento sustentável, por meio de ações de apoio as suas filiadas, tendo ainda como princípios norteadores a atuação organizada com base nas pessoas, na participação democrática, solidariedade, controle social, novas relações de gênero, geração e etnia, intercooperação, respeito ao meio ambiente, entre outros.

Dessa forma, a sua atuação também contribui para que os associados tenham acesso a recursos, por meio do Pronaf, beneficiando-se das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar.

O município de Caucaia, em virtude de suas características geográficas e da força da agricultura familiar, observa-se o surgimento e fortalecimento de diversas cooperativas agrícolas, em que podemos destacar:

- Cooperativa Agropecuária da Caucaia (COOPERCAU) – atua em diversas frentes, desde a produção de alimentos até a fornecimento para a alimentação escolar.

- Cooperativa de Produção agropecuária e serviços Santa Barbara (COPASB) - foco na agricultura familiar, oferecendo uma variedade de produtos e serviços para seus cooperados.

- Cooperativa Agroindustrial do Estado do Ceará(COOPAECE) - embora tenha atuação estadual, a COOPAECE possui forte presença em Caucaia, contribuindo para o desenvolvimento da agroindústria na região.

Selecionada para apreciação, a COPASB possui sede no Bairro Itambé, em Caucaia, atuando com agricultores instalados em 4 assentamentos da Reforma Agrária, que tem como principal destino dos seus produtos a alimentação escolar na região, incentivada por políticas públicas, tais como o PAA e PNAE.

Figura 11: Banner exposto na sede do COPASB



Fonte: Registro próprio em 05 de novembro de 2024.

Em entrevista, tendo como referência o instrumento de coleta contido no Apêndice B, o presidente da COPASB, denominado COPASB_01, destacou sua vivência como agricultor assentado da reforma agrária, ex-presidente do Sindicato do Trabalhadores Rurais, indicando o Pronaf como “umas das políticas públicas mais importantes que já foi criada para a agricultura

familiar”, possibilitando o investimento na agricultura, trazendo desenvolvimento local, geração de emprego e renda.

Exaltou que conseguiram o financiamento para Cooperativa na linha Pronaf Agroindústria para implantação de indústria de polpa de frutas; e sonhando mais alto, busca recursos para capital de giro para aproveitar as oportunidades.

Contudo, destacou a “falta de informação, da propriedade da terra e até da boa vontade de pessoas dentro das instituições financeiras” como dificuldades para obtenção do crédito pelos agricultores familiares. Porém, enfatizou a parceria do BNB para o Pronaf no município.

Especificamente para a Cooperativa, destacou como dificuldade para produção as secas ocorridas, conseguindo recuperar apenas nos últimos dois anos. Contudo, mencionou que o “grande debate” é a questão da “sucessão rural”, pois o agricultor está envelhecendo e os mais jovens não querem “enfrentar” o trabalho “braçal”, com consequência tem-se a falta de mão de obra no campo, o que demonstra maior necessidade de uma agricultura mais modernas, com máquinas para suprir a escassez de mão de obra, ao mesmo tempo que pode trazer o jovem de volta para o campo.

Por fim, destacou dificuldades com falta de assistência técnica, pois afirmou que existe um problema burocrático entre o INCRA e a Ematerce; e com a inadimplência de alguns assentados ocorrida em anos de seca, muitos agricultores não conseguiram regularizar a situação e não conseguem novos financiamentos.

A seguir, destacamos um quadro com análise vertical, conforme proposto por Dias e Mishima (2023), do entrevistado COPASB_01, para posterior análise com a teoria observada.

Quadro 18: Análise vertical – COPASB_01

Tema	Núcleo de Sentido	Unidade de Contexto	Unidade de Registro/Fragmento
Geração de renda e desenvolvimento local	Impacto do Pronaf na geração de renda	O entrevistado destaca o Pronaf como uma política pública essencial para o desenvolvimento da agricultura familiar, permitindo investimentos que geram renda e empregos.	"Eu avalio que o Pronaf é uma das políticas públicas mais importantes que já foi criada para a agricultura familiar, porque é uma linha de crédito... que possibilita o agricultor familiar fazer os investimentos na agricultura..."
Geração de renda e desenvolvimento local	Desafios climáticos e econômicos	O entrevistado relata que a seca no Nordeste impacta negativamente os planos dos agricultores, dificultando a geração de renda e o desenvolvimento local.	"Infelizmente a gente mora na região Nordeste e tem período que a gente pena, enfrenta um período de estiagem, de seca e acaba aquilo que você tem planejado para o futuro vai por água abaixo por falta de condições climáticas..."

Geração de renda e desenvolvimento local	Cooperativas como agentes de desenvolvimento	O entrevistado menciona que a cooperativa COPASB foi a primeira do Nordeste a acessar o Pronaf Agroindústria, destacando o papel das cooperativas no desenvolvimento local.	"Hoje a gente tá a frente aqui dessa cooperativa e nós fomos a primeira cooperativa... a acessar o Pronaf Agroindústria... conseguimos através do Plano Safra 23/24 acessar o primeiro Pronaf para uma indústria de polpas..."
Teorias da Agricultura Familiar	Sucessão rural e envelhecimento	O entrevistado relata que os agricultores familiares estão envelhecendo e os jovens não querem continuar no campo, o que representa um desafio para a continuidade da agricultura familiar.	"O nosso agricultor familiar está envelhecendo... o jovem hoje não quer mais enfrentar aquela agricultura que os nossos pais enfrentaram, que é o trabalho braçal..."
Teorias da Agricultura Familiar	Modernização da agricultura	O entrevistado sugere que a modernização da agricultura, com o uso de máquinas menores, pode atrair os jovens de volta ao campo, reduzindo o esforço físico.	"Nasce aí a necessidade de você pensar uma agricultura mais moderna... trazendo maquinários pequenos... incentivando o jovem a voltar a estar ali na agricultura..."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Acesso ao crédito e dificuldades	O entrevistado menciona que, embora a intenção do governo seja boa, muitos agricultores enfrentam dificuldades para acessar o crédito devido a burocracia e falta de preparo.	"A grande questão é porque nem sempre o agricultor está preparado para adquirir um financiamento... Às vezes a informação não chega... falta de vontade do agente financeiro..."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Assistência técnica e apoio governamental	O entrevistado relata que a falta de assistência técnica é um problema crítico, especialmente para os assentamentos, e que há uma promessa de retomada do programa de assistência técnica.	"Nós temos um problema... não temos assistência técnica... Há uma promessa por parte do governo Lula de retomar esse programa de assistência técnica, mas infelizmente não tem."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Inadimplência e problemas com crédito	O entrevistado explica que muitos agricultores estão inadimplentes devido a problemas como a seca e a falta de condições para pagar os financiamentos, o que impede o acesso a novos créditos.	"Nós temos alguns agricultores, uma boa parte dos agricultores estão inadimplentes... Eles não conseguem negociar suas dívidas... estão lá com desvio de finalidade..."
Desafios climáticos e ambientais	Impacto da seca na agricultura	O entrevistado relata que a seca prolongada afetou drasticamente a produção agrícola, secando reservatórios e dificultando a recuperação do potencial hidráulico.	"Nós pegamos nove anos de seca, o nosso reservatório praticamente todo secou..."
Relação com agentes financeiros	Parceria com o Banco do Nordeste	O entrevistado destaca que o Banco do Nordeste tem sido um parceiro importante no acesso ao Pronaf, enquanto o Banco do Brasil só recentemente começou a abrir portas para as cooperativas.	"O Banco do Nordeste tem sido um grande parceiro... O Banco do Brasil nem tanto, mas está começando a partir desse plano Safra 23/24 a abrir as portas principalmente para as cooperativas..."

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir da entrevista.

A fala do entrevistado COPASB_01 corrobora as ideias de Aquino, Gazolla e Schneider (2018) sobre a importância do Pronaf para o desenvolvimento rural. O entrevistado destaca que o acesso ao crédito é fundamental para a geração de renda e empregos, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam o desenvolvimento da agricultura familiar. Essa perspectiva alinha-se com a visão dos autores, que enfatizam o papel do crédito como um instrumento essencial para impulsionar a produção e a sustentabilidade no campo.

Além disso, o entrevistado reflete a preocupação teórica de Dias, Silva e Costa (2023) sobre os impactos climáticos na agricultura familiar, especialmente no Nordeste brasileiro. A seca prolongada, mencionada pelo entrevistado, é um desafio que exige políticas públicas voltadas para a resiliência climática e acesso a tecnologias de irrigação. Essa situação evidencia a urgência de ações que mitiguem os efeitos das mudanças climáticas e garantam a continuidade das atividades agrícolas em regiões vulneráveis.

A fala do entrevistado também corrobora as ideias de Leite (2022) e Ferreira (2022) sobre a importância das cooperativas para o fortalecimento da agricultura familiar. A criação de cooperativas, conforme mencionado pelo entrevistado, é uma estratégia eficaz para promover a organização dos produtores, facilitar o acesso a recursos e ampliar a capacidade de negociação no mercado. Essa abordagem está alinhada com a necessidade de fortalecer a estrutura coletiva dos agricultores, garantindo maior autonomia e sustentabilidade.

Outro ponto destacado pelo entrevistado é a preocupação com o envelhecimento dos agricultores e a dificuldade de atrair jovens para o campo, tema abordado por Monteiro *et al.* (2023) e Schneider (2009). A sugestão do entrevistado sobre o uso de máquinas menores e mais acessíveis reflete a necessidade de modernização da agricultura, reduzindo o esforço físico e tornando a atividade mais atrativa para as novas gerações. Proposta em sintonia com a visão dos autores, que defendem a adoção de tecnologias adaptadas às realidades locais como forma de revitalizar a agricultura familiar.

O entrevistado também aborda os desafios do acesso ao crédito, corroborando as observações de Guanzioli e Vichon (2019) sobre a burocracia e a falta de preparo dos agricultores para lidar com os processos financeiros. A crítica do entrevistado à falta de vontade dos agentes financeiros em facilitar o acesso ao crédito rural reflete a necessidade de melhorias na implementação das políticas públicas, com foco na desburocratização e na capacitação dos agricultores.

Por fim, COPASB_01 reforça a importância da assistência técnica para o sucesso dos projetos agrícolas, tema amplamente discutido por Guanzioli e Vichon (2019). A crítica sobre a falta de assistência técnica no campo exemplifica os desafios práticos enfrentados pelos

agricultores, destacando a necessidade de políticas que integrem crédito, tecnologia e suporte técnico para garantir a eficácia dos investimentos.

Quanto ao apoio técnico à agropecuária, o Governo do Estado do Ceará criou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), com aprovação da Lei nº 10.029/1976, tendo como missão contribuir para o desenvolvimento sustentável da agropecuária do estado do Ceará, e com os objetivos a seguir.

Art. 2.º - São objetivos da EMATERCE:

I - colaborar com os órgãos componentes da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e do Ministério da Agricultura na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural;

II - planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando a difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento de produção e produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida no meio rural do Estado do Ceará, de acordo com as políticas de ação dos Governos Estadual e Federal.

A EMATERCE oferece orientação técnica aos pequenos agricultores, ajudando-os a implementar novas tecnologias, reduzir custos e aumentar as receitas, a assistência técnica é vista como essencial para melhorar o nível organizacional dos produtores e a qualidade de vida no campo; promove cursos e treinamentos para capacitar os agricultores familiares, melhorando suas habilidades e conhecimentos, facilitando a adoção de práticas agrícolas modernas e sustentáveis; auxilia os agricultores na comercialização de seus produtos, facilitando o acesso a mercados e promovendo a inserção em novos mercados, o que reduz a dependência dos agricultores na comercialização; incentivando práticas agrícolas sustentáveis, como a agroecologia e a agricultura orgânica, contribuindo para a conservação dos recursos naturais e a sustentabilidade das atividades agrícolas.

Para Reis (2014), a assistência técnica e a escolaridade formal do gestor da agricultura familiar estão entre as variáveis mais importantes para o incremento de renda do produtor rural, ao que passo que Cruz *et al.* (2020) destacam que os agricultores familiares acessam de modo diferente o crédito e assistência técnica, em face de suas características demográficas, econômicas e regionais.

Desta forma, em 23/08/2024, conversamos com o Coordenador Regional da Ematerce, que atua no município de Caucaia, aqui denominado Ematerce_01, em que foi destacada a atuação da instituição, sua importância para o produtor rural e os maiores desafios, sendo acertado nova conversa.

Posteriormente, em 28/08/2024, realizamos nova entrevista com o Coordenador, sendo abordados tópicos para discussão descritos no Apêndice B, em que ele destacou o Pronaf pelo reconhecimento da importância da agricultura familiar, fruto de “muitas lutas e debates”, sendo a assistência técnica universal e gratuita “crucial na implementação do Pronaf”, acompanhando os agricultores em todas as fases do processo produtivo.

Por fim, descreveu que, apesar do papel crucial da EMATERCE no apoio aos agricultores familiares, estes enfrentam desafios significativos, como a “exagerada exigência na burocracia” das instituições financeiras, além da “falta de ATER” que dificultam o acesso ao crédito, bem como a falta de acesso à terra, visto que muitos agricultores não são proprietários das terras e necessitam de autorização de terceiros para buscar o crédito.

As falas e o entusiasmo com a agricultura familiar, do engenheiro da Ematerce, com mais de 30 anos de experiência, demonstram a importância deste segmento agrícola e da assistência técnica para a melhoria da produtividade no campo, com consequente melhoria da geração de renda e condições de vida dos produtores.

A seguir, destacamos um quadro com análise vertical, conforme proposto por Dias e Mishima (2023), do entrevistado Ematerce_01, para posterior análise com a teoria observada.

Quadro 19: Análise vertical – Ematerce_01

Tema	Núcleo de Sentido	Unidade de Contexto	Unidade de Registro/Fragmento
Geração de Renda e Desenvolvimento Local	Crédito e assistência técnica como impulsores da renda.	O entrevistado destaca que o crédito, aliado à assistência técnica, melhora a organização e a renda dos agricultores, promovendo o desenvolvimento local.	“Crédito mais ater melhora o nível organizacional do produtor melhor a tecnologia adotada diminuindo custos aumentando a receita, proporciona melhor qualidade de acesso aos bens por parte dos agricultores, estímulo sua inserção em novos mercados reduz a dependência do agricultor na comercialização, melhora o seu espírito de associativismo...”
Geração de Renda e Desenvolvimento Local	Dificuldades burocráticas e falta de assistência técnica.	O entrevistado relata que a burocracia estatal e a falta de assistência técnica são obstáculos para a geração de renda e o desenvolvimento local.	“Continua com exagerada exigência na burocracia estatal principalmente de agências que tentam fazer sua própria legislação, enorme demora entre o início do processo de elaboração do cadastro autorização para elaborar o projeto recebimento de documentação e a tão sonhada liberação dos recursos, a falta de ATER que acompanhe o agricultor em todas essas fases é outro grande complicador...”
Teorias da Agricultura Familiar	Importância da agricultura familiar para a economia local.	O entrevistado enfatiza o papel da agricultura familiar na geração de emprego e renda, destacando sua relevância para o desenvolvimento local.	“O reconhecimento da importância do agricultor familiar e a necessidade de maior apoio, desse modo não foi conquista gratuita exigiu muita luta debates até finalmente a implantação do

			programa que hoje se apresenta irreversível para qualquer governo seja de qual for a ideologia e tem contribuído muito para a agricultura familiar...”
Teorias da Agricultura Familiar	Desafios da sucessão rural e envelhecimento dos agricultores.	O entrevistado aponta que o envelhecimento dos agricultores e a falta de interesse dos jovens em permanecer no campo são desafios para a continuidade da agricultura familiar.	“Lideranças livres e comprometida com a agricultura familiar tem sido um elo diferenciador na briga por melhor atuação da política pública cabendo apoio irrestrito da ATER....”
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Evolução limitada do Pronaf.	O entrevistado avalia que o Pronaf avançou, mas não na medida necessária para atender às demandas dos agricultores, destacando a pressão social como fator de mudança.	“Pra mim Pronaf não evoluiu na medida de melhor atendimento a quem realmente necessita mas tem avançado a medida da pressão exercida pela sociedade civil...”
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Necessidade de assistência técnica universal.	O entrevistado enfatiza a importância da assistência técnica gratuita e universal para o sucesso das políticas públicas de fomento à agricultura familiar.	“Obrigatória universal e gratuita é ponto básico de sucesso até na redução da inadimplência junto aos bancos, garantindo também seus bons lucros...”
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Falta de acesso à terra como entrave.	O entrevistado aponta que a falta de titularidade da terra é um grande obstáculo para o acesso ao Pronaf e outras políticas públicas.	“A falta de acesso à terra é o maior entrave para acesso ao Pronaf dificuldade de conseguir um Arrendamento uma carta de anuência outro documento são cruciais...”
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Programas complementares ao Pronaf.	O entrevistado menciona programas como o de aquisição de alimentos e o projeto São José como complementares ao Pronaf, destacando sua importância para a agricultura familiar.	“Programa complementares a nível nacional programa de aquisição da merenda escolar obrigatório adquirir 30% dos recursos da agricultura familiar a nível de estado ceara : projeto São Jose, Fedaf, PAA (programa de aquisição de alimentos)...”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da entrevista.

A fala do entrevistado Ematerce_01 corrobora as ideias de Guanziroli e Vichon (2019) sobre a importância do crédito e da assistência técnica para o desenvolvimento da agricultura familiar. O entrevistado destaca que a melhoria na organização e na renda dos agricultores é um resultado direto do acesso a esses recursos, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural. Essa perspectiva está alinhada com a visão dos autores, que enfatizam o papel do crédito e do suporte técnico como pilares fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar.

Além disso, o entrevistado reflete a preocupação de Aquino, Gazolla e Schneider (2018) sobre os desafios da burocracia e da falta de assistência técnica. A crítica do entrevistado à demora na liberação de recursos e à ausência de acompanhamento técnico exemplifica os obstáculos enfrentados na prática, evidenciando a necessidade de maior eficiência e agilidade

na implementação das políticas públicas. Essa situação reforça a importância de uma gestão mais ágil e integrada, capaz de atender às demandas dos agricultores de forma efetiva.

A fala do entrevistado também corrobora as ideias de Ferreira (2022) e Leite (2022) sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local. O reconhecimento da agricultura familiar como uma estratégia para a geração de renda e emprego, conforme mencionado pelo entrevistado, é resultado direto da luta dos movimentos sociais e da implementação de políticas públicas voltadas para o campo. Essa abordagem está em sintonia com a visão dos autores, que destacam o papel da agricultura familiar como motor do desenvolvimento socioeconômico nas comunidades rurais.

Outro ponto destacado pelo entrevistado é a preocupação com o envelhecimento dos agricultores e a necessidade de modernização da agricultura para atrair os jovens, tema abordado por Monteiro *et al.* (2023) e Schneider (2009). A sugestão do entrevistado sobre o papel das lideranças na luta por melhores políticas públicas reflete a importância de ações coletivas para promover a continuidade da agricultura familiar. Essa proposta está alinhada com a necessidade de incentivar a participação dos jovens no campo, por meio de políticas que reduzam o esforço físico e tornem a atividade agrícola mais atrativa e tecnologicamente avançada.

O entrevistado também aborda os desafios do Pronaf, corroborando as observações de Aquino, Gazolla e Schneider (2018) sobre a falta de coordenação entre as políticas públicas. A crítica do entrevistado à necessidade de maior pressão social para avanços no Pronaf reforça a importância da participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas. Essa perspectiva evidencia a necessidade de maior engajamento dos atores sociais para garantir que as políticas atendam efetivamente às demandas dos agricultores familiares.

Por fim, Ematerce_01 reforça a importância da assistência técnica para o sucesso dos projetos agrícolas, tema amplamente discutido por Guanziroli e Vichon (2019). A crítica sobre a necessidade de assistência técnica universal exemplifica os desafios práticos enfrentados pelos agricultores, destacando a urgência de políticas que integrem crédito, tecnologia e suporte técnico para garantir a eficácia dos investimentos. Essa abordagem está alinhada com a visão dos autores, que defendem a assistência técnica como elemento essencial para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Quanto às instituições financeiras atuantes do município de Caucaia, observamos a maior parte das operações do Pronaf no BNB, visto que em 2023 foram 982 operações contratadas, no valor total de R\$5.246.689,60, todas concedidas no BNB. Contudo, apesar da visita à agência do município, com esclarecimento dos objetivos da pesquisa e do sigilo para

os entrevistados, a instituição não autorizou seus funcionários a falarem, nos restringindo a informações disponíveis no portal¹⁰ da instituição e relatórios obtidos na Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR) do BCB.

Após a análise individual dos 4 informantes, foi realizada avaliação conjunta na busca de convergências, divergências e aspectos inusitados, sintetizada no quadro a seguir, sendo posteriormente relacionada com a teoria observada para realização da análise horizontal.

Quadro 20: Relação entre os informantes - trajetória institucional

Tema	Núcleo de Sentido	Convergências	Divergências	Aspectos Inusitados
Geração de Renda e Desenvolvimento Local	Potencial agrícola subutilizado	Sindicato_01 destaca o potencial agrícola, mas aponta a falta de apoio financeiro como obstáculo.	-	-
Geração de Renda e Desenvolvimento Local	Crédito e assistência técnica como impulsores da renda	Ematerce_01 e Secretaria_02 destacam que o crédito e a assistência técnica melhoram a organização e a renda dos agricultores.	COPASB_01 foca mais no Pronaf como política essencial para investimentos.	Sindicato_01 não menciona diretamente o crédito como impulsor, mas critica a falta de apoio financeiro.
Geração de Renda e Desenvolvimento Local	Dificuldades burocráticas e falta de assistência técnica	Sindicato_01 e Ematerce_01 relatam que a burocracia e a falta de assistência técnica são obstáculos para a geração de renda.	Secretaria_02 não menciona diretamente a burocracia, mas fala da necessidade de capacitação.	COPASB_01 relata que a falta de assistência técnica é crítica, especialmente para os assentamentos.
Geração de Renda e Desenvolvimento Local	Dificuldades climáticas e perdas de safra	Secretaria_02 e COPASB_01 mencionam que as irregularidades climáticas causam perdas significativas nas safras.	Sindicato_01 e Ematerce_01 não abordam diretamente os impactos climáticos.	COPASB_01 relata que a seca prolongada afetou drasticamente a produção agrícola.
Geração de Renda e Desenvolvimento Local	Cooperativas como agentes de desenvolvimento	Sindicato_01 e COPASB_01 destacam o papel das cooperativas no fortalecimento da agricultura familiar.	Ematerce_01 e Secretaria_02 não mencionam as cooperativas como fator central.	COPASB_01 menciona que foi a primeira cooperativa do Nordeste a acessar o Pronaf Agroindústria.
Teorias da Agricultura Familiar	Importância do associativismo e cooperativismo	Sindicato_01 e COPASB_01 destacam o associativismo e o cooperativismo como estratégias para fortalecer a agricultura familiar.	Ematerce_01 e Secretaria_02 não abordam diretamente o tema.	-
Teorias da Agricultura Familiar	Desafios da assistência técnica	Sindicato_01, Ematerce_01 e COPASB_01 relatam que a falta de assistência técnica é um problema crítico.	Secretaria_02 foca mais na necessidade de capacitação e orientação técnica.	COPASB_01 relata que há uma promessa de retomada do programa de

¹⁰ <https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/micrrural>

				assistência técnica, mas ainda não foi implementada.
Teorias da Agricultura Familiar	Importância da agricultura familiar para a economia local	Ematerce_01 e Secretaria_02 enfatizam o papel da agricultura familiar na geração de emprego e renda.	Sindicato_01 e COPASB_01 não abordam diretamente o tema.	-
Teorias da Agricultura Familiar	Desafios da sucessão rural e envelhecimento dos agricultores	Ematerce_01, Secretaria_02 e COPASB_01 mencionam que o envelhecimento dos agricultores e a falta de interesse dos jovens são desafios para a continuidade da agricultura familiar.	Sindicato_01 não aborda diretamente o tema.	COPASB_01 sugere que a modernização da agricultura pode atrair os jovens de volta ao campo.
Teorias da Agricultura Familiar	Modernização da agricultura	COPASB_01 sugere que a modernização, com o uso de máquinas menores, pode atrair os jovens de volta ao campo.	Sindicato_01, Ematerce_01 e Secretaria_02 não abordam diretamente o tema.	-
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Evolução limitada do Pronaf	Sindicato_01, Ematerce_01 e Secretaria_02 avaliam que o Pronaf avançou, mas ainda enfrenta desafios, como burocracia e falta de acompanhamento técnico.	COPASB_01 não menciona diretamente a evolução do Pronaf, mas destaca sua importância.	-
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Falta de compromisso da gestão pública	Sindicato_01 critica a falta de compromisso da gestão pública em fornecer condições adequadas para implementação de políticas.	Ematerce_01, Secretaria_02 e COPASB_01 não abordam diretamente o tema.	-
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Necessidade de assistência técnica universal	Ematerce_01 enfatiza que a assistência técnica gratuita e universal é essencial para o sucesso das políticas públicas.	Sindicato_01, Secretaria_02 e COPASB_01 não abordam diretamente o tema.	-
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Falta de acesso à terra como entrave	Ematerce_01 aponta que a falta de titularidade da terra é um grande obstáculo para o acesso ao Pronaf.	Sindicato_01, Secretaria_02 e COPASB_01 não abordam diretamente o tema.	-
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Programas complementares ao Pronaf	Ematerce_01 e Secretaria_02 mencionam programas como o Garantia Safra e o PAA como complementares ao Pronaf.	Sindicato_01 e COPASB_01 não abordam diretamente o tema.	-
Políticas Públicas de Fomento à Agricultura Familiar	Inadimplência e problemas com crédito	COPASB_01 relata que muitos agricultores estão inadimplentes devido a problemas como a seca e a falta de condições para pagar os financiamentos.	Sindicato_01, Ematerce_01 e Secretaria_02 não abordam diretamente o tema.	-
Desafios climáticos e ambientais	Impacto da seca na agricultura	Secretaria_02 e COPASB_01 relatam que a seca prolongada afetou drasticamente a produção agrícola.	Sindicato_01 e Ematerce_01 não abordam diretamente os impactos climáticos.	COPASB_01 relata que a seca de 2014 causou a mortalidade dos peixes e afetou a pecuária.

Relação com agentes financeiros	Parceria com o Banco do Nordeste	COPASB_01 destaca que o Banco do Nordeste tem sido um grande parceiro no acesso ao Pronaf.	Sindicato_01, Ematerce_01 e Secretaria_02 não abordam diretamente o tema.	-
---------------------------------	----------------------------------	--	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das análises verticais.

Tendo como base as categorias de análise teórica, as observações e entrevistas realizadas, análises verticais e horizontais, destacamos a seguir o detalhamento para atender ao objetivo específico de refletir sobre trajetória institucional do Pronaf na região, discutindo sobre a articulação dos movimentos sociais, a evolução dos delimitadores legais (burocracia), o modelo produtivo e as desigualdades regionais.

A criação e consolidação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) estão intrinsecamente ligadas à mobilização e à pressão exercida pelos movimentos sociais, que historicamente reivindicaram políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Esse processo é evidenciado pela atuação de organizações como a COPASB, pioneira no acesso ao Pronaf Agroindústria no município, demonstrando o papel crucial das organizações sociais na promoção do crédito e na modernização da agricultura familiar.

Essa articulação entre movimentos sociais e políticas públicas é corroborada pelos estudos de Picolotto (2014; 2022), que destacam a transformação da percepção sobre a agricultura familiar no Brasil ao longo das últimas décadas. Se antes era considerada um setor em vias de desaparecimento, a partir da década de 1990 passou a ser reconhecida como um modelo viável e essencial para o desenvolvimento rural. Esse reconhecimento não foi resultado exclusivo de estudos acadêmicos ou de iniciativas estatais, mas de um conjunto de experiências, reflexões e pressões advindas das organizações sindicais e dos trabalhadores rurais.

Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) desempenharam um papel central na construção de políticas públicas voltadas para pequenos agricultores. Além de reivindicarem políticas diferenciadas, essas organizações sindicais contribuíram para a formulação de modelos teóricos e para a pressão sobre o Estado, impulsionando o reconhecimento da agricultura familiar como um pilar do desenvolvimento rural brasileiro.

A atuação dessas entidades permitiu a construção de uma identidade política para a agricultura familiar, rompendo com a visão de inferioridade social atribuída aos pequenos produtores e conferindo-lhes um papel ativo no desenvolvimento do país. Essa reconfiguração discursiva e política posicionou os agricultores familiares como protagonistas da produção de

alimentos para a população brasileira, fortalecendo a narrativa de que esse modelo é mais democrático, eficiente e sustentável em comparação ao modelo patronal de exploração agrícola, conforme Delgado (2005). Portanto, a implementação do Pronaf e a valorização da agricultura familiar resultam de uma interação dinâmica entre pesquisa acadêmica, reivindicações sindicais e políticas públicas, evidenciando a importância da mobilização social na formulação de políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil.

No entanto, apesar dos avanços, Sindicato_01 e Ematerce_01 apontam que a falta de assistência técnica e a burocracia no acesso ao crédito ainda são obstáculos significativos, esses desafios refletem a necessidade de uma maior integração entre os movimentos sociais e as instituições públicas, de modo a garantir que as políticas sejam efetivamente implementadas e atendam às reais necessidades dos agricultores familiares, o que corrobora com Grisa e Schneider (2014), quando destacam que, embora o Pronaf tenha sido uma conquista importante, sua operacionalização ainda enfrenta resistências e lacunas, especialmente em regiões com menor capacidade de articulação política.

A burocracia é um dos principais entraves para o acesso ao Pronaf, conforme destacado por Ematerce_01 e COPASB_01, a complexidade dos processos de cadastro, a falta de assistência técnica e a demora na liberação de recursos dificultam a efetividade do programa, alinhando-se ao descrito por Aquino, Gazolla e Schneider (2018), quando mencionam que embora a Lei nº 11.326/2006 tenha estabelecido critérios claros para a agricultura familiar, a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios burocráticos significativos.

Secretaria_02 menciona que o Pronaf avançou, mas ainda há lacunas, como a falta de acompanhamento técnico e a necessidade de capacitação dos agricultores, isso indica que, embora os delimitadores legais tenham evoluído, a operacionalização do programa ainda carece de eficiência, especialmente em regiões mais pobres, como o Nordeste, alinhando-se a Dowbor (2016) que ressalta que a burocracia não é apenas um problema operacional, mas também um reflexo da falta de priorização da agricultura familiar nas agendas políticas, o que resulta em uma implementação fragmentada e pouco eficaz.

O modelo produtivo da agricultura familiar no Nordeste é fortemente influenciado pelas condições climáticas adversas e pela falta de infraestrutura, COPASB_01 e Secretaria_02 destacam que a seca prolongada e as irregularidades climáticas têm impactado negativamente a produção agrícola, levando a perdas significativas de safra e ao endividamento dos agricultores, na linha de Lemos *et al.* (2017) ao mencionarem que o Semiárido brasileiro, especialmente no Nordeste, enfrenta desafios específicos, como a dependência das chuvas e a baixa inserção dos agricultores em serviços de assistência técnica.

As desigualdades regionais são evidentes, Ematerce_01 e Sindicato_01 apontam que a falta de acesso à terra e a concentração fundiária são obstáculos para o desenvolvimento da agricultura familiar, a teoria ressalta que, apesar do Pronaf ter sido uma política importante para reduzir essas desigualdades, ainda há uma disparidade significativa entre as regiões, com o Nordeste apresentando os piores indicadores de desempenho competitivo da agricultura familiar. Conforme descrito por Moura (2021), com dados do Censo Agropecuário de 2017, 79,17% dos estabelecimentos agropecuários no Nordeste são classificados como unidades agrícolas familiares, mas a maioria ainda utiliza práticas tradicionais e sofre com a irregularidade das chuvas.

Destacamos ainda, aspectos complementares observados na trajetória institucional do Pronaf no município, que não foram delimitados especificamente no objetivo da pesquisa.

Entre os aspectos que merecem atenção temos o acesso ao crédito e os desafios relacionados à inadimplência. Conforme destacado por COPASB_01, muitos agricultores familiares enfrentam dificuldades para acessar o Pronaf devido à falta de preparo para lidar com a burocracia e às exigências dos agentes financeiros, alinhado ao descrito por Lemos *et al.* (2017) sobre a inadimplência recorrente dos agricultores familiares, especialmente em períodos de seca prolongada, quando os agricultores não conseguem honrar seus compromissos financeiros, essa situação é agravada pela deficiência de políticas de renegociação de dívidas que considerem as especificidades climáticas e econômicas da região.

A teoria reforça essa análise, como descrito por Aquino, Gazolla e Schneider (2018), ao destacar que, embora o Pronaf tenha ampliado o acesso ao crédito para agricultores familiares, especialmente após a criação do Pronaf Grupo B, em 2000, a inadimplência ainda é um entrave significativo, a deficiência de mecanismos de proteção contra riscos climáticos e a ausência de assistência técnica adequada contribuem para o endividamento dos agricultores, limitando a eficácia do programa.

Outro aspecto relevante é o papel das cooperativas e do associativismo no fortalecimento da agricultura familiar, COPASB_01 menciona que a cooperativa foi fundamental para acessar o Pronaf Agroindústria, demonstrando como o associativismo pode facilitar o acesso a políticas públicas e promover a modernização da produção. No entanto, Sindicato_01 aponta que nem todos os agricultores estão engajados em cooperativas, o que limita o potencial de organização coletiva e a capacidade de negociação com agentes financeiros e instituições públicas.

A teoria observada em Grisa e Schneider (2014) ressalta que o associativismo e o cooperativismo são estratégias importantes para superar as limitações individuais dos

agricultores familiares, especialmente em regiões com menor acesso a recursos e infraestrutura, a criação de cooperativas e associações fortalece a capacidade de produção, comercialização e acesso a crédito, além de promover a inclusão social e a redução das desigualdades.

Além do Pronaf, outras políticas públicas complementares têm impacto significativo na agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Garantia Safra. ParaEmaterce_01eSecretaria_02esses programas são essenciais para garantir a comercialização da produção agrícola familiar e para mitigar os efeitos das perdas de safra causadas por eventos climáticos extremos.

Grisa e Schneider (2014) e Leite (2023) corroboram o observado ao mencionar que a integração de políticas públicas é fundamental para o sucesso da agricultura familiar, programas como o PAA e o PNAE não apenas garantem a comercialização da produção, mas também promovem a segurança alimentar e nutricional, beneficiando tanto os agricultores quanto a população em situação de vulnerabilidade.

Outro aspecto, é o envelhecimento dos agricultores familiares e a dificuldade de sucessão rural, COPASB_01eSecretaria_02 mencionam que muitos jovens não veem futuro na agricultura, preferindo migrar para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades, esse fenômeno representa um desafio para a continuidade da agricultura familiar, especialmente em regiões como o Nordeste, onde a produção agrícola é fortemente dependente do trabalho familiar.

Schneider (2009) e Leite (2023) destacam que a falta de atratividade do campo para os jovens está relacionada à precariedade das condições de vida e à falta de políticas que promovam a modernização e a valorização da agricultura familiar, a sucessão rural é um tema crítico para a sustentabilidade da agricultura familiar, e sua ausência pode comprometer o futuro do setor.

A partir da apropriação dos resultados do eixo trajetória institucional do Pronaf, abordaremos o eixo espectro temporal e territorial do programa na próxima seção de análise.

4.3 Espectro temporal e territorial de implantação no município de Caucaia

De acordo com Rodrigues (2008), para entender a configuração temporal e territorial de uma política é necessário confrontar seus objetivos gerais com as especificidades locais e sua historicidade.

Para tanto, destacamos o Decreto 1.946/1996 que descreve como finalidade do Pronaf a promoção do desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares, que foram melhor definidos somente em 2006, com a Lei nº 11.326, tendo como referência o tamanho da propriedade, a utilização de mão-de-obra familiar, a renda e a forma de direção, com vistas a melhoria da sua capacidade produtiva, geração de empregos e a melhoria da renda, destacando a importância da atuação de organismos coparticipantes.

No entanto, no Brasil, a privação de renda e ativos sociais é ainda mais problemática nas zonas rurais devido à grande concentração de terras nas mãos de poucos, essa concentração, associada aos altos níveis de degradação dos recursos naturais, especialmente no Nordeste, contribui para o empobrecimento das famílias rurais, resultando no êxodo rural e na formação de aglomerados urbanos descontrolados.

Almeida, Vinha e Santos (2023) destacam que a concentração fundiária promove a exploração e exclusão da classe trabalhadora, mantendo baixos indicadores de desenvolvimento social, mesmo em regiões com crescimento do agronegócio. Sendo que Dowbor (1998) argumenta que a concentração de renda no Brasil é um círculo vicioso, exacerbado pela segmentação dos mercados e pela evolução das estruturas de poder.

Outro aspecto destacado pelos autores, é a falta de titularidade da terra que dificulta o acesso ao crédito, afetando especialmente os pequenos agricultores, conforme Dias *et al.* (2021), em que a criação do Pronaf foi uma tentativa de mitigar esses problemas, oferecendo crédito acessível aos agricultores familiares (Guanziroli, 2019).

A caracterização do município de Caucaia foi descrita na seção 3.2 da presente pesquisa, em que sintetizamos ao descrevê-lo como um dos municípios mais populosos do Ceará, com uma economia diversificada que inclui agricultura, pecuária, comércio e serviços, em que a proximidade com a capital Fortaleza e com o Complexo Industrial e Portuário do Pecém contribui para o desenvolvimento econômico da região, mas também acentua as desigualdades sociais.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Caucaia enfrenta desafios significativos em termos de infraestrutura, educação e saúde. A taxa de analfabetismo é elevada, especialmente nas áreas rurais, e o acesso a serviços básicos, como saneamento e água potável, é limitado. Esses fatores impactam diretamente a capacidade dos agricultores familiares de desenvolverem suas atividades de forma sustentável e eficiente.

Destacamos a seguir algumas informações agropecuária do município de Caucaia, que possui 22.799 hectares de área para 2.699 estabelecimentos agropecuários, conforme Censo Agropecuário 2017, comparativo de dados agropecuários destacados a seguir

Quadro 21: Comparativo de dados agropecuários

Descrição	Caucaia	Ceará	Brasil
Número de estabelecimentos agropecuários	2.699	394.330	5.073.324
Condição legal produtor			
- Produtor individual	2.022	297.268	3.653.912
- Condomínio, consócio ou união de pessoas	667	96.378	1.394.237
- Outros	10	684	25.175
Condição do produtor em relação às terras			
- Proprietário	1.859	256.875	4.108.639
- Concessionário ou assentado	286	21.165	258.309
- Arrendatário	39	21.182	160.124
- Comodatário	423	42.634	249.726
- Ocupante	45	10.914	104.281
- Produtor sem área	17	23.613	77.037
Sexo			
Masculino	1.861	317.535	4.110.450
Feminino	829	76.269	946.075
Não se aplica	9	526	16.799
Escolaridade			
Nunca frequentou a escola	589	94.416	783.925
Classe de alfabetização	500	99.088	639.800
Antigo Primário (elementar)	379	33.560	1.205.896
Regular do Ensino Fundamental	628	94.566	970.673
Regular de Ensino Médio	262	37.606	643.454
Outros	341	35.094	829.574
Cor ou raça do produtor			
Branca	689	106.120	2.297.013
Preta	226	29.946	423.408
Amarela	20	634	31.108
Parda	1.653	255.180	2.248.549
Indígena	102	1.924	56.447
Assistência Técnica			
Recebe	227	42.256	1.012.276
Não recebe	2.463	351.548	4.044.249
Com pessoal ocupado			
Com laço de parentesco com produtor	2.673	372.465	5.015.728
Sem laço de parentesco com produtor	349	52.449	1.102.509

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Censo Agropecuário 2017.

Quanto ao poder público municipal, detalhado na seção 4.2, apesar da escassez de recursos, vem atuando com projetos de apoio à produção, bem como na orientação na gestão e regularização de pendências para obtenção de crédito, além de proporcionar capacitações para o produtor rural por meio de parcerias com outras organizações.

Os governos Estadual e Federal, por sua vez, têm implementado diversas políticas públicas para apoiar a agricultura familiar e o desenvolvimento rural, tais como o Plano Safra, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que são exemplos de iniciativas que visam fortalecer a agricultura familiar e garantir

a segurança alimentar. No entanto, a eficácia dessas políticas é frequentemente limitada pela falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo e pela insuficiência de recursos.

O lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025, no Ceará, ocorreu em 10/09/2024, disponibilizando R\$1,8 bilhão em crédito rural para assegurar a produção de alimentos de qualidade no Estado, conforme informações do Governo do Estado do Ceará, que destacou a expectativa de superar o desempenho do Plano em 2023/2024, que registrou 134.185 contratos, com investimento de R\$1,4 bilhão, além de contar com termos de cooperação entre EMATERCE e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e entre o Banco do Nordeste e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (DAS), para oferecer assistência técnica e acompanhamento das demandas dos produtores rurais, destacando o impacto das parcerias para aumentar a produtividade e a renda dos agricultores.

O Assentamento Santa Bárbara, antiga Fazenda Santa Bárbara, local onde visitamos os agricultores familiares, fora declarado de interesse social para fins de reforma agrária, em 13 de novembro 1995, com emissão de posse para as famílias em 16 de outubro de 1996, sendo registrado em 1997 o Estatuto da Associação Comunitária dos Assentados Unidos de Santa Bárbara (ACAUSB), que contou com assessoramento do MST, em discussões e promoção de capacitações para os assentados, tendo a capacidade para assentar 134 famílias, de acordo com Pinto (2006).

Quanto aos investimentos no Assentamento, Pinto (2006) destaca que após a desapropriação houve investimentos do Projeto São José, em 2002, e do Pronaf, em 2003. Contudo, reflete sobre omissão da assistência técnica governamental, “que deveria ajudar, não só nas atividades específicas, mas também no engajamento em proporcionar a participação da comunidade”.

O Assentamento Santa Bárbara fica localizado no distrito de Sítios Novos, cerca de 65km da COPASB, conforme trajeto proposto pela *Google Maps*, descrita na Figura 09. Contudo, na nossa primeira visita, em 05 de novembro de 2024, fomos por rotas alternativas, passando pelas localidades de Capuan, Genipabu e Catuana, chegando ao distrito de Sítios Novos, de onde percorremos mais 13 km para chegar ao Assentamento, ao todo cerca de 55 Km.

Figura 12: Trajeto da COPASB ao Assentamento Santa Bárbara



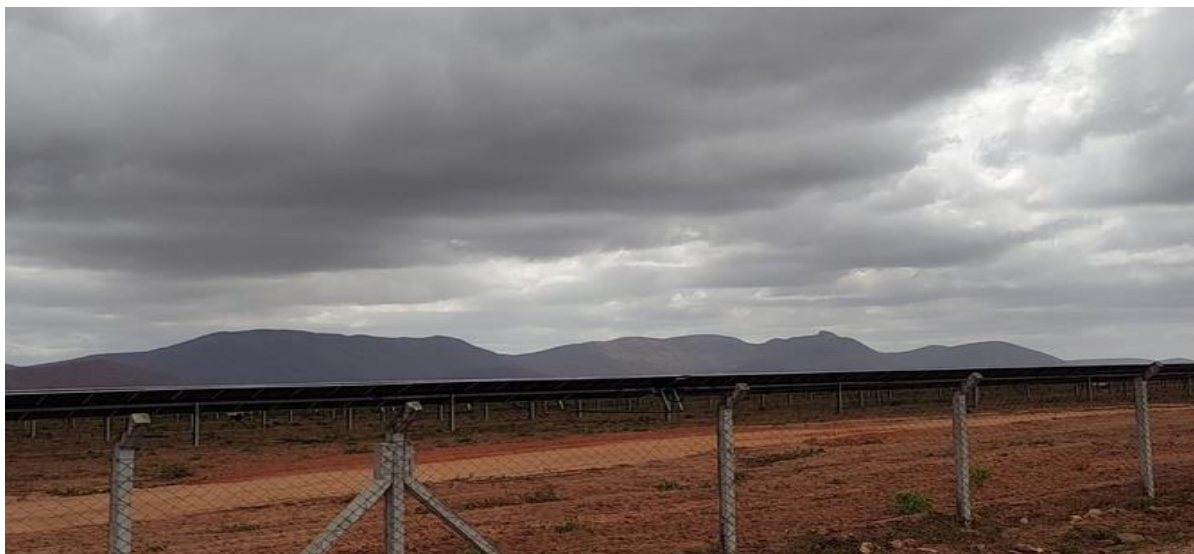
Fonte: Elaborado pelo autor no portal <https://www.google.com.br/maps/>.

No trajeto até o Assentamento, eu e um dos entrevistados, aqui denominado COPASB_01, conversamos sobre a evolução dos movimentos sociais, em especial do Movimento Sem Terra (MST), em suas várias frentes, movimento de massa (responsável pelas ocupações), movimento de formação (responsável pelos estudos, acompanhamento e comercialização da produção) e a coordenação, visto a participação do entrevistado em diversas ocupações pelo Brasil.

Ponto importante destacado nesta conversa, percepção de quem participou dos movimentos por décadas, é que houve grande evolução na forma de atuação do MST, menos radicalismos e maior negociação. De acordo com COPASB_01, que nos acompanhou até o assentamento, visto também ser agricultor assentado, a maior parte das últimas ocupações é um acordo com o proprietário, que está com dificuldades para manutenção da terra, sendo a ocupação uma forma do poder público pagar uma indenização para utilização da terra como assentamento da Reforma Agrária, organizado pelo INCRA.

No trecho da sede do distrito de Sítios Novos até o Assentamento passamos por uma grande área com milhares de placas solares, que de acordo com nosso guia, ocupa mais de 500 hectares, sendo um investimento Chinês, empreendimento que gerou muitos empregos na Região. No trajeto, observamos uma via pouco movimentada e recentemente pavimentada, que fora concluída a pouco mais de um ano, facilitando a vida das comunidades próximas.

Figura 13: Banco de placas solares localizado no distrito de Sítios Novos



Fonte: Registro próprio em 05 de novembro de 2024.

Chegando ao assentamento, passamos pelo principal reservatório de água do assentamento, denominado açude Luiz Girão, que fornece água para a população assentada, além de servir para produção de peixes.

De acordo com os moradores da comunidade, o açude era utilizado para produção de peixes, por meio de viveiros financiados pelo Projeto São José, em 2002. Contudo, após as secas ocorridas entre os anos de 2012 e 2022, os viveiros foram retirados e guardados, com grande perda de renda para a população local.

Para conhecimento do perfil dos entrevistados, foi aplicado um questionário socioeconômico junto aos agricultores familiares do Assentamento Santa Bárbara, resultado sintetizado no Quadro 22, que revelou um perfil com pouca diversidade entre os assentados, em que a maioria possui residência própria, acesso a saneamento básico (fossa séptica), água encanada e energia elétrica. No entanto, a escolaridade varia, com alguns tendo apenas o ensino fundamental, sendo a renda complementada por atividades não-agrícolas, além de trabalhos temporários fora do assentamento.

Quadro 22: Resultado do questionário socioeconômico e etnocultural

Questão	Assentado_01	Assentado_02	Assentado_03	Assentado_04	Assentado_05
Idade	36 - 40	30 - 35	60 - 65	36 - 40	70 - 75
Local de Nascimento	Caucaia	Caucaia	Amontada	Caucaia	São Gonçalo do Amarante
Cor da pele	Branca	Parda	Negra	Parda	Parda
Estado civil	Casado	União Estável	Casado	Casado	Casado
Escolaridade	Ensino Médio	Ensino Médio	Fundamental	Ensino Médio	Fundamental
Situação da residência	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria
Pessoas na residência	4	4	7	4	2
Filhos	2	2	5	2	9
Saneamento básico	sim	sim	sim	sim	sim
Água encanada	sim	sim	sim	sim	sim
Energia elétrica	sim	sim	sim	sim	sim

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas realizadas.

Cabe destacar que todas as residências são dentro de lotes do Assentamento Santa Bárbara e que os entrevistados possuem o Título de Domínio, emitido pelo INCRA. De acordo com líder da associação do assentamento, são em torno de 100 famílias assentadas, cada uma com aproximadamente 33 hectares para utilização.

O Assentamento Santa Bárbara foi criado no Ato 00077 de 30/10/1996, com área de 4.364,6252 hectares, para 109 famílias, conforme dados do INCRA. Observamos um ambiente organizado por meio da Associação Comunitária dos Assentados Unidos de Santa Bárbara (ACAUSB), criada em 1997, logo após a criação do assentamento, tendo apoio do MST nas discussões e capacitações.

Encontramos um ambiente produtivo, com várias pequenas plantações e criações de animais soltos pelo assentamento, povo pacto, simples e feliz com a melhoria de vida, em que a água encanada, a escola, a *internet* residencial e o mercado consumidor para seus produtos, proporcionada em grande parte pela atuação da cooperativa agrícola que participam, COPASB, demonstram um nível qualidade de vida satisfatório. Todavia, devemos destacar que nossa visita foi em época de fartura de recursos hídricos, com o principal açude do assentamento cheio, sendo a alegria e orgulho da comunidade e fonte de vida no campo.

Figura 14: Reservatória da associação comunitária do Assentamento Santa Bárbara



Fonte: Registro próprio em 05 de novembro de 2024.

As residências dos entrevistados possuem água encanada vinda de reservatório do assentamento, alimentado pelo açude Luiz Girão, possuindo sistema de esgoto por fossa séptica, todas as residências visitadas também possuíam *internet* residencial.

Figura 15: Açude Luiz Girão



Fonte: Registro próprio em 05 de novembro de 2024.

Destacamos ainda, a existência de uma escola de ensino infantil e fundamental dentro do assentamento, sendo administrada pelo poder público municipal, em que visitamos e conversamos rapidamente com o Coordenador Pedagógico, observando um ambiente organizado, onde as crianças estavam fazendo atividades no pátio.

Figura 16: Escola localizada dentro do Assentamento Santa Bárbara



Fonte: Registro próprio em 05 de novembro de 2024.

Para entrevistas com os assentados foi utilizado como referência o instrumento de coleta descritas no Apêndice B6, contendo as perguntas e temas das entrevistas, para sigilo dos entrevistados os nomes foram excluídos e substituídos por referências, em que destacamos a seguir a acomodação inicial.

Na primeira entrevista, Assentado_01 mencionou a falta de assistência técnica contínua como um grande desafio, “está faltando essa parte de assistência técnica e dentro da comunidade do assentamento”. Destacou a importância de parceiros como cooperativas para comercialização da produção “ela compra os produtos, né, que são colhidos aqui pelos agricultores”.

Apesar de reconhecer a importância do Pronaf para a bovinocultura, destacou ainda que, embora haja linhas de crédito disponíveis, a falta de apoio governamental e de assistência técnica adequada impede o pleno aproveitamento dessas oportunidades, demonstrando a busca por diversificar as atividades produtivas, “a gente vai montando essas estratégias entre piscicultura e agricultura e a gente vai sobrevivendo, sustentando a família”.

Na residência de Assentado_01 havia um terreno separado com cerca de arame farpado, casa simples e organizada, com dois quartos e pequeno alpendre à frente, que tinha

água encanada vinda do reservatório da comunidade e fossa séptica, além do quintal com algumas plantas e pequeno reservatório de água com alguns peixes.

A seguir, destacamos quadro com análise vertical da entrevista, conforme proposto por Dias e Mishima (2023), além de observações realizadas, para posterior correlação com a teoria.

Quadro 23: Análise vertical – Assentado_01

Tema	Núcleo de Sentido	Unidade de Contexto	Unidade de Registro/Fragmento
Geração de renda e desenvolvimento local	Acesso ao crédito e fortalecimento da agricultura	O entrevistado destaca a importância do crédito para a agricultura familiar, mas ressalta a necessidade de mais apoio governamental, como máquinas para aração da terra, para fortalecer o trabalho no campo.	"Nós temos sim, linhas de crédito disponibilizadas pelos bancos... a gente precisa fortalecer mais... com ajuda, como, por exemplo, com máquinas para poder aração de terra para poder dar um pontapé inicial para o agricultor."
Geração de renda e desenvolvimento local	Diversificação de atividades (agricultura e piscicultura)	O entrevistado menciona que a comunidade combina agricultura e piscicultura para sustentar as famílias, mas ainda há necessidade de mais apoio governamental.	"A gente usa a plantação, a gente utiliza da piscicultura também... a gente vai montando essas estratégias entre piscicultura e agricultura e a gente vai sobrevivendo, sustentando a família."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Afastamento do governo e retomada de apoio	O entrevistado relata que houve um afastamento do governo, especialmente do Inbra, mas há expectativa de retomada do apoio ao agricultor familiar.	"Houve um distanciamento entre nós... talvez por falta mesmo de recursos lá do órgão... mas a gente tá voltando... eu vejo que essa preocupação e essa vontade de acompanhar o agricultor tá voltando novamente."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Papel das cooperativas no fomento à agricultura	O entrevistado destaca o papel da cooperativa Copasb na compra dos produtos dos agricultores, o que impulsiona o cultivo da terra e a aplicação do crédito.	"A Copasb, que é a cooperativa, ela já assistência na compra dos produtos... é uma parceria, né? Que ela compra o produto e aí impulsiona as pessoas a cultivar a terra."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Falta de assistência técnica	O entrevistado relata que a assistência técnica, que antes existia, está faltando atualmente, o que representa uma grande dificuldade para os agricultores do assentamento.	"Nós tínhamos assistência técnica aqui, mas para trás... no momento a gente não tem assistência, né? Tá faltando uma grande dificuldade."
Geração de renda e desenvolvimento local	Pronaf como apoio à bovinocultura	O entrevistado menciona que acessou o crédito do Pronaf para a bovinocultura e que isso tem ajudado a manter sua criação de gado, embora não trabalhe com leite.	"Eu acessei o crédito Pronaf... no caso, é a bovinocultura do leite... eu tenho um gado, mas eu não trabalho com leite... eu sustento o meu gado... tô pagando o projeto e mantém o gado."
Teorias da Agricultura Familiar	Liderança comunitária e representatividade	O entrevistado, como líder comunitário, fala em nome da comunidade e busca apoio do Inbra e de outras instituições para fortalecer a agricultura familiar no assentamento.	"Eu falo muito com 'nós' por essa questão de ser líder comunitário... eu já fui no Inbra saber da intenção dele nessa assistência ao agricultor... aqui a terra é para nós cultivar, né?"

Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Complementação entre políticas públicas	O entrevistado menciona que o Pronaf contribui para a melhoria da vida do agricultor, mas também observa outros programas sociais que poderiam complementar o Pronaf.	"Pronaf... ele contribui sim... eu assisto os outros programas que estão ao redor dele... talvez fosse interessante se viesse uma cooperativa voltada para esse leite."
--	---	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da entrevista.

A fala do entrevistado Assentado_01 corrobora as ideias de Guanziroli e Vichon (2019) sobre a importância do crédito para o desenvolvimento da agricultura familiar. No entanto, o entrevistado também reflete uma crítica relevante a necessidade de mais apoio governamental, como o acesso a máquinas e assistência técnica, para garantir que os recursos financeiros sejam utilizados de forma eficiente e sustentável. Essa perspectiva está alinhada com a visão dos autores, que destacam que o crédito, por si só, não é suficiente sem o suporte técnico necessário para o sucesso dos projetos agrícolas.

Além disso, o entrevistado reflete as ideias de Ferreira (2022) e Schneider (2009) sobre a importância da diversificação de atividades para a geração de renda e a resiliência econômica das famílias rurais. A combinação de agricultura e piscicultura, conforme mencionado pelo entrevistado, é uma estratégia que promove a sustentabilidade econômica no campo, reduzindo a dependência de uma única fonte de renda e aumentando a capacidade de adaptação às adversidades climáticas e de mercado, abordagem em sintonia com a necessidade de políticas que incentivem a diversificação produtiva como forma de fortalecer a agricultura familiar.

A fala do entrevistado também se alinha com as observações de Aquino, Gazolla e Schneider (2018) sobre o afastamento do governo e a necessidade de retomada do apoio às políticas públicas para a agricultura familiar. A expectativa do entrevistado em relação à retomada do apoio governamental reflete a importância da pressão social e da participação dos movimentos sociais na construção e implementação de políticas públicas. Essa perspectiva reforça a ideia de que a mobilização coletiva é essencial para garantir que as demandas dos agricultores familiares sejam atendidas.

A atuação da cooperativa Copasb, conforme mencionada pelo entrevistado, é um exemplo concreto de como as cooperativas podem promover o desenvolvimento local. Essa experiência está em sintonia com as ideias de Leite (2022) e Ferreira (2022), que destacam o papel das cooperativas no fortalecimento da agricultura familiar, facilitando o acesso a recursos, mercados e tecnologias, além de promover a organização coletiva dos produtores.

Outro ponto destacado pelo entrevistado é a crítica à falta de assistência técnica,

um desafio que corrobora a preocupação de Guanziroli e Vichon (2019) sobre a importância do suporte técnico para o sucesso dos projetos agrícolas. A ausência de orientação técnica, conforme mencionado pelo entrevistado, é um obstáculo que precisa ser superado para evitar o desperdício de recursos e garantir a eficiência produtiva. Essa crítica reforça a necessidade de políticas que integrem crédito e assistência técnica de forma complementar.

Por fim, a fala de Assentado_01 corrobora as ideias de Grisa e Schneider (2014) sobre a necessidade de complementação entre políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar. A sugestão do entrevistado sobre a criação de uma cooperativa voltada para a produção de leite é um exemplo de como outras políticas podem complementar o Pronaf, ampliando as oportunidades de geração de renda e fortalecendo a economia local. Essa abordagem está alinhada com a visão dos autores, que defendem a integração de diferentes políticas públicas para promover um desenvolvimento rural mais equilibrado e sustentável.

Conversamos com outro agricultor familiar, denominado Assentado_02, morador de uma casa simples e agradável, com longa varanda e alguns cachorros, possuindo ainda uma moto, que ressaltou a dificuldade de acesso a recursos e apoio técnico, mencionando que, embora tenha utilizado o crédito do Agroamigo, a assistência técnica foi insuficiente, "recurso, né? Recurso. Conhecimento. Apoio técnico" e "a parte da assistência técnica, falhou, foi falha."

Destacou a importância da cooperativa local na comercialização dos produtos agrícolas, afirmou com muito orgulho que nascera no assentamento, "só vou sair daqui quando morrer", além de perceber a complementaridade entre os diferentes programas sociais, "todo programa que atende em uma área de assentamento, um ajuda o outro".

A seguir, destacamos um quadro com análise vertical, conforme proposto por Dias e Mishima (2023), do entrevistado Assentado_02, para posterior análise com a teoria observada.

Quadro 24: Análise vertical – Assentado_02

Tema	Núcleo de Sentido	Unidade de Contexto	Unidade de Registro/Fragmento
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Acesso ao crédito via Agroamigo	O entrevistado menciona que acessou o crédito do Pronaf através do Agroamigo, mas ressalta que sua DAP-B limita o acesso a outros projetos.	"Tenho um do Banco do Nordeste, né? Que é o Agroamigo... até hoje eu fiz só o Agroamigo mesmo, porque é um negócio de projeto... a minha DAP é DAP-B, né? E para mim mesmo não tem tanto projeto nessa área."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Falta de assistência técnica	O entrevistado relata que a assistência técnica foi falha, mas admite que nunca buscou ativamente por esse tipo de apoio.	"Na parte da assistência técnica, falhou, foi falha... eu nunca fui atrás, né? Nunca pedi, né? Mas assim, assistência técnica mesmo."

Geração de renda e desenvolvimento local	Dificuldades do agricultor: recursos e conhecimento	O entrevistado identifica a falta de recursos e de apoio técnico como as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores.	"Recurso, né? Recurso? Recurso. Conhecimento? Apoio técnico."
Teorias da Agricultura Familiar	Terra do assentamento e trabalho coletivo	O entrevistado explica que a terra pertence ao Incra, mas os agricultores podem trabalhar nela, destacando a importância do trabalho coletivo no assentamento.	"Aqui nenhuma terra é nossa, né? Ela é do assentamento, né? Ela é do Incra, né? Mas, a gente pode trabalhar, né? Aqui, graças a Deus, tem coragem."
Geração de renda e desenvolvimento local	Melhoria das condições de vida no assentamento	O entrevistado relata que as condições de vida no assentamento melhoraram ao longo dos anos, destacando a evolução da comunidade.	"Com certeza as nossas condições de vida... melhorou... só vou sair daqui quando morrer."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Complementação entre programas sociais	O entrevistado menciona que os programas sociais que atuam no assentamento se complementam, ajudando uns aos outros.	"Todo programa que atende em uma área de assentamento, um ajuda o outro."
Geração de renda e desenvolvimento local	Produção de melancia como principal atividade	O entrevistado trabalha principalmente com a produção de melancia, que é sua principal fonte de renda, mas também já realizou trabalhos temporários fora da agricultura.	"Eu trabalho muito com melancia... produção de melancia... passei um tempo trabalhando... fazendo bico, né? Mas aqui também ou saio para a cidade... é melhor estar aqui."
Teorias da Agricultura Familiar	Cooperação e papel da cooperativa	O entrevistado menciona a existência de uma cooperativa no assentamento, que ajuda na organização e no fortalecimento dos agricultores.	"Hoje a gente tem a cooperativa, né? Hoje nós temos a cooperativa."

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de entrevista.

A fala do entrevistado Assentado_02 corrobora as ideias de Guanziroli e Vichon (2019) sobre as limitações da Declaração de Aptidão ao Pronaf - Grupo B (DAP-B) no acesso ao crédito. O entrevistado menciona a falta de projetos disponíveis para agricultores enquadrados na DAP-B, o que reflete a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e adaptadas às diferentes categorias de agricultores familiares. Essa crítica está alinhada com a visão dos autores, que destacam a importância de políticas que atendam às especificidades dos pequenos produtores, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade.

Além disso, o entrevistado reflete a preocupação de Lemos *et al.* (2017) sobre a importância da assistência técnica para o sucesso dos projetos agrícolas. A crítica do entrevistado sobre a falta de assistência técnica, mesmo que ele não tenha buscado ativamente por esse apoio, exemplifica os desafios enfrentados na prática. Essa situação reforça a necessidade de políticas que garantam o acesso universal à assistência técnica, de modo a evitar o desperdício de recursos e aumentar a eficiência produtiva.

A fala do entrevistado também corrobora as ideias de Aquino, Gazolla e Schneider (2018) sobre a falta de recursos e conhecimento técnico como obstáculos para o desenvolvimento da agricultura familiar. A crítica do entrevistado sobre a necessidade de mais recursos e apoio técnico reflete a importância de políticas públicas mais eficazes, que integrem crédito, capacitação e suporte técnico para garantir o sucesso dos projetos agrícolas. Essa perspectiva está em sintonia com a visão dos autores, que destacam a necessidade de uma abordagem integrada para o desenvolvimento rural.

O entrevistado também reflete a preocupação de Delgado (2005) sobre a importância do trabalho coletivo nos assentamentos. A crítica do entrevistado sobre a terra pertencer ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas ser trabalhada pelos agricultores, evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam o trabalho coletivo e o desenvolvimento local. Essa abordagem está alinhada com a visão do autor, que defende a organização coletiva como uma estratégia essencial para o fortalecimento da agricultura familiar e a melhoria das condições de vida nos assentamentos.

A fala do entrevistado também corrobora as ideias de Ferreira (2022) sobre a importância das políticas públicas de fomento à agricultura familiar para o desenvolvimento local. A crítica do entrevistado sobre a evolução da comunidade reflete a melhoria das condições de vida nos assentamentos, resultado direto da implementação de políticas públicas voltadas para o campo. Essa perspectiva está em sintonia com a visão do autor, que destaca o papel das políticas públicas na promoção do desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais.

Por fim, Assentado_02 corrobora as ideias de Leite (2022) sobre a importância das cooperativas para o fortalecimento da agricultura familiar. A crítica do entrevistado sobre o papel da cooperativa reflete a necessidade de políticas públicas que promovam a organização dos agricultores em cooperativas, facilitando o acesso a recursos, mercados e tecnologias. Essa abordagem está alinhada com a visão do autor, que destaca o cooperativismo como uma estratégia essencial para a redução das desigualdades e a ampliação da capacidade produtiva no campo.

Outro entrevistado foi o Assentado_03, senhor alegre, morador de uma casa grande com longa varanda e várias outras casas próximas, de membros da família, contou várias histórias de seu passado sofrido e da melhoria de vida no assentamento, destacando a importância do Pronaf, "é uma das coisas melhores que tem".

Contudo, apontou problemas com a fiscalização e a burocracia do banco, "aí o que aconteceu? E o banco continuou naquela... No momento em que você mais precisava, é que o banco castigava", dificultando a continuidade dos projetos financiados pelo Pronaf.

Relatou que, após a implantação inicial do projeto, houve uma falta de acompanhamento, "porque o bom projeto é aquele quando é implantado e o banco acompanha, né?", o que levou a desvios de recursos para necessidades imediatas, como a compra de eletrodomésticos, em que a seca de 2011 agravou a situação, resultando na perda de grande parte do gado e na dificuldade de renegociar as dívidas com o banco.

A análise revela que o acesso ao crédito é um fator determinante para o desenvolvimento da agricultura familiar, mas há limitações no alcance desse recurso. O Agroamigo, como Pronaf é conhecido no BNB, se mostra como um mecanismo viável para obtenção de financiamento, contudo, a classificação do agricultor pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP-B) restringe o acesso a outras iniciativas. Além disso, a assistência técnica é percebida como deficiente, sendo apontada como uma falha no suporte ao agricultor, ainda que a busca ativa por esse serviço seja limitada. Outra questão relevante, é a complementaridade entre programas sociais, que atuam conjuntamente no assentamento, fortalecendo as redes de apoio e contribuindo para a melhoria das condições locais.

Os relatos do entrevistado indicam que as dificuldades enfrentadas pelos agricultores decorrem principalmente da escassez de recursos financeiros e da falta de apoio técnico. O conhecimento e a assistência especializada são percebidos como fundamentais para o êxito das atividades produtivas, mas pouco acessíveis. Ainda assim, há reconhecimento de melhorias nas condições de vida dentro do assentamento ao longo do tempo, demonstrando avanços estruturais e comunitários. A produção de melancia se destaca como principal fonte de renda para um dos entrevistados, que também menciona a necessidade de trabalhos temporários fora da agricultura para complementar sua renda. Esse dado reforça a dependência de múltiplas estratégias para garantir a subsistência no meio rural.

Os depoimentos ressaltam a relevância do trabalho coletivo e da cooperação no contexto dos assentamentos. A posse da terra está vinculada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas os agricultores têm autonomia para explorá-la, o que evidencia o modelo de produção baseado na coletividade. A presença de cooperativas no assentamento é um fator que fortalece a organização dos agricultores, fornecendo suporte e ampliando as oportunidades de desenvolvimento produtivo.

A análise permite compreender que, apesar dos avanços proporcionados pelas políticas públicas, há desafios persistentes no acesso ao crédito, na assistência técnica e na

garantia de renda sustentável para os agricultores familiares. A cooperação entre os agricultores e a complementaridade dos programas sociais são estratégias importantes para a superação desses desafios, reforçando a necessidade de políticas integradas que atendam às demandas específicas desse público. O fortalecimento da agricultura familiar depende de um olhar mais abrangente para essas questões, garantindo não apenas acesso a recursos financeiros, mas também suporte técnico e organizacional adequado para os agricultores.

A seguir, destacamos um quadro com análise vertical, conforme proposto por Dias e Mishima (2023), do entrevistado Assentado_03, para posterior análise com a teoria observada.

Quadro 25: Análise vertical – Assentado_03

Tema	Núcleo de Sentido	Unidade de Contexto	Unidade de Registro/Fragmento
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Falhas na implantação do Pronaf	O entrevistado critica a forma como o Pronaf foi implantado, destacando a falta de acompanhamento do banco e a dificuldade de os agricultores se sustentarem apenas com o crédito inicial.	"Acredito que ele foi criado para sustentar o homem do campo... só que ele foi só jogado. Ele não foi acompanhado... na época que ele foi implantado, foi numa época que ninguém tinha nada... e ele foi implantado todinho na agricultura, só que ele não tinha renda nenhuma."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Desvio de finalidade e fiscalização	O entrevistado relata que o banco fiscalizou o uso do crédito após cinco anos e acusou os agricultores de desvio de finalidade, o que resultou na perda do bônus e dificuldades para negociar a dívida.	"Apareceu o fiscal do Banco do Nordeste... notou que nós tínhamos desviado algum recurso... nós perdemos o crédito, nós perdemos o bônus do nosso projeto... a gente foi tentando negociar com o banco."
Desafios climáticos e ambientais	Impacto da seca na produção agrícola	O entrevistado descreve como a seca de 2011 devastou a produção, matando 90% do gado e secando o açude, agravando as dificuldades financeiras dos agricultores.	"A seca em 2011... começou a devorar tudo que nós tínhamos... o gado morreu 90%... acabou-se a água, acabou-se o pasto, acabou-se tudo. Secou esse açude."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Burocracia e dificuldades de negociação	O entrevistado relata as dificuldades enfrentadas para negociar a dívida com o banco, incluindo a necessidade de ações judiciais e a falta de apoio do sindicato para todos os agricultores.	"Eu fui no Banco do Nordeste... o representante disse que a gente voltasse depois do dia 8 de março... a gente entrou com a ação no banco... o advogado do sindicato rural apoiando, mas nem todos os agricultores são apoiados."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Complementação entre programas sociais	O entrevistado menciona que outros programas sociais, como o Garantia Safra e o Bolsa Família, ajudam a complementar a renda das famílias no assentamento.	"O Bolsa Família também, pra quem recebe é uma maravilha... é uma necessidade da comunidade... para complementar a renda do povo."

Geração de renda e desenvolvimento local	Melhoria das condições de vida	O entrevistado reconhece que, apesar das dificuldades, as condições de vida no assentamento melhoraram ao longo dos anos, especialmente com a ajuda de programas governamentais.	"Com certeza, com certeza. Isso é uma das coisas melhores que tem... esse programa do governo federal, que é benefício dos agricultores."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Falta de assistência técnica da EMATERCE	O entrevistado relata que a EMATERCE não oferece assistência técnica há anos, apesar de terem feito projetos no passado, e critica a falta de acompanhamento técnico para os agricultores.	"A EMATERCE tem o nome de EMATERCE, mas aqui na Santa Paula não vem... há uns 6 ou 7 anos, eles andaram aqui... mas atrapalha, né? Se tivesse um apoio, se eles acompanhassem... seria melhor para o agricultor."
Teorias da Agricultura Familiar	Importância do acompanhamento técnico	O entrevistado destaca a importância do acompanhamento técnico para o sucesso dos projetos agrícolas, mas lamenta a falta de apoio da EMATERCE e de outras instituições.	"Quando a gente faz o cálculo, um hectare de roça, aí eles já têm até quantos quilos que vai dar, né? Acompanhado por eles... mas infelizmente, quando a gente está aqui, não sei porque... não acontece nada."

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da entrevista.

A fala do entrevistado Assentado_03 corrobora as ideias de Grisa e Schneider (2014) sobre as falhas na implantação do Pronaf, especialmente no que diz respeito à falta de acompanhamento técnico e à dificuldade dos agricultores em se sustentarem apenas com o crédito inicial. A crítica do entrevistado sobre a ausência de suporte técnico reflete a necessidade de políticas públicas mais eficazes e adaptadas às reais necessidades dos agricultores familiares. Essa perspectiva está alinhada com a visão dos autores, que destacam a importância de uma abordagem integrada, que combine crédito, assistência técnica e capacitação para garantir o sucesso dos projetos agrícolas.

Além disso, o entrevistado reflete a preocupação de Lemos *et al.* (2017) sobre o desvio de finalidade dos recursos do Pronaf e a falta de fiscalização adequada. A crítica do entrevistado sobre a perda do bônus e as dificuldades de negociação com o banco exemplifica os desafios enfrentados na prática, evidenciando a necessidade de maior transparência e controle na implementação das políticas de crédito rural. Essa situação reforça a importância de mecanismos de monitoramento e avaliação que garantam o uso correto dos recursos públicos.

A fala do entrevistado também corrobora as ideias de Dias, Silva e Costa (2023) sobre os impactos climáticos na agricultura familiar, especialmente no Nordeste brasileiro. A seca prolongada, mencionada pelo entrevistado, é um desafio que exige políticas públicas voltadas para a resiliência climática e o acesso a tecnologias de irrigação. Essa crítica reflete a

urgência de ações que mitiguem os efeitos das mudanças climáticas e garantam a continuidade das atividades agrícolas em regiões vulneráveis.

O entrevistado reflete a preocupação de Aquino, Gazolla e Schneider (2018) sobre a burocracia e a falta de apoio institucional. A crítica do entrevistado sobre as dificuldades de negociação com o banco e a ausência de apoio do sindicato exemplifica os obstáculos enfrentados na prática, evidenciando a necessidade de maior agilidade e comprometimento por parte das instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas. Essa abordagem está alinhada com a visão dos autores, que destacam a importância de uma gestão mais eficiente e menos burocrática.

A fala do entrevistado também corrobora as ideias de Grisa e Schneider (2014) sobre a necessidade de complementação entre políticas públicas. A crítica do entrevistado sobre a importância do Bolsa Família e do Garantia Safra reflete a necessidade de políticas que promovam a segurança alimentar e a renda das famílias rurais, especialmente em momentos de crise ou instabilidade climática. Essa perspectiva está em sintonia com a visão dos autores, que defendem a integração de diferentes políticas públicas para garantir um desenvolvimento rural mais equilibrado e sustentável.

Por fim, o entrevistado reflete a preocupação de Guanziroli e Vichon (2019) sobre a importância da assistência técnica para o sucesso dos projetos agrícolas. A crítica do entrevistado sobre a falta de assistência técnica da EMATERCE, exemplifica os desafios enfrentados na prática, destacando a necessidade de políticas que garantam o acesso universal ao suporte técnico. Essa abordagem está alinhada com a visão dos autores, que enfatizam a assistência técnica como um elemento essencial para o aumento da produtividade e a redução dos riscos na agricultura familiar.

Outro entrevistado foi o Assentado_04, ex-caminhoneiro que juntara dinheiro para poder produzir no assentamento, estava em sua varanda, conversando com outros familiares, destacou a evolução do assentamento, mas criticou a administração e a falta de apoio do INCRA e da EMATERCE nos últimos anos, destacando a importância da cooperativa, "a cooperativa aqui é o principal parceiro da gente. Porque a gente sabe produzir, né? A dificuldade é na hora de comercializar".

Mencionou que, embora o Pronaf tenha sido crucial para o desenvolvimento inicial, a burocracia, inflexibilidade dos programas e a falta de assistência técnica contínua são obstáculos significativos, "a gente foi limitado. Por exemplo, eu recebo um Pronaf e a gente está enquadrado num sistema lá, né? Enquadrado lá na parte da lei", além de indicar a

importância do acompanhamento dos projetos, "o bom projeto é aquele quando é implantado e o banco acompanha, né?".

Relatou problemas com a fiscalização do banco, "aí o técnico veio fazer a vistoria. Fiscalizar, né? Ver se eu tinha implantado. Eu mostrei para ele o motor, as varas de canto, tudinho, o kit de irrigação completo. Estava tudo guardado aqui. Mesmo assim, ele me deu um lado negativo", que resultou na suspensão do crédito com justificativa de desvio de finalidade.

A seguir, destacamos um quadro com análise vertical, conforme proposto por Dias e Mishima (2023), do entrevistado Assentado_04, para posterior análise com a teoria observada.

Quadro 26: Análise vertical – Assentado_04

Tema	Núcleo de Sentido	Unidade de Contexto	Unidade de Registro/Fragmento
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Acesso ao Pronaf e investimentos	O entrevistado relata que acessou o Pronaf A e B, investindo em projetos como pecuária e irrigação, mas destaca que a falta de apoio e a burocracia dificultam o uso eficiente do crédito.	"O Pronaf eu acessei... acessei dois Pronafs... o Pronaf A foi em conjunto com a associação... em 2012, a gente acessou outro Pronaf, que era um Pronaf de tipo de apoio... comprou kit irrigação para suprir a necessidade do gado."
Geração de renda e desenvolvimento local	Dificuldades na produção e busca de recursos externos	O entrevistado menciona que, apesar de melhorias, a produção no assentamento ainda é limitada, o que o levou a buscar recursos fora, como trabalho como caminhoneiro.	"A minha fonte de renda eu estava trabalhando de caminhoneiro... aqui dentro nunca deu para viver daqui dentro mesmo... hoje melhorou muito, mas antigamente aqui tinha um formato diferente de trabalho coletivo."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Burocracia e dificuldades de acesso ao crédito	O entrevistado critica a burocracia do Pronaf, que dificulta o acesso ao crédito e aumenta os juros, transformando os agricultores em microempreendedores sem condições reais para isso.	"Hoje, depois que botou o Pronaf, a gente foi limitado... mais burocracia, fica os juros mais caro... a gente já está se tornando um microempreendedor do agronegócio."
Teorias da Agricultura Familiar	Crise no assentamento e falta de administração	O entrevistado relata que o assentamento está em estado crítico devido à má administração, o que impede o desenvolvimento e a evolução da comunidade.	"Infelizmente o nosso assentamento hoje se encontra num estado crítico... foi pensado uma forma de administração que não tem como o assentamento evoluir."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Falta de apoio do INCRA e EMATERCE	O entrevistado menciona que há mais de oito anos não recebe apoio do INCRA ou da EMATERCE, o que dificulta o desenvolvimento da agricultura no assentamento.	"Infelizmente, até já está com o quê, passando rápido uns oito anos que nem o INCRA dá apoio a gente, nada aqui... a EMATERCE está aqui jogando as nossas condições mesmo."
Geração de renda e desenvolvimento local	Bolsa Família como complemento de renda	O entrevistado reconhece que o Bolsa Família ajuda a complementar a renda das famílias, mas prefere que o assentamento possa se sustentar sem depender do programa social.	"O programa que hoje é o principal programa que a gente tem acesso aqui é a Bolsa Família... se a gente não recebesse isso, seria melhor ainda... é sinal que a gente está andando com as pernas da gente."

Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Problemas com fiscalização do banco	O entrevistado relata que, apesar de ter usado o kit de irrigação adquirido com o Pronaf, o banco emitiu um laudo negativo após a fiscalização, impedindo a negociação da dívida.	"O técnico veio fazer a vistoria... eu mostrei pra ele o motor, as varas de canto, tudinho... mesmo assim, ele me deu um lado negativo... a gente não pode nem negociar, a gente não pode fazer nada."
Geração de renda e desenvolvimento local	Investimento em irrigação e produção agrícola	O entrevistado está investindo em um projeto de irrigação para plantar melancia e jerimum, utilizando recursos próprios e parte do kit de irrigação adquirido com o Pronaf.	"Eu tô focado hoje num projeto de irrigação... já tô bem encaminhado já... mil pés de melancia plantada e seiscentos pés de jerimum."
Geração de renda e desenvolvimento local	Papel da cooperativa na comercialização	O entrevistado destaca a importância da cooperativa Copasb na comercialização dos produtos, ajudando os agricultores a venderem na hora certa e para os mercados certos.	"A cooperativa aqui é o principal parceiro da gente... a dificuldade é na hora de comercializar... ela vai fazer essa ponte, porque ela tá vendendo direto para as prefeituras."

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da entrevista.

A fala do entrevistado Assentado_04 corrobora as ideias de Guanziroli e Vichon (2019) sobre a importância do Pronaf para o desenvolvimento da agricultura familiar. No entanto, o entrevistado também reflete uma crítica relevante a burocracia e a falta de apoio técnico dificultam o uso eficiente do crédito. Essa crítica evidencia a necessidade de políticas públicas mais eficazes e adaptadas às reais necessidades dos agricultores, alinhando-se com a visão dos autores, que destacam a importância de uma abordagem integrada, que combine crédito, assistência técnica e capacitação.

Além disso, o entrevistado menciona a busca por recursos externos, como trabalho de caminhoneiro, como uma estratégia para promover a sustentabilidade econômica no campo. Essa abordagem está em sintonia com as ideias de Ferreira (2022) e Schneider (2009), que destacam a importância da diversificação de atividades para garantir a resiliência econômica das famílias rurais. A diversificação é uma resposta às limitações da produção agrícola no assentamento, reforçando a necessidade de políticas que incentivem a pluriatividade como forma de ampliar as fontes de renda no meio rural.

A crítica do entrevistado sobre a burocracia do Pronaf e o aumento dos juros reflete a preocupação teórica de Aquino, Gazolla e Schneider (2018) sobre os obstáculos burocráticos e a falta de apoio institucional. A transformação dos agricultores em microempreendedores sem as condições reais para isso exemplifica os desafios enfrentados na prática, evidenciando a necessidade de políticas que considerem as especificidades e as limitações dos pequenos produtores. Essa situação reforça a importância de uma gestão mais ágil e menos burocrática, capaz de atender às demandas dos agricultores de forma efetiva.

O relato do entrevistado sobre a má administração do assentamento corrobora as ideias de Delgado (2005) sobre a importância da gestão eficiente para o desenvolvimento dos assentamentos. O relato de falta de apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) reflete a crítica de Grisa e Schneider (2014) sobre o afastamento do governo e a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e participativas. Essa abordagem está alinhada com a visão dos autores, que defendem a importância de uma gestão pública mais comprometida e próxima das necessidades dos agricultores familiares.

Por fim, a fala de Assentado_04 sobre o Bolsa Família como complemento de renda reforça as ideias de Grisa e Schneider (2014) sobre a necessidade de complementação entre políticas públicas. A preferência do entrevistado por uma autonomia financeira do assentamento, sem depender de programas sociais, reflete a busca por um desenvolvimento rural mais sustentável e independente. Essa perspectiva está em sintonia com a visão dos autores, que destacam a importância de políticas que promovam a autossuficiência e a capacidade produtiva dos agricultores, reduzindo a dependência de programas de transferência de renda.

Nosso último entrevistado foi o Assentado_05, senhor gentil de 74 anos, que reside nas terras do assentamento desde antes de sua formalização em 1996, estava à beira do açude, aguardando o caminhão do Governo do Estado que viria fazer o povoamento de peixes no açude, enfatizou a importância de programas sociais como o Bolsa Família, mas lamentou a falta de acompanhamento técnico adequado para os projetos financiados, "a gente achava que iriam acompanhar o desenvolvimento do projeto e tal, e jogaram tudo nas mãos de cada um, e aí a coisa não funcionou como era para funcionar".

Destacou que, embora o Pronaf tenha sido benéfico, "o programa contribuiu para a organização das comunidades e o desenvolvimento de projetos coletivos", demonstrou insatisfação com a falta de assistência técnica e a inadequação de alguns projetos às necessidades locais limitaram seu impacto, "é uma coisa que a gente tem que ver isso. Porque às vezes o crédito desse, ele vem direcionado para uma coisa que às vezes não é aquilo que a gente necessitava".

Por fim, indicou a dificuldade para comercialização dos produtos, "a dificuldade é na hora de comercializar. Comercializar. Vender certo na hora certa" e a dificuldade de mão de obra, "a juventude não quer trabalhar no campo", além da necessidade de complementaridade da renda, "hoje, eu tenho a aposentadoria especial, que é do agricultor, e do peixe, mas o peixe nativo. Ainda trabalho com peixe".

A seguir, destacamos um quadro com análise vertical, conforme proposto por Dias e Mishima (2023), do entrevistado Assentado_05, para posterior análise com a teoria observada.

Quadro 27: Análise vertical – Assentado_05

Tema	Núcleo de Sentido	Unidade de Contexto	Unidade de Registro/Fragmento
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Acesso ao Pronaf e projetos coletivos	O entrevistado relata que o primeiro projeto do Pronaf foi dividido entre uso coletivo e individual, mas a falta de acompanhamento técnico dificultou o sucesso do projeto.	"No início aqui, nós todos tivemos um projeto que veio em nosso nome... a gente usava a metade coletiva e a metade individual... a gente achava que iriam acompanhar o desenvolvimento do projeto, mas jogaram tudo nas mãos de cada um."
Geração de renda e desenvolvimento local	Dificuldades na administração de recursos	O entrevistado destaca que muitos assentados não tinham experiência em administrar recursos, o que dificultou o uso eficiente do crédito do Pronaf.	"A maioria das pessoas nunca tinha sido dono de nada, era empregado... a parte mais difícil foi essa, porque se tivesse colocado uns técnicos aqui para ajudar todo mundo no início, a gente tinha sido bem melhor."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Falta de acompanhamento técnico	O entrevistado critica a falta de acompanhamento técnico após a liberação do crédito, o que resultou em dificuldades para os agricultores administrarem os recursos.	"O problema, o governo tem, as intenções são boas... foi o acompanhamento, aí que o problema está aí... eles colocam o dinheiro na mão das pessoas que não estão acostumadas a administrar nada."
Teorias da Agricultura Familiar	Desafios na organização coletiva	O entrevistado relata que muitos assentados não se sentem responsáveis pelo coletivo, o que gera dificuldades na gestão do assentamento.	"A maioria dos assentados, eles não se consideram donos coletivamente... o gargalo maior é esse aí... ele se sente como dono, mas um dono sem responsabilidade."
Geração de renda e desenvolvimento local	Piscicultura e pecuária como fontes de renda	O entrevistado menciona que trabalha com piscicultura e pecuária, mas a seca impactou negativamente a produção, especialmente a piscicultura.	"Hoje, eu tenho a aposentadoria especial... e do peixe, mas o peixe nativo... os peixes pararam em 2014... parei porque aí não tinha mais, deu mortalidade no mesmo ano."
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Problemas com crédito e seca	O entrevistado relata que a seca de 2014 afetou gravemente a pecuária e a piscicultura, resultando em perdas significativas para os agricultores.	"Quem investiu naquela época na agropecuária, foi difícil demais porque a água acabou... aqui para nós foram 11 anos de seca, 11 anos."
Geração de renda e desenvolvimento local	Plano de manejo e sustentabilidade	O entrevistado explica que o plano de manejo é uma política que ajuda a comunidade a cortar lenha de forma legalizada, gerando renda e trabalho.	"Plano de manejo é a gente, com os órgãos do governo ambiental... corta lenha aqui, mas totalmente legalizado... é um dos projetos que vem dando certo."
Teorias da Agricultura Familiar	Juventude e sucessão rural	O entrevistado relata que a juventude não quer trabalhar no campo, o que gera preocupação com a continuidade da agricultura familiar no assentamento.	"A juventude não quer trabalhar no campo... os filhos e netos estão indo embora... os meus filhos trabalham quase tudo aqui na educação... mas na agricultura mesmo, os meus filhos, nenhum."

Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Outros programas sociais	O entrevistado menciona que outros programas, como o Bolsa Família e projetos emergenciais, ajudam a complementar a renda das famílias no assentamento.	"Bolsa Família também? Bolsa Família tem. Todo mundo recebe? Todo mundo tem... aquele dos 12 mil, que foi um projeto da Dilma... foi um projeto emergencial."
--	--------------------------	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da entrevista.

O entrevistado Assentado_05 relatou problemas com o acesso ao Pronaf e a falta de acompanhamento técnico, o que dificultou o sucesso dos projetos coletivos. Essa crítica está alinhada com as discussões de Grisa e Schneider (2014), que destacam a importância do acompanhamento técnico e da assistência rural para o sucesso das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Os autores argumentam que a falta de suporte técnico pode levar ao uso ineficiente dos recursos, comprometendo os resultados dos projetos. Essa perspectiva reforça a necessidade de políticas que integrem crédito e assistência técnica de forma complementar.

Além disso, o entrevistado menciona as dificuldades na administração de recursos, especialmente para aqueles que nunca tiveram experiência em gerir propriedades. Esse ponto pode ser relacionado com as discussões de Schneider (2003), que aborda a importância da capacitação dos agricultores familiares para a gestão eficiente dos recursos. A falta de experiência na administração de recursos financeiros e produtivos é um desafio que precisa ser superado por meio de políticas de capacitação e suporte técnico, garantindo que os agricultores possam utilizar os recursos de forma adequada e sustentável.

O entrevistado também relata que muitos assentados não se sentem responsáveis pelo coletivo, o que gera dificuldades na gestão do assentamento. Esse ponto pode ser relacionado com as discussões de Navarro (2001), que aborda os desafios da organização coletiva em assentamentos rurais, destacando que a falta de identificação com o coletivo pode levar à fragmentação e ao fracasso dos projetos comunitários. Essa situação evidencia a necessidade de políticas que promovam a conscientização e o engajamento dos agricultores em torno de objetivos comuns, fortalecendo a gestão coletiva e a sustentabilidade dos assentamentos.

As secas ocorridas entre 2011 e 2022 impactaram negativamente a produção de pecuária e piscicultura, resultando em perdas significativas. Esse tema pode ser associado às discussões de Wanderley (2003), que analisa a vulnerabilidade da agricultura familiar às mudanças climáticas e a necessidade de políticas de crédito que considerem esses riscos. A seca prolongada, mencionada pelo entrevistado, é um desafio que exige políticas públicas voltadas para a resiliência climática, como o acesso a tecnologias de irrigação e o desenvolvimento de práticas agrícolas adaptadas às condições adversas.

O entrevistado também expressa preocupação com a falta de interesse da juventude em trabalhar no campo, o que pode comprometer a continuidade da agricultura familiar. Esse tema é discutido por Carneiro (2005), que aborda o êxodo rural e a desvalorização do trabalho agrícola entre os jovens. A crítica do entrevistado reflete a necessidade de políticas que tornem a atividade agrícola mais atrativa para as novas gerações, por meio da modernização, da redução do esforço físico e da oferta de oportunidades de capacitação e renda no meio rural.

O entrevistado menciona que programas como o Bolsa Família e projetos emergenciais ajudam a complementar a renda das famílias no assentamento. Esse ponto pode ser relacionado com as discussões de Del Grossi e Graziano da Silva (2001), que analisam o papel dos programas sociais na redução da pobreza rural e na melhoria das condições de vida dos agricultores familiares. A complementação da renda por meio de programas sociais é uma estratégia importante para garantir a segurança alimentar e a estabilidade econômica das famílias rurais, especialmente em momentos de crise ou instabilidade climática.

Por fim, Assentado_05 menciona o plano de manejo como uma política que ajuda a comunidade a cortar lenha de forma legalizada, gerando renda e trabalho. Esse ponto pode ser relacionado com as discussões de Grisa e Schneider (2014), que destacam a importância de políticas públicas que promovam a sustentabilidade ambiental e a geração de renda no meio rural. O plano de manejo é um exemplo de como políticas bem estruturadas podem conciliar a conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento econômico das comunidades rurais.

Na ocasião da última entrevista, houve a chegada de caminhão do governo do estado do Ceará, contendo 30 mil pequenas tilápias para povoamento do açude localizado no assentamento.

Figura 17: Caminhão com tanque de peixes



Fonte: Registro próprio em 07 de novembro de 2024.

De acordo com técnico que acompanhava o povoamento, em 6 meses os peixes estariam com tamanho adequado para pesca, visando o consumo ou comercialização pela comunidade, destacou ainda que o povoamento de açudes foi realizado em todos os municípios do estado.

Figura 18: Povoamento de peixes no Açude Luiz Girão – Assentamento Santa Bárbara



Fonte: Registro próprio em 07 de novembro de 2024.

A alegria com o povoamento do açude entre os participantes e moradores que acompanhavam era imensa, fonte maior de vida para o assentamento, a riqueza do açude e o que aqueles pequenos peixes podem proporcionar em breve, alimenta a esperança de dias ainda melhores para a vida difícil do agricultor familiar.

Após a análise individual dos 5 informantes, foi realizada avaliação conjunta na busca de convergências, divergências e aspectos inusitados, sintetizada no quadro a seguir, sendo posteriormente relacionada com a teoria observada para realização da análise horizontal.

Quadro 28: Relação entre os informantes - espectro temporal e territorial

Tema	Núcleo de Sentido	Convergências	Divergências	Aspectos Inusitados
Geração de renda e desenvolvimento local	Dificuldades na produção agrícola	Assentado_01, Assentado_03, Assentado_04 e Assentado_05 relatam que a seca afetou gravemente a produção, especialmente a pecuária e a piscicultura.	Assentado_02 não menciona a seca como um problema central, mas foca em outras dificuldades.	Assentado_05 relata que a seca de 2014 causou a mortalidade dos peixes e afetou a pecuária, resultando em perdas significativas.
Geração de renda e desenvolvimento local	Complementação da renda com programas sociais	Assentado_01, Assentado_03, Assentado_04 e Assentado_05 mencionam que programas como o Bolsa Família e projetos	Assentado_02 não menciona outros programas sociais, mas foca no Pronaf.	Assentado_05 relata que o plano de manejo é uma política que gera renda e trabalho de forma sustentável,

		emergenciais ajudam a complementar a renda das famílias.		complementando a renda das famílias.
Geração de renda e desenvolvimento local	Papel da cooperativa na comercialização	Assentado_01, Assentado_04 e Assentado_05 destacam a cooperativa como um parceiro essencial na comercialização dos produtos.	Assentado_02 e Assentado_03 não mencionam a cooperativa como um fator central em suas experiências.	Assentado_04 relata que a cooperativa ajuda a vender os produtos diretamente para as prefeituras, facilitando a comercialização.
Teorias da Agricultura Familiar	Juventude e sucessão rural	Assentado_01, Assentado_04 e Assentado_05 mencionam que a juventude não quer trabalhar no campo, o que gera preocupação com a continuidade da agricultura familiar.	Assentado_02 e Assentado_03 não abordam diretamente o tema da sucessão rural.	Assentado_05 relata que seus filhos trabalham na educação e saúde, mas não na agricultura, destacando a migração dos jovens para outras áreas.
Teorias da Agricultura Familiar	Desafios na administração coletiva	Assentado_01, Assentado_04 e Assentado_05 destacam que muitos assentados não se sentem responsáveis pelo coletivo, o que gera dificuldades na gestão.	Assentado_02 e Assentado_03 não mencionam problemas específicos com a administração coletiva.	Assentado_05 relata que a falta de participação dos assentados na gestão é um gargalo para o desenvolvimento do assentamento.
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Falta de assistência técnica	Assentado_01, Assentado_03, Assentado_04 e Assentado_05 relatam que a EMATERCE não oferece assistência há anos.	Assentado_02 admite que nunca buscou ativamente a assistência técnica.	Assentado_04 relata que a falta de assistência técnica foi agravada pela seca, que destruiu a produção de peixes.
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Burocracia no acesso ao crédito	Assentado_03, Assentado_04 e Assentado_05 mencionam a burocracia como um obstáculo para acessar o crédito e negociar dívidas.	Assentado_01 e Assentado_02 não destacam a burocracia como um problema central, mas mencionam outras dificuldades.	Assentado_04 relata que o banco emitiu um laudo negativo após a fiscalização, impedindo a negociação da dívida, mesmo com o kit de irrigação em uso.
Políticas públicas de fomento à agricultura familiar	Inadimplência e problemas com crédito	Assentado_03, Assentado_04 e Assentado_05 relatam problemas com inadimplência e dificuldades para negociar dívidas com o banco.	Assentado_01 e Assentado_02 não mencionam problemas específicos com inadimplência.	Assentado_04 relata que o banco emitiu um laudo negativo após a fiscalização, impedindo a negociação da dívida, mesmo com o kit de irrigação em uso.
Novo Tema: Desafios climáticos e ambientais	Impacto da seca na produção agrícola	Assentado_01, Assentado_03, Assentado_04 e Assentado_05 relatam que a seca afetou gravemente a produção, especialmente a pecuária e a piscicultura.	Assentado_02 não menciona a seca como um problema central, mas foca em outras dificuldades.	Assentado_05 relata que a seca de 2014 causou a mortalidade dos peixes e afetou a pecuária, resultando em perdas significativas.
Novo Tema: Modernização da agricultura	Necessidade de modernização para atrair jovens	Assentado_01 e Assentado_05 mencionam a necessidade de	Assentado_02, Assentado_03 e Assentado_04 não	Assentado_01 sugere que a modernização, com o uso de

		modernização da agricultura para atrair os jovens e reduzir o esforço físico no trabalho rural.	abordam diretamente o tema da modernização.	máquinas menores, pode incentivar os jovens a permanecer no campo.
--	--	---	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas.

A análise do espectro temporal e territorial da evolução do Pronaf no município de Caucaia, Ceará, revela uma trajetória marcada por avanços significativos, mas também por desafios persistentes que refletem as complexidades estruturais da agricultura familiar no Brasil. Como destacam Abramovay e Piketty (2005), a consolidação de políticas como o Pronaf está intrinsecamente ligada à pressão histórica de movimentos sociais, que buscaram reconhecer a importância socioeconômica da agricultura familiar para a segurança alimentar e a redução das desigualdades regionais. No contexto local, observa-se que o programa atua como um mecanismo de inclusão produtiva, corroborando as afirmações de Grisa e Schneider (2014) sobre o papel das políticas públicas na promoção de mercados institucionais e na sustentabilidade rural.

Uma das principais convergências entre os entrevistados é a importância do Pronaf como ferramenta de desenvolvimento rural. Os assentados destacaram que o programa foi fundamental para a melhoria das condições de vida, especialmente no acesso ao crédito para investimentos em pecuária, irrigação e outras atividades produtivas. Essa percepção alinha-se aos estudos de Leite (2023), que ressaltam o impacto subjetivo e econômico do crédito rural na geração de renda e na fixação das famílias no campo. Contudo, a falta de assistência técnica contínua, apontada como um entrave, reflete as críticas de Dias *et al.* (2021) sobre a fragilidade na coordenação entre políticas setoriais. O afastamento de órgãos como o INCRA e a EMATERCE, agravado pela seca, risco climático recorrente na região, evidencia a necessidade de mecanismos integrados de proteção, conforme defendido por Bacha (2018) e Dias, Silva e Costa (2023) em análises sobre políticas de seguro rural e adaptação às mudanças climáticas.

Outra convergência reside na demanda por maior articulação entre as políticas públicas. Secretaria_02 reconhece que o Pronaf não atua isoladamente, posição corroborada por Ematerce_01, que enfatiza a importância da assistência técnica para o sucesso dos projetos. No entanto, a desconexão entre crédito, infraestrutura e extensão rural limita os resultados, conforme alertam Grisa e Schneider (2014). Essa lacuna expõe a necessidade de um modelo multissetorial, tal como proposto por Bezerra e Schlindwein (2017), que defendem a integração entre atividades agrícolas e não agrícolas para ampliar a renda no campo.

Uma divergência significativa emerge na percepção sobre a eficácia da assistência

técnica. Enquanto a EMATERCE_01 afirma realizar esforços para ofertar suporte, os agricultores relatam descontinuidade nos serviços. Essa contradição ilustra os desafios apontados por Leite (2023) quanto à descentralização e à capacitação de agentes locais, reforçando a necessidade de programas de gestão rural participativa. Além disso, a burocracia no acesso ao crédito, destacada pelos assentados, ressoa as críticas de Guanziroli (2019) sobre as barreiras institucionais que perpetuam a exclusão dos pequenos produtores, especialmente em regiões com baixa densidade técnica, como o Nordeste.

Um aspecto importante revelado nas entrevistas foi o papel central das cooperativas, como a Copasb, na comercialização dos produtos. Essa dinâmica ecoa os estudos de Almeida (2014) e Schneider (2009), que destacam o cooperativismo como estratégia para fortalecer o capital social e reduzir assimetrias de mercado. Contudo, a pouca menção a essa temática por parte dos gestores públicos sinaliza uma lacuna na valorização de arranjos coletivos, tema crucial para o desenvolvimento local, conforme argumentam Monteiro *et al.* (2023).

A reflexão sobre as entrevistas também evidencia a interdependência entre o Pronaf e programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Garantia Safra. Essa complementaridade, embora positiva, demanda maior sinergia para evitar a fragmentação de ações, conforme alertam Garcia, Helfand e Souza (2016). Ademais, a dificuldade de atrair jovens para a agricultura familiar, agravada pela migração para outros setores, reforça a urgência de modernização tecnológica, tal como defendido por Schneider (2009), que associa a pluriatividade e a inovação à sustentabilidade geracional.

Por fim, os riscos climáticos, como a seca, e os desafios na gestão coletiva do assentamento Santa Bárbara expõem a necessidade de políticas adaptativas. A subutilização de tecnologias de irrigação e a descontinuidade de projetos, como os viveiros de peixes, refletem as contradições apontadas por Lemos *et al.* (2017) entre investimentos públicos e as realidades locais.

Nesse sentido, a experiência de Caucaia ilustra tanto os avanços do Pronaf na redução de desigualdades históricas, como a concentração fundiária; quanto os limites estruturais que exigem, conforme Dowbor (2016), intervenções estatais mais robustas e integradas, capazes de articular crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Ademais, observamos que o Pronaf teve um impacto positivo na redução das desigualdades ao oferecer crédito para agricultores familiares, especialmente em regiões como o Nordeste, onde a concentração fundiária e a falta de titularidade da terra são problemas

históricos, como visto no Assentamento Santa Bárbara, o Pronaf contribuiu para a melhoria das condições de vida dos assentados, permitindo investimentos em pecuária, irrigação e outras atividades produtivas. No entanto, a falta de assistência técnica, a burocracia no acesso ao crédito, além do risco climático e da falta de continuidade limitaram o potencial do programa para transformar a realidade local de forma mais profunda.

A partir da apropriação dos resultados do eixo espectro temporal e territorial podemos refletir que a produção agrícola enfrenta dificuldades significativas, principalmente devido aos impactos da seca, conforme relatado por quatro dos cinco assentados.

A complementação da renda com programas sociais é uma estratégia comum entre os assentados, especialmente por meio do Bolsa Família e de projetos emergenciais. Entretanto, um dos entrevistados não mencionou esses programas, focando exclusivamente no Pronaf. Um aspecto inovador é a percepção de um dos assentados sobre o plano de manejo como uma política que não apenas gera renda, mas também fomenta a sustentabilidade.

A cooperativa aparece como um fator essencial na comercialização dos produtos para alguns assentados, enquanto outros não a mencionam como um elemento relevante em suas experiências. Um relato específico destaca a venda direta para prefeituras como uma estratégia facilitadora da comercialização, apontando para a importância das parcerias institucionais no escoamento da produção.

A sucessão rural é um desafio recorrente, com a maioria dos entrevistados mencionando que os jovens não querem permanecer no campo. Essa falta de interesse gera preocupações sobre a continuidade da agricultura familiar. Um relato destaca que os filhos do assentado trabalham nas áreas de educação e saúde, mas não na agricultura, ilustrando a migração dos jovens para outras ocupações.

A administração coletiva do assentamento é outro ponto crítico, enquanto alguns assentados apontam a falta de responsabilidade coletiva como um obstáculo para a gestão, outros não mencionam dificuldades nesse aspecto. Um dos entrevistados enfatiza que a baixa participação na gestão impacta negativamente o desenvolvimento do assentamento, evidenciando a necessidade de maior engajamento comunitário.

A falta de assistência técnica é um problema amplamente relatado, sendo a EMATERCE citada como ausente há anos. Um dos entrevistados, no entanto, admite que nunca buscou ativamente esse serviço. O agravamento desse cenário devido à seca é um fator adicional que compromete a produtividade agrícola.

A burocracia no acesso ao crédito e os problemas com inadimplência também se destacam como entraves significativos. Alguns assentados mencionam dificuldades para

negociar dívidas, enquanto outros não percebem a burocracia como um problema central. Um relato específico chama atenção para um laudo bancário negativo que impediu a renegociação de sua dívida, mesmo com a implementação de um kit de irrigação, evidenciando barreiras institucionais ao crédito rural.

A seca aparece novamente como um fator determinante na produção agrícola, afetando a pecuária e a piscicultura. No entanto, um dos assentados não menciona esse fator como um problema central, focando em outras dificuldades. O impacto severo da seca, que resultou na mortalidade dos peixes e perdas significativas na pecuária, demonstra a necessidade de políticas de adaptação e mitigação dos impactos climáticos na agricultura familiar.

A modernização é vista como um fator-chave para tornar o trabalho no campo mais atraente para os jovens. Dois assentados mencionam que o uso de tecnologias e máquinas menores pode reduzir o esforço físico e incentivar a permanência dos jovens na agricultura. Essa perspectiva sugere que a inovação tecnológica pode ser uma estratégia para enfrentar o desafio da sucessão rural e aumentar a eficiência produtiva.

Em síntese, as entrevistas com os entes institucionais (Sindicato_01, COPASB_01, Ematerce_01, Secretaria_01 e Secretaria_02) e dos agricultores familiares (Assentado_01 a Assentado_05) revela pontos convergentes e divergentes sobre a implementação do Pronaf no município de Caucaia, refletindo desafios estruturais e potenciais para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Tendo entre as percepções dos entes institucionais:

- Crédito como Alavanca: Todos destacaram o Pronaf como política essencial para a geração de renda e desenvolvimento local. Secretaria_02 e Ematerce_01 enfatizaram seu papel na modernização produtiva, embora reconhecessem a necessidade de maior sinergia com outras políticas, como o PAA e o PNAE.

- Burocracia e Assistência Técnica: A burocracia no acesso ao crédito e a falta de assistência técnica universal foram criticadas por Sindicato_01 e Ematerce_01. A Secretaria_02 ressaltou a dificuldade de alinhar a linguagem técnica das instituições financeiras com a realidade dos agricultores.

- Desafios Climáticos e Infraestrutura: A seca prolongada e a falta de infraestrutura foram apontadas como entraves, especialmente por Ematerce_01, que destacou a necessidade de investimentos em irrigação e adaptação climática.

- Cooperativismo: COPASB_01 e Sindicato_01 valorizaram o associativismo como estratégia para fortalecer a comercialização e o acesso a recursos, embora tenham mencionado a falta de engajamento de parte dos agricultores.

Para os agricultores familiares podemos sintetizar em:

- Impacto do Crédito: Os agricultores reconheceram a importância do Pronaf para investimentos iniciais (ex.: bovinocultura, irrigação), mas relataram frustrações com a burocracia e a fiscalização rígida (Assentado_03 e Assentado_04).

- Dificuldades Climáticas e Financeiras: Todos mencionaram os efeitos devastadores da seca (2011-2022) na pecuária e piscicultura, além da inadimplência gerada por perdas de safra (Assentado_03 e Assentado_05).

- Falta de Assistência Técnica: A ausência de acompanhamento pós-contratação do crédito foi unânime. Assentado_01 e Assentado_05 relataram que projetos foram "jogados nas mãos dos agricultores" sem suporte, levando a desvios de finalidade.

- Juventude e Sucessão Rural: A migração de jovens para áreas urbanas foi vista como ameaça à continuidade da agricultura familiar, especialmente por Assentado_04 e Assentado_05, que associaram o fenômeno à falta de atratividade do campo.

Apesar da maior parte de pontos de convergência, existem divergências entre informantes institucionais e agricultores, conforme segue:

- Enquanto os entes institucionais enfatizaram avanços (ex.: aumento de recursos do Plano Safra), os agricultores destacaram lacunas operacionais, como a inadequação de projetos às necessidades locais (Assentado_05: "o crédito vem direcionado para algo que não precisamos").

- Envolvimento Institucional: Os agricultores criticaram a ausência prolongada do INCRA e da EMATERCE (Assentado_04), enquanto as instituições atribuíram parte das falhas à escassez de recursos e à falta de engajamento dos próprios agricultores (Secretaria_02).

A partir da análise dos desafios enfrentados pelos assentados, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar e promovam o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. A implementação de programas que garantam acesso à água, assistência técnica, crédito facilitado e modernização da produção pode minimizar os impactos da seca e aumentar a produtividade local.

Uma das principais demandas observadas é a falta de infraestrutura hídrica para enfrentar os desafios climáticos. Políticas voltadas para a construção de sistemas de captação e armazenamento de água, como cisternas e barragens subterrâneas, poderiam reduzir a vulnerabilidade dos agricultores à seca. Além disso, programas de incentivo ao uso de tecnologias de irrigação acessíveis podem garantir maior segurança hídrica para a produção agrícola e pecuária.

A assistência técnica surge como um fator essencial para o fortalecimento da agricultura familiar, especialmente com a necessidade de mais suporte da EMATERCE. A ampliação dos serviços de extensão rural, aliada à capacitação de agricultores em técnicas agroecológicas e gestão da produção, pode melhorar a produtividade e a sustentabilidade das práticas agrícolas. Além disso, o uso de tecnologias digitais para oferecer suporte técnico remoto pode facilitar o acesso dos assentados a informações especializadas.

Outro aspecto crucial é a modernização da produção para tornar o campo mais atrativo para os jovens e garantir a sucessão rural. Linhas de crédito específicas para mecanização agrícola, associadas a programas de capacitação técnica, podem reduzir o esforço físico e aumentar a eficiência da produção. Incentivos para a adoção de tecnologias de agricultura digital e de precisão também podem contribuir para melhorar a gestão e a comercialização da produção.

O acesso ao crédito e a renegociação de dívidas são desafios recorrentes que exigem revisão dos critérios de concessão e flexibilização das garantias. Políticas que simplifiquem os processos burocráticos e criem mecanismos mais justos para a negociação de dívidas podem evitar que agricultores sejam prejudicados por laudos técnicos desfavoráveis, como relatado por alguns entrevistados.

A comercialização da produção também precisa ser fortalecida, com políticas que incentivem o papel das cooperativas na venda direta para prefeituras e mercados institucionais. A ampliação dos programas de aquisição de alimentos, como o PAA e o PNAE, pode garantir uma fonte estável de demanda para os produtos da agricultura familiar. Além disso, o incentivo à criação de feiras agroecológicas e plataformas digitais para comercialização direta pode melhorar a renda dos assentados e reduzir a dependência de intermediários.

As percepções dos entes institucionais e agricultores revelam que o Pronaf é reconhecido como política vital para a agricultura familiar em Caucaia, mas sua efetividade é limitada por desafios estruturais: burocracia, assistência técnica intermitente, vulnerabilidade climática e desarticulação entre políticas públicas. A persistência de desigualdades no acesso à terra e a concentração de recursos em grandes produtores reforçam a necessidade de reformas que priorizem a inclusão de comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas) e a integração de programas complementares (Garantia-Safra, PAA). Para superar esses obstáculos, é essencial fortalecer a governança participativa, garantindo que os agricultores familiares não sejam apenas beneficiários, mas coautores das políticas que moldam seu futuro

5 CONSIDERAÇÕES QUE EMERGEM DA PESQUISA AVALIATIVA

A presente seção detalhará as contribuições e plano de divulgação do estudo, além das limitações observadas, sugestões de estudos futuros e recomendações para agenda pública. Para tanto, destacaremos no quadro a seguir a síntese das respostas aos objetivos do trabalho.

Quadro 29: Síntese das respostas para os objetivos do estudo

Objetivo específicos	Síntese da resposta
Compreender se o conteúdo e o contexto do Pronaf estão alinhados aos sujeitos beneficiados ou influenciados na região, conhecendo os aspectos socioeconômicos dos sujeitos da pesquisa.	Conclui-se pela adequação do Pronaf como política de promoção de desenvolvimento dos agricultores familiares com vistas à geração de renda e ao desenvolvimento sustentável, demonstrando objetivos claros, evolução dos seus paradigmas orientadores e bases conceituais, estando alinhado para surtir efeitos positivos no município de Caucaia que possui grande extensão territorial, inserido no Bioma da Caatinga, com grande diversidade territorial, composta por serra, sertão e região litorânea, além da grande diversidade étnico-cultural, em que se destacam as comunidades quilombolas, indígenas e os vários assentamentos da reforma agrária, possuindo ainda, uma baixa taxa de escolarização em relação aos demais municípios do Ceará e utilização da assistência técnica rural abaixo do nível nacional e estadual.
Refletir sobre trajetória institucional do Pronaf na região, discutindo sobre a articulação dos movimentos sociais, a evolução dos delimitadores legais (burocracia), o modelo produtivo e as desigualdades regionais.	A trajetória institucional do Pronaf em Caucaia é marcada por uma série de avanços e desafios, em que a articulação dos movimentos sociais tem sido essencial para a promoção e defesa dos direitos dos agricultores familiares, enquanto a burocracia continua sendo um obstáculo significativo, ao passo que o modelo produtivo incentivado pelo Pronaf tem potencial para transformar a agricultura familiar, mas as desigualdades regionais precisam ser abordadas de maneira mais eficaz para garantir que todos os agricultores possam se beneficiar igualmente das políticas públicas, a continuidade e o fortalecimento das parcerias entre as instituições públicas, os movimentos sociais e os agricultores são fundamentais para o sucesso do Pronaf e para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.
Refletir sobre o espectro temporal e territorial do Pronaf, discutindo sobre o apoio dos órgãos governamentais aos múltiplos riscos envolvidos, a coordenação com outras políticas e sobre seu papel para redução das desigualdades.	A análise temporal e territorial realizada junto aos agricultores familiares revela que, embora o Pronaf tenha sido crucial para o desenvolvimento local, o que está alinhado aos objetivos do Programa e as especificidades do município, a falta de assistência técnica contínua, a burocracia bancária e a atenção a riscos climáticos são obstáculos significativos, enfatizando ainda mais a importância de outros programas sociais como o Bolsa Família e a necessidade de uma abordagem mais integrada com serviços de capacitação técnica e financeira, acesso aos mercados e suporte logístico é fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem se consolidado como uma política pública essencial para o desenvolvimento dos agricultores familiares no Brasil. No contexto do município de Caucaia, a adequação do Pronaf como instrumento de promoção de geração de renda e desenvolvimento sustentável é evidente. O programa apresenta objetivos claros e tem passado por uma evolução em seus paradigmas orientadores e bases conceituais, garantindo maior alinhamento com as necessidades da população local. Caucaia, com sua vasta extensão territorial inserida no Bioma da Caatinga,

caracteriza-se por uma diversidade geográfica e étnico-cultural significativa, englobando comunidades quilombolas, indígenas e assentamentos da reforma agrária. No entanto, desafios persistem, como a baixa taxa de escolarização e a insuficiência da assistência técnica rural, que ainda se encontra abaixo dos níveis nacional e estadual.

A trajetória institucional do Pronaf em Caucaia é marcada tanto por avanços quanto por desafios, a articulação dos movimentos sociais tem sido um fator crucial na promoção e defesa dos direitos dos agricultores familiares, fortalecendo a luta por acesso a crédito e políticas de incentivo à produção. No entanto, a burocracia continua a ser um entrave significativo, dificultando o acesso efetivo ao financiamento e à assistência técnica. O modelo produtivo incentivado pelo Pronaf possui um potencial transformador, mas as desigualdades regionais exigem uma abordagem mais eficaz para garantir que os benefícios sejam distribuídos de forma equitativa. Assim, a continuidade e o fortalecimento das parcerias entre instituições públicas, movimentos sociais e agricultores familiares tornam-se indispensáveis para a efetividade do programa e a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Sob a perspectiva temporal e territorial, a análise do Pronaf demonstra sua relevância para o desenvolvimento local, alinhando-se aos objetivos do programa e às especificidades do município. No entanto, a ausência de assistência técnica contínua, a complexidade dos processos bancários e a atenção aos riscos climáticos representam desafios estruturais que comprometem a efetividade da política. Além disso, a integração com outros programas sociais, como o Bolsa Família, revela-se fundamental para ampliar os impactos positivos do Pronaf. Dessa forma, a implementação de estratégias que combinem capacitação técnica e financeira, acesso aos mercados e suporte logístico é essencial para que a agricultura familiar em Caucaia alcance um desenvolvimento sustentável e equitativo.

5.1 Contribuições teóricas e empíricas e plano de divulgação em CT&I

A presente pesquisa teve como objetivo geral "avaliar sob a ótica da avaliação em profundidade, descrita por Rodrigues (2008), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no recorte local do município de Caucaia", analisando as dimensões conteúdo, contexto, trajetória, temporalidade e territorialidade da política, com o intuito de contribuir para o preenchimento da lacuna de estudos empíricos sobre o tema no município.

A análise teórica evidenciou três categorias centrais, nas quais a pesquisa de campo corroborou a teoria e destacou o papel estratégico do cooperativismo e do associativismo como pilares para o êxito das políticas públicas. Tais mecanismos coletivos ampliam a capacidade dos agricultores familiares de superar desafios estruturais, como acesso a crédito, infraestrutura e mercados, além de fortalecer sua voz na construção de políticas mais inclusivas.

Na categoria "geração de renda e desenvolvimento local", destaca-se que a concentração de renda, historicamente vinculada ao modelo econômico excludente, limita o acesso dos agricultores familiares a recursos produtivos. Nesse contexto, o cooperativismo emerge como ferramenta essencial para mitigar assimetrias, permitindo a aquisição coletiva de insumos, a comercialização conjunta de produtos e a negociação de crédito com menor burocracia. Além disso, o associativismo facilita a complementação de renda por meio de atividades não-agrícolas organizadas coletivamente, como turismo rural e artesanato, fortalecendo a economia local.

Quanto à "teoria da agricultura familiar", observou-se que a organização em cooperativas e associações ampliou a resiliência dos agricultores frente ao dismantelamento de serviços públicos, típico de ciclos neoliberais. Essas estruturas coletivas não apenas garantem assistência técnica mútua, mas também fortalecem a identidade política dos grupos, facilitando a articulação com movimentos sociais, como o MST, e a defesa de pautas como reforma agrária e direitos territoriais.

Para categoria "políticas públicas de fomento à agricultura familiar no Brasil", ressalta-se que a falta de coordenação entre políticas é um obstáculo persistente. Contudo, o associativismo e o cooperativismo surgem como soluções práticas para integrar ações municipais, estaduais e federais. Por exemplo, cooperativas têm sido fundamentais na implementação de programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PAE (Programa de Alimentação Escolar), ao viabilizar a logística de entrega, a padronização de produtos e o acesso a mercados institucionais. Contudo, a falta de coordenação entre as políticas públicas é um dos obstáculos para redução da pobreza, sendo que o processo de expansão não ocorreu sem tensões e conflitos, pelas percepções e interesses distintas entre os atores.

A partir da pesquisa teórica e empírica realizada, destacamos algumas contribuições para as teorias:

- Cooperativismo como estratégia: A integração de políticas públicas ganha efetividade quando mediada por organizações comunitárias, que atuam como elo entre agricultores, governos e mercados, reduzindo lacunas operacionais e ampliando o impacto de

programas como o Pronaf.

- Coordenação multinível: caracterizada pela integração entre políticas municipais, estaduais e federais, em que as análises sugerem que uma abordagem mais coordenada pode maximizar os benefícios das políticas públicas existentes, como o Pronaf, PAA e PAE.

- Modernização coletiva: A introdução de tecnologias e maquinários é mais viável quando realizada de forma cooperada, reduzindo custos individuais e atraindo jovens ao campo por meio de modelos de gestão compartilhada.

- Empoderamento negociador: Cooperativas e associações elevam o poder de barganha dos agricultores, permitindo acesso a preços justos, certificações de qualidade e nichos de mercado sustentáveis.

- Resiliência climática e ambiental: Práticas coletivas, como gestão comunitária de recursos hídricos e agroflorestas, são mais eficazes para adaptação às mudanças climáticas, além de promover a conservação ambiental.

As observações empíricas confirmam que o associativismo e o cooperativismo não apenas melhoram a qualidade de vida no campo, mas também dinamizam o valor agregado dos produtos, facilitam a diversificação produtiva e fortalecem a representação política dos agricultores.

Ademais, grandes dificuldades foram relatadas e observadas, tais como, a deficiência na assistência técnica e financeira, a dependência de fatores climáticos, a ausência da propriedade da terra e ampliação da burocracia das instituições financeiras que dificultam o acesso ao crédito e até mesmo a resistência de alguns agricultores para implantação de novas ferramentas e modelos produtivos.

Como plano de divulgação da pesquisa, ressaltamos que pretendemos sintetizar a pesquisa da presente dissertação em artigo acadêmico para submissão da Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL) do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP), divulgá-la na Escola de Auditoria da instituição financeira em que atuo como Auditor Interno e Instrutor, e junto a Secretaria de Desenvolvimento Rural do município de Caucaia.

A seguir, apresentaremos as limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros, com vistas ao aperfeiçoamento das políticas públicas relacionadas à agricultura familiar, contribuindo para construção do debate sobre o tema.

5.2 Limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros

Durante nossa investigação sobre o Pronaf, deparamo-nos com diversos desafios metodológicos para sua execução, que influenciaram nas análises realizadas e destacam áreas que exigem atenção em pesquisas futuras, conforme desafios e limitadores:

- Acesso a dados primários - A obtenção de informações detalhadas e precisas dos agricultores familiares foi dificultada pela dispersão geográfica dos agricultores;

- Dificuldade de contato - Houve dificuldades para contato com a principal instituição financeira atuante no município;

- Capacitação e conhecimento - A falta de conhecimento técnico e administrativo dos agricultores sobre os programas de crédito e suas próprias finanças dificulta a coleta de dados precisos e a melhor compreensão do Pronaf;

- Variabilidade regional - As diferenças regionais dentro do próprio município de Caucaia, como variações climáticas e de modelo organizacionais dificultam a análise comparativa e a generalização dos resultados;

- Recursos limitados - A pesquisa foi limitada pela pouca disponibilidade de visitas aos agricultores no campo, em virtude da longa distância e da ocupação profissional do pesquisador;

- Condições socioeconômicas - As condições socioeconômicas dos agricultores, como baixa escolaridade e renda, podem influenciar a capacidade de participação e a compreensão dos objetivos da pesquisa.

A partir das análises realizadas e dos pontos de atenção detalhados no decorrer da pesquisa, destacamos proposições para pesquisas futuras.

Quadro 30: Proposição de pesquisas futuras

Proposição	Objetivo	Metodologia
Impacto da Redistribuição de Terras na Agricultura Familiar	Avaliar os efeitos de políticas de redistribuição de terras na produtividade e na qualidade de vida dos agricultores familiares.	Estudos de caso em diferentes regiões, análise de dados quantitativos e qualitativos, entrevistas com beneficiários e especialistas.
Eficiência dos Serviços de Assistência Técnica	Investigar a eficácia dos serviços de assistência técnica oferecidos aos agricultores familiares e identificar áreas de melhoria.	Pesquisa de campo, entrevistas com agricultores e técnicos, análise comparativa de regiões com diferentes níveis de assistência técnica.
Simplificação dos Processos de Concessão de Crédito	Analisar os processos de concessão de crédito rural e propor medidas para reduzir a burocracia e facilitar o acesso dos agricultores familiares.	Revisão de políticas de crédito, entrevistas com agricultores e representantes de instituições financeiras, análise de dados sobre concessão de crédito.
Coordenação entre Políticas Públicas para Agricultura Familiar	Estudar a coordenação entre políticas públicas municipais, estaduais e federais e seu impacto na agricultura familiar.	Análise de políticas públicas, entrevistas com gestores e beneficiários, estudo de casos de sucesso em coordenação de políticas.
Incentivos para a Juventude Rural e Sucessão Familiar	Avaliar a eficácia de programas de incentivo à juventude rural e sua influência na sucessão familiar na agricultura.	Pesquisa de campo, entrevistas com jovens agricultores e suas famílias, análise de programas de incentivo existentes.
Impacto das Cooperativas e Associações na Agricultura Familiar	Avaliar o papel das cooperativas e associações no fortalecimento da agricultura familiar e no acesso a mercados.	Estudos de caso, entrevistas com membros de cooperativas e associações, análise de dados sobre desempenho econômico e social.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Estas propostas podem contribuir significativamente para ampliar a compreensão sobre as políticas relacionadas com o fomento da agricultura familiar, como o Pronaf, em busca da geração de renda e do desenvolvimento social no campo.

5.3 Recomendações da pesquisa avaliativa para a agenda pública

Com base nas análises realizadas e nos desafios identificados, destacamos algumas recomendações para o Pronaf, quanto ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação.

Quadro 31: Recomendações para o Pronaf

Planejamento	Execução	Monitoramento	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar um diagnóstico detalhado das necessidades e condições dos agricultores familiares em diferentes regiões, considerando aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais. - Identificar as especificidades regionais para desenvolver políticas mais direcionadas e eficazes. - Incluir os agricultores familiares e suas organizações no processo de planejamento, garantindo que suas necessidades e sugestões sejam consideradas. - Promover consultas públicas e audiências para coletar feedback e ajustar as políticas conforme necessário. - Desenvolver uma abordagem integrada que coordene as políticas municipais, estaduais e federais, evitando sobreposições e lacunas. - Assegurar que as políticas de crédito, assistência técnica, infraestrutura e comercialização estejam alinhadas e se complementem. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir a burocracia nos processos de concessão de crédito, tornando-os mais acessíveis e ágeis para os agricultores familiares. - Implementar plataformas digitais para facilitar o acesso às informações e aos serviços do Pronaf. - Ampliar e fortalecer os serviços de assistência técnica, garantindo que os agricultores recebam suporte contínuo e de qualidade. - Promover programas de capacitação e treinamento para os técnicos, focando em tecnologias sustentáveis e práticas inovadoras. - Desenvolver programas específicos para atrair e reter os jovens no campo, oferecendo incentivos financeiros, educacionais e tecnológicos. - Promover a modernização da agricultura, com a introdução de maquinários e técnicas avançadas, para tornar o trabalho no campo mais atrativo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar sistemas de monitoramento contínuo para acompanhar a execução das políticas e identificar problemas em tempo real. - Utilizar indicadores de desempenho claros e mensuráveis para avaliar o progresso e os resultados das ações. - Estabelecer canais de comunicação para que os agricultores familiares possam fornecer <i>feedback</i> sobre as políticas e programas. - Garantir a transparência na execução das políticas, com a divulgação regular de relatórios e resultados. - Promover a prestação de contas aos beneficiários e à sociedade, assegurando que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar avaliações periódicas para compreender os efeitos das políticas do Pronaf na geração de renda, na qualidade de vida e no desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares. - Utilizar metodologias robustas, como estudos de caso, análises quantitativas e qualitativas, para obter uma visão abrangente dos resultados. - Implementar um ciclo de <i>feedback</i> que permita a correção de rumos e a adaptação das ações às mudanças nas condições e necessidades dos agricultores. - Identificar e disseminar boas práticas e casos de sucesso, promovendo a troca de experiências entre os agricultores e as regiões. - Organizar eventos e publicações para compartilhar conhecimentos e incentivar a adoção de práticas bem-sucedidas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além de superar desafios teóricos e empíricos identificados no desenvolvimento da pesquisa, as propostas apresentadas buscam fortalecer a eficácia do Pronaf, com ênfase em uma abordagem multidimensional que integre geração de renda, equidade social e sustentabilidade no meio rural.

Como produtos técnicos, destaco:

- Elaboração de artigo acadêmico para submissão a periódicos especializados em políticas públicas, com o objetivo de enriquecer o debate acadêmico sobre inclusão produtiva e desenvolvimento rural;

- Divulgação interna na Escola de Auditoria da instituição financeira pública onde atuo como Auditor Interno, visando sensibilizar colegas e gestores sobre a importância de incorporar critérios sociais e contextuais nas avaliações de programas governamentais, transcendendo análises puramente quantitativas.

Como desafios pessoais na construção da pesquisa, destaco que o processo demandou uma significativa adaptação metodológica e intelectual, já que, após 20 anos atuando como bancário, dos quais 12 na função de Auditor Interno, precisei "mudar a chave" cognitiva. Minha rotina profissional sempre envolveu avaliações gerenciais, focadas em planejamento, coordenação e controle de processos bancários, com uma lógica orientada por resultados tangíveis e conformidade. Migrar para a pesquisa qualitativa, com enfoque social, exigiu não apenas dominar novos referenciais teóricos, mas também ressignificar minha perspectiva, abandonar a postura fiscalizatória e de melhoria de resultados financeiros para adotar um olhar crítico-interpretativo, capaz de capturar nuances contextuais, intenções e até sentimentos dos sujeitos pesquisados.

Como motivador e propósito destaco que trabalhar em um banco público sempre me conectou a um propósito social relevante, mas a pesquisa ampliou minha percepção sobre como políticas como o Pronaf podem ser aprimoradas. Percebi a necessidade de analisar programas públicos não apenas por métricas operacionais, mas também por seu impacto humano e territorial. Essa experiência me permitiu evoluir profissionalmente, integrando à minha atuação técnica uma visão mais sensível aos contextos locais, aos anseios dos agricultores familiares e às dinâmicas invisíveis por trás de documentos e indicadores.

Acredito que essa jornada não apenas qualificou minha capacidade de contribuir com a agenda pública, mas também reforçou a importância de políticas que unam eficiência técnica a uma escuta ativa dos atores envolvidos, um caminho essencial para transformações sustentáveis no campo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G. **Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, DF, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005.
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes; SAMPAIO, José Levi Furtado Sampaio; FELIX, Francisco Kennedy Leite *et al.* **O Pulsar da vida no campo: FETRAECE 50 anos – Fortaleza**: Expressões Gráfica Editora, 2013.
- ALMEIDA, R. Z. C. **Associativismo na agricultura familiar e capital social: uma alternativa para o desenvolvimento no meio rural brasileiro**. Coninter 3, 2(3), 385-402. 2014.
- ALMEIDA, L. DE A.; VINHA, J. F. DE S. C.; SANTOS, Contradições do Latifúndio e do Agronegócio: Paradoxos do Desenvolvimento Socioeconômico no Município de Delta (MG). **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v. 1, n. 37, p. 13-42, 12 jul. 2023.
- AQUINO, J. R. DE .; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 1, p. 123–142, jan. 2018.
- ARAÚJO, Jair Andrade de; MORAIS, Gabriel Alves de Sampaio. Desigualdade de renda e sua decomposição no nordeste brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, n. 1, p. 41-56. 2015.
- ARAÚJO, Jair Andrade de; ALENCAR, Matheus Oliveira de; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Crédito rural e agricultura familiar no Brasil: uma avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 25, p. 2009-2034. Edição especial 2. 2020.
- ATLAS BRASIL, **Ranking do IDHM**. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 17 out. 2024.
- BACELAR, Tânia. **As Políticas Públicas no Brasil**. In: ENSAIOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: Heranças e urgências. 1. ed. Parte 3. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil** – Campinas, SP: Alínea, 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Manual do Crédito Rural (MCR)**. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 08 out. 2024.

BANCO DO NORDESTE. **Relatório Agricultura Familiar Programa Agroamigo 2023**. Disponível em <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/relatorios-e-resultados>. Acesso em: 08 out. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Pólis, 2006.

BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. **Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil***. *Interações (Campo Grande)*, v. 18, n. 1,3–15, jan. 2017.

BITTENCOURT, G. A. *et al.* (Coord.). **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. [S.l.]: FAO, 1998.

BOULLOSA, Freitas; PERES, Pereira; BESSA, Macedo. **Por dentro do campo: uma narração reflexiva dos estudos críticos em políticas públicas**. *Revista Organização & Sociedade*, p 306-332, 2021.

BRASIL. **Decreto nº 79**, de 19 de dezembro de 1966. Institucionaliza o crédito rural. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 1.946**, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.272**, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei 11.346/2006 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.595**, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a política e as instituições Monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.829**, 05 de novembro 1965. Institucionaliza o crédito rural. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.868**, de 12 de dezembro de 1972. Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.171**, de 17 de janeiro 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.029**, de 06 de julho de 1976. Cria a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará – EMATERCE. Disponível em <https://www.al.ce.gov.br/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº10.420**, de 10 de abril de 2002. Cria o Fundo de Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.696**, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação das dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 09 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 09 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 09 out. 2024.

CHIABOTTO, Cristian Da Cruz; MONTAGNER, Rosangela. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra**. *Revista NERA*, v. 24, n. 57, p. 210-231, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Gráfica e Editora Positiva, 2004.

CORCIOLI, G.; MEDINA, G. D. S.. **Política agrícola para o agronegócio: uso de recursos públicos em benefício indireto de multinacionais estrangeiras**. *Estudos Avançados*, v. 37, n. 108, p. 89–106, 2023.

CRUZ, M. P. M.; SILVA, V. H. M. C. ; CAMPOS, R. T. ; OLIVEIRA, C. S. ; BEZERRA, A. R. Diferenciais de rendimentos entre atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural nordestino. *Revista de Desenvolvimento Econômico RDE*, Salvador, ano. 21, v. 2, p. 201-231, ago. 2019.

CRUZ, N. B., JESUS, J. G., BACHA, C. J. C. & COSTA, E M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 59(3), 2020.

DAGNINO, Evelina *et al.* **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**, São Paulo: Paz e Terra. 2002.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANODA SILVA, J. **O papel dos programas sociais na redução da pobreza rural.** In: DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **O papel dos programas sociais na redução da pobreza rural.** Brasília: IICA, 2001. p. 55-70.

DELGADO, Guilherme Costa. **A Questão Agrária no Brasil: Perspectiva Histórica e Configuração Atual.** São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2005.

DIAS, Ernandes Gonçalves; MISHIMA, Silvana Martins. **Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação.** Revista Sustinere, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 402–411, 2023. DOI: 10.12957/sustinere.2023.71828. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/71828>. Acesso em: 10 fev. 2025.

DIAS, Thyena Karen Magalhães; SILVA, Vitor Hugo Miro Couto; COSTA, Edward Martins. **Crédito rural e produção das lavouras temporárias nos distintos cenários do nordeste brasileiro.** Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 61, n. 1, 2023.

DIAS, Thyena Karen Magalhães; SILVA, Vitor Hugo Miro Couto; COSTA, Edward Martins; KHAN, Ahmad Saeed. **O impacto da posse da terra do agricultor familiar sobre o acesso ao crédito rural. Planejamento e Políticas Públicas,** Brasília, v. 58, p. 33-71, abr./jun. 2021.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social: propostas por uma gestão descentralizada.** Petrópolis: Vozes, 1998.

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho?,** São Paulo: SENAC. 2002.

DOWBOR, Ladislau. **O que é o poder local.** Imperatriz, MA: Ética. 2016.

DOWBOR, Ladislau. **Resgatar a função social da economia.** São Paulo: Elefante. 2022.

FERREIRA, Francisco Diego Guedes; SOUSA, Eliane Pinheiro de; SIQUEIRA, Rogério Moreira de; KHAN, Ahmad Saeed. **Indicadores de desenvolvimento rural e sua relação com as políticas públicas da agricultura familiar: uma análise para as mesorregiões brasileiras.** ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 16, n. 40, p. 179-205, jan./abr. 2022. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/68806>. Acesso em: 13 out. 2022.

GARCIA, F., HELFAND, S. e SOUZA, A. P. **Transferências monetárias condicionadas y políticas de desarrollo rural en Brasil: posibles sinergias entre Bolsa Família y el Pronaf.** In: MALDONADO, J. H. *et al.* (Orgs.). *Protección, producción, promoción: explorando sinergias entre protección social y fomento productivo rural em América Latina.* Bogotá: Universidad de los Andes/Facultad de Economía/CEDE/FIDA, 2016. p. 69-115.

GOMES, Carla Morsch Porto. **A Governança da Terra em Questão: Uma Análise da Política de Crédito Fundiário no Brasil /Carla Morsch Porto Gomes; orientador, Ademir Antonio Cazella - Florianópolis, SC, 2013. 259 p.**

GOVERNO DO ESTADO DE CEÁRA. **Plano Safra 2024/2025 prevê R\$1,8 bilhão para fortalecer a agricultura familiar no Ceará.** Disponível em <https://www.ceara.gov.br>. Acesso em: 09 out. 2024.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRISA, Catia & SCHNEIDER, Sergio. **Três Gerações de Públicas para Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl.1, p. 125-146, 2014.

GROSSI, M. E. D.; SILVA, J. G. S. **Novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: IAPAR. V. 1. 2002.

GUANZIROLI, C. E.; VINCHON, K.. **Agricultura familiar nas regiões serrana, norte e noroeste fluminense: determinantes do processo de geração de renda**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, n. 3, p. 353–367, 2019.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. **Discutindo paradigmas contra-hegemônicos de avaliação de políticas públicas**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS, 1, 2015, Brasília. Anais. Brasília: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTRATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 08 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTRATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 out. 2024.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014**. Cadernos de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202199010366>. Acesso em: 22 abr. 2025.

LEJANO, Raul P.; HAIDER, Joana; INGRAM, Mrill. **The power of narrative in environmental networks**. Cambridge: MIT Press, 2013.

LEJANO, Raul P. **Relationality: the inner life of public policy**. Cambridge: MIT Press, 2020.

MACIEL, Iracy Soares Ribeiro. **Avaliação da metodologia do Agroamigo em Caucaia-CE**. 2008. 254f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação, Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza (CE), 2008.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. (Volume 1).

LARA, R.; DIOGO, P. R.. **A herança escravista de longa duração na formação do mercado de trabalho no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, n. 145, p. 72–90, set. 2022.

LEITE, Pereira; *et al.*, **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Editores: Alexandre de Ávila Gomide, Michelle Morais de Sá e Silva, Maria Antonieta Leopoldi. Brasília: IPEA ; INCT/PPED, p. 385-408, 2023.

LEITE, M. L. dos S., & Leite, J. F. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **Revista Katálysis**, 25(3), 528–538, 2022.

LEMARCHE, Huges (coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campina: Unicamp, 1993.

LEMOS, José de Jesus Sousa; BEZERRA, Filomena Nádia Rodrigues; COSTA FILHO, João da; GURJÃO, Natália de Oliveira. Agricultura familiar no Ceará: evidências a partir do censo agropecuário de 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, p. 93-112, ago. 2020.

MARTINE, G.. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, (23), 7-37, 1991.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, s. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. Atual. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR. **Plano Safra da Agricultura Familiar**. Disponível em <https://www.gov.br/mda>. Acesso em: 09 out. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR. **Planilha de dados agregados do CAF e DAP por município e estado**. Disponível em <https://www.gov.br/mda>. Acesso em: 16 out. 2024.

MONTEIRO, Alexandra Pedrosa; FEITOSA, Milena Monteiro; LEMOS, José de Jesus Sousa; SOUSA, Erika Costa; PAIVA, Elizama Cavalcante de; LESSA, Laura Cunha Rebouças. **Unequal capitalization of rural credit in brazilian states and regions**. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 6, p. 3131-3150, 2023.

MOURA, José Ediglê Alcantara. **Desempenho competitivo da agricultura no Brasil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

OCB. **Onde o cooperativismo está**, disponível em <https://www.somos.coop.br/>. Acesso em: 08 dez 2024.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo de; GUSSI, Alcides Fernando. **Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica**. In: CONGRESO INTERNACIONAL EN GOBIERNO, ADMINISTRACIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS, 8, 2017, Madrid. Anais. Madrid, 2017.

PAUGAM, Serge. **A pesquisa sociológica**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2015.

PICOLOTTO, E. L.. **Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, p. 63–84, 2014.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti, **A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação**. 1 Ed. Curitiba: Appris, 2022.

PINTO, Cássia Rosane Silveira. **Gestão da piscicultura: aspectos sociais, políticos e técnicos no assentamento unidos de santa Bárbara**. 2006. 58 f. TCC (Graduação em Engenharia de Pesca) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA. **Dados do município**, disponível em <https://www.caucaia.ce.gov.br>. Acesso em: 09 out. 2024.

RADIOAGÊNCIA, **10% dos ricos concentraram 51% da renda em 2022**, disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 09 out. 2024.

REIS, C. V. S. **Fatores determinantes para a eficiência da agricultura familiar** (Tese de doutorado). Universidade Católica de Brasília, Brasília. 2014.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, ano 1, v. 1, n.1, p. 7-15, jan./jun. 2008.

SANTOS, R. B. N., & BRAGA, M. J. **Impactos do crédito rural na produtividade da terra e do trabalho nas regiões brasileiras**. Economia Aplicada, 17(3), 299-324, 2013.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2 Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, Maria OZANIRA da Silva e. **Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa**. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Coord.). PESQUISA AVALIATIVA: aspectos teórico-metodológicos. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2013.

UNICOPAS, **Cooperativismo solidário**. Disponível em <https://unicopas.org.br>. Acesso em: 08 dez 2024.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo/SP: Hucitec, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. In: WANDERLEY, M. N. B. (Org.). **Agricultura familiar e sustentabilidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 45-60.

APÊNDICE A – CRONOGRAMA DA PESQUISA AVALIATIVA

ATIVIDADE/MÊS	OUT/24	NOV/24	DEZ/24	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25
Coleta dos dados em campo	X						
Escrita da análise e discussão dos resultados (Seção 4)	X	X	X				
Escrita considerações finais (Seção 5)		X	X	X			
Defesa da Dissertação e ajustes pós defesos					X		
Elaboração do(s) artigo(s) científicos e relatório técnico para eventos e periódicos					X	X	
Depósito na biblioteca UFC e procedimentos para diplomação							X

APÊNDICE B - INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS



UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA/OBSERVAÇÃO/QUESTIONÁRIO – B1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM TÉCNICOS DA EMATERCE

Aluno(a):
Orientador(a):
Local:
Data e horário:
Questionário n°:

BLOCO	OBJETIVO	QUESTÃO*
1	Identificação do colaborador da pesquisa	A) Gênero: B) Escolaridade: D) Cargo/Função:
2	Identificar conteúdo e contexto da política relacionando com as categorias teóricas do estudo	A) Na sua concepção qual a intencionalidade da Governo Federal com a implementação do Pronaf? B) A partir da sua experiência como Agrônomo da Ematerce, quais as maiores dificuldades do agricultor familiar? C) Como você avalia o Pronaf como política positiva para melhoria na geração de renda no campo?
3	Identificar trajetória da política relacionando com as categorias teóricas do estudo	A) Você considera que a Pronaf evoluiu desde sua criação? B) Qual a sua percepção sobre a capacidade de gestão do agricultor familiar e como o Pronaf vem ou pode contribuir? C) Qual a sua percepção sobre a utilização da assistência técnica para o agricultor familiar e como o Pronaf pode contribuir?
4	Identificar temporalidade e territorialidade da política relacionando com as categorias teóricas do estudo	A) Na sua opinião, existem programas/políticas públicas complementares ao Pronaf, possuindo coordenação/integração adequada? B) Como você percebe a atuação dos líderes comunitários e movimentos sociais na organização da vida no campo e na agricultura familiar? C) Como você avalia a influência da titularidade da terra com a atividade produtiva do agricultor familiar?

* As questões são pontos norteadores da entrevista, extraídas das observações dos autores, contudo podem expandir-se, a partir do diálogo com os entrevistados.

Fonte: Elaborado pelo autor



UFC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA/OBSERVAÇÃO/QUESTIONÁRIO - B2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM SINDICATO RURAL DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA

Aluno(a):
 Orientador(a):
 Local:
 Data e horário:
 Questionário n°:

BLOCO	OBJETIVO	QUESTÃO*
1	Identificação do colaborador da pesquisa	A) Gênero: B) Idade: C) Escolaridade: D) Cargo/Função:
2	Identificar conteúdo e contexto da política relacionando com as categorias teóricas do estudo	A) Qual a sua percepção da intencionalidade do Governo Federal com a implementação do Pronaf? B) A partir da sua experiência na atuação sindical, quais as maiores dificuldades do agricultor familiar? C) Você percebe algum dificultador para obtenção do Documento de Aptidão ao Pronaf? D) Como você avalia o Pronaf como política positiva para melhoria na geração de renda no campo?
3	Identificar trajetória da política relacionando com as categorias teóricas do estudo	A) Você considera que a Pronaf evoluiu desde sua criação? B) Qual a sua percepção sobre a capacidade de gestão do agricultor familiar e como o Pronaf pode contribuir? C) Qual a sua percepção sobre a utilização da assistência técnica para o agricultor familiar e como o Pronaf pode contribuir?
4	Identificar temporalidade e territorialidade da política relacionando com as categorias teóricas do estudo	A) Na sua opinião, existem programas/políticas públicas complementares ao Pronaf, possuindo coordenação/integração adequada? B) Como você percebe a atuação dos líderes comunitários e movimentos sociais na organização da vida no campo e na agricultura familiar? C) Como você avalia a influência da titularidade da terra com a atividade produtiva do agricultor familiar?

* As questões são pontos norteadores da entrevista, extraídas das observações dos autores, contudo podem expandir-se, a partir do diálogo com os entrevistados.

Fonte: Elaborado pelo autor



UFC

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA/OBSERVAÇÃO/QUESTIONÁRIO – B3 -
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM SECRETÁRIO OU TÉCNICO
DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DE CAUCAIA**

Aluno(a):

Orientador(a):

Local:

Data e horário:

Questionário nº:

BLOCO	OBJETIVO	QUESTÃO*
1	Identificação do colaborador da pesquisa	A) Gênero: B) Cargo/função:
2	Identificar conteúdo e contexto da política relacionando com as categorias teóricas do estudo	A) Qual a sua percepção sobre a intencionalidade do Governo Federal com a implementação do Pronaf? B) A partir da sua experiência na Secretaria de Agricultura, quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo agricultor familiar? C) Como você avalia o Pronaf como política positiva para melhoria na geração de renda no campo?
3	Identificar trajetória da política relacionando com as categorias teóricas do estudo	A) Você considera que a Pronaf evoluiu desde sua criação? B) Qual a sua percepção sobre a capacidade de gestão do agricultor familiar e como o Pronaf pode contribuir? C) Qual a sua percepção sobre a utilização da assistência técnica para o agricultor familiar e como o Pronaf pode contribuir?
4	Identificar temporalidade e territorialidade da política relacionando com as categorias teóricas do estudo	A) Na sua opinião, existem programas/políticas públicas complementares ao Pronaf, possuindo coordenação/integração adequada? B) Como você percebe a atuação dos líderes comunitários e movimentos sociais na organização da vida no campo e na agricultura familiar? C) Como você avalia a influência da titularidade da terra com a atividade produtiva do agricultor familiar?

* As questões são pontos norteadores da entrevista, extraídas das observações dos autores, contudo podem expandir-se, a partir do diálogo com os entrevistados.

Fonte: Elaborado pelo autor



UFC

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA/OBSERVAÇÃO/QUESTIONÁRIO – B4 -
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURA EMPREGADOS E
COLABORADORES DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E/OU COOPERATIVAS
ATUANTES NO PRONAF NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA**

Aluno(a):

Orientador(a):

Local:

Data e horário:

Questionário N°:

BLOCO	OBJETIVO	QUESTÃO*
1	Identificação do colaborador da pesquisa	A) Gênero: B) Cargo/função:
2	Identificar conteúdo e contexto da política relacionando com as categorias teóricas do estudo	A) Qual a sua percepção sobre a intencionalidade do Governo Federal com a implementação do Pronaf? B) A partir da sua experiência como instituição financeira ou cooperativa atuante com o Pronaf, quais as maiores dificuldades do agricultor familiar? C) Qual a sua percepção sobre as políticas de crédito para pequeno produtor? D) Como você avalia o Pronaf como política positiva para melhoria na geração de renda no campo?
3	Identificar trajetória da política relacionando com as categorias teóricas do estudo	A) Você considera que a Pronaf evoluiu desde sua criação? B) Qual a sua percepção sobre a capacidade de gestão do agricultor familiar e como o Pronaf pode contribuir? C) Qual a sua percepção sobre a utilização da assistência técnica para o agricultor familiar e como o Pronaf pode contribuir?
4	Identificar temporalidade e territorialidade da política relacionando com as categorias teóricas do estudo	A) Na sua opinião, existem programas/políticas públicas complementares ao Pronaf, possuindo coordenação/integração adequada? B) Como você percebe a atuação dos líderes comunitários e movimentos sociais na organização da vida no campo e na agricultura familiar? C) Como você avalia a influência da titularidade da terra com a atividade produtiva do agricultor familiar?

* As questões são pontos norteadores da entrevista, extraídas das observações dos autores, contudo podem expandir-se, a partir do diálogo com os entrevistados.

Fonte: Elaborado pelo autor



UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA/OBSERVAÇÃO/QUESTIONÁRIO – B5 -
 QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E ETNOCULTURAL COM MUTUÁRIOS OU
 PESSOAS DA COMUNIDADE INFLUENCIADAS DIRETAMENTE PELO PRONAF NO
 MUNICÍPIO DE CAUCAIA

Nome do entrevistador: _____

Orientadora: _____

Local: _____

Data: __/__/____

Horário: _____

Distância da sede do município (km): _____

Questionário N°: _____

Perfil do Entrevistado

1. Idade: _____

2. Local de nascimento: _____

3. Como você se considera?

- Branco
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Outros

4. Qual seu estado civil?

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Divorciado(a)
- União estável
- Viúvo(a)

5. Qual seu nível de escolaridade?

- Não sabe ler
- Ensino fundamento incompleto
- Ensino fundamento completo
- Ensino médio/técnico incompleto
- Ensino médio/técnico completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo

6. Qual a situação da sua residência?

- Casa alugada
- Casa própria
- Casa cedida/emprestada
- Mora com familiar
- Outros

7. Quantas pessoas residem com você? _____

Quantidade de filhos: _____ Idades dos filhos: _____

Outros agregados: _____

8. Onde você mora tem saneamento básico?

- Sim
- Não

9. Sua casa é abastecida com água da Cagece?

- Sim
- Não

10. Sua casa possui energia elétrica?

- Sim
- Não

Outras informações socioeconômicas e etnoculturais do entrevistado observadas no decorrer do diálogo:



UFC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA/OBSERVAÇÃO/QUESTIONÁRIO – B6 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURA COM MUTUÁRIOS OU PESSOAS DA COMUNIDADE INFLUENCIADAS DIRETAMENTE PELO PRONAF NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA

Aluno(a):

Orientador(a):

Local:

Data e horário:

Questionário N°:

BLOCO	OBJETIVO	QUESTÃO
1	Identificação do colaborador da pesquisa	Descritas no Questionário socioeconômico e etnocultural
2	Identificar conteúdo e contexto da política relacionando com as categorias teóricas do estudo	A) Você contrata operações de crédito para agricultura a quantos anos? B) A atividade agrícola é sua principal fonte de renda? C) Caso existem, quais outras fontes de renda você possui? D) Como você entende a intenção do governo com a implantação do Pronaf ou outras linhas de crédito direcionadas ao pequeno produtor? E) Qual as maiores dificuldades para o agricultor familiar?
3	Identificar trajetória da política relacionando com as categorias teóricas do estudo	A) Você considera que o Pronaf evoluiu? Em que aspectos? B) Você é sindicalizado? C) Como você entende a atuação dos líderes comunitários, sindicatos e movimentos sociais para a melhoria da vida no campo? Essa percepção evoluiu no tempo? D) Você obteve algum apoio para gestão e/ou assistência técnica rural?
4	Identificar temporalidade e territorialidade da política relacionando com as categorias teóricas do estudo	A) Você é beneficiário de outros programas sociais? Quais? B) Você percebe alguma complementação entre as políticas públicas, em âmbito municipal, estadual e federal? C) Você considera que Pronaf contribui com melhoria da vida do agricultor familiar?

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE C – AUTORIZAÇÕES PARA A PESQUISA E TCLE



Universidade Federal do Ceará
Programa de Pós-Graduação e Avaliação de Políticas Públicas

CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezadas(os),

Eu ALEXANDRE FREIRE DE OLIVERIA, matrícula 545739, discente do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), estou desenvolvendo um projeto de dissertação sobre: AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA (CEARÁ). Sendo assim, solicito a vossa contribuição com a realização do estudo, sua colaboração é de fundamental importância para o desenvolvimento e construção da pesquisa. O desenvolvimento do estudo será de responsabilidade da discente, sob orientação da Profa. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares. Agradecemos sua contribuição em participação como colaborador de pesquisa e solicitamos a sua autorização para pesquisa de informações para estudos acadêmicos, bem como publicações em eventos e revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, será referenciado o projeto em questão, mantendo-se o sigilo necessário quando tratar-se de nomes. Informamos que essa pesquisa não acarretará nenhum dano material ou pessoal para as partes (pesquisador e pesquisado).

Objetivo geral da pesquisa: Avaliar sob a ótica da avaliação em profundidade, descrita por Rodrigues (2008), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no recorte local do município de Caucaia (Ceará).

Os(as) pesquisadores(as) estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

<p>_____ Profa. Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (UFC) – Siape 1685520</p>	<p>_____ Identificação e assinatura do aluno(a) Matrícula 545739 CPF 518.798.403-91</p>
--	--

Considerando, que fomos informados (as) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em autorizar a utilização dos dados em pesquisa científica. Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Fortaleza, ____ de ____ 2024.

 Identificação e assinatura do colaborador de pesquisa

Nome:

CPF: